

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Identidades Pré-Construídas:
O papel da sociedade na construção da identidade de género

Filipa Barros Dias Dinis dos Santos

Tese orientada pela Professora Doutora Sofia Isabel Pereira Ullán Frade, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação.

2020

Índice

Introdução

Capítulo 1. Identidades Pré-Construídas

- 1.1 Categoria: género
- 1.2 Estereótipos de Género
- 1.3 O acessório e o essencial
 - 1.3.1 O conceito de heterodesignação
 - 1.3.2 A mulher como o Outro
 - 1.3.3 O Segundo Sexo
- 1.4. O construcionismo

Capítulo 2. Estado Novo. A retórica do preconceito

- 2.1 A Mulher. Função Social
- 2.2 A Educação. Evolução, restrições e limitações da educação feminina
- 2.3 Mundo Laboral. Restrições e condicionalismos
- 2.4. Identidades Disruptivas. A não-identidade dos Gays, das Lésbicas e dos Bissexuais
 - 2.4.1 O Século XIX e o Século XX
 - 2.4.2. Lesbianismo, a não-existência
 - 2.4.3 A doença que tem de ser tratada
 - 2.4.4 Marginalização, silenciamento, repressão
- 2.5 “Direito” ao Voto. Proibição, excepções e condições.
- 2.6 Crimes femininos e contra a mulher
- 2.7 Casamento e Divórcio

Capítulo 3. A importância das organizações femininas na construção da identidade de género.

- 3.1 Obras para a Educação Nacional e Mocidade Portuguesa Feminina
- 3.2 Boletim da Mocidade Portuguesa
 - “O Lar- A habitação”
 - “Espírito de Família”
 - “O Lar”
 - “Aproximam-se as Férias”
 - “Ontem, Hoje e Sempre”
 - “Não trair nunca!”
 - “Bondade e Misericórdia”
 - “Cursos de Graduadas”
 - “ A Exposição da Vida e Actividades da M.P.F”
 - “Colaboração das Filiadas”
 - “Lei de Cavaleiros”
 - “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”
 - “Grandesa e Glória de Servir”
 - “Raparigas e Rapazes de hoje”
 - “Fantoques”
 - “Sede pura de corpo, alma e coração... e fazei o que quiserdes”

Conclusão

(...) a memória imposta está suportada por uma história que é ela mesma autorizada; uma história oficial, uma história apreendida e celebrada publicamente. Com efeito, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada.

Paul Ricoeur

Resumo

Nos últimos anos, os processos de construção da(s) identidade(s) de género têm sofrido alterações profundas. Se em tempos idos o binarismo homem *versus* mulher e a heteronormatividade regulavam, de forma inquestionável, as relações sociais e de construção de identidade, hoje, na era da modernidade líquida, esta rigidez deixou de ser aceite e de fazer sentido.

Contudo, é importante entender quais os mecanismos que contribuíram para a legitimação de uma ideologia misógina e heteronormativa e quais os argumentos que nos permitem desnaturalizar e desmistificar essa mesma ideologia. O Estado Novo será, por isso, essencial na reflexão sobre a naturalização do género, dos processos identitários e dos comportamentos discriminatórios.

Regime de índole católica, defensor da família e das tradições, regulamentava todos os aspectos da vida quotidiana, social e política. Punitivo dos comportamentos considerados desviantes ou não concordantes com a ideologia vigente, promovia a aceitação de uma sociedade hierarquizada, estanque, com papéis sociais bem definidos. O período do Estado Novo contribuiu para a legitimação e naturalização da misoginia, da heteronormatividade e da homofobia, legado que condicionou de forma inquestionável o comportamento das gerações seguintes.

É por isso essencial analisar, por um lado, os mecanismos utilizados pelo regime para legitimar a sua ideologia e, por outro, alguns dos autores que contestavam a linearidade do binómio sexo/género, dos caminhos definidos. Só a análise destas duas dimensões nos permitirá entender qual o papel da sociedade na construção da identidade de género.

Palavras - Chave: Poder, Legitimação, Silenciamento.

Introdução

Somos, desde que nascemos, e através de um processo de socialização, ensinados a entender de forma naturalizada o binário homem-mulher e a considerá-lo fundamental na regulação das relações interpessoais, na construção das identidades e na organização da sociedade. O processo de socialização desempenha um papel fundamental na perpetuação do binarismo de género, da heteronormatividade e da naturalização de identidades construídas com base em conceitos pré-definidos.

Na era da modernidade líquida de Bauman (2001), a sociedade aceita cada vez menos ser espartilhada por esta visão redutora dos caminhos biologicamente definidos, das formas de relacionamento condicionadas pela rigidez da dualidade, pela construção de uma identidade definida pelo sexo. Fluidez, liquidez e flexibilidade são conceitos essenciais. O fixo, o estável e o pré-concebido são cada vez mais substituídos pelo transitório, pelo novo e pela mudança em todas as esferas sociais, incluindo as identidades individuais.

De acordo com o defendido por Stuart Hall na sua obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2005), vivemos num período de pós-modernidade, no qual as velhas identidades, que durante muitos momentos de dificuldade e declínio contribuíram para a estabilização do mundo social, estão agora a dar origem a novas identidades e consequentemente a uma fragmentação do mundo moderno, que até então se encontrava unificado sob a égide dos mesmos valores, dos mesmos conceitos. Hall define o conceito de sujeito pós-moderno, entendido como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade surge assim como algo móvel, formada e transformada continuamente devido às formas pelas quais o indivíduo é representado ou interpelado pelos sistemas que o rodeiam. O sujeito assume identidades diferentes, e muitas vezes contraditórias, em momentos diferentes da sua vida, no relacionamento com diferentes grupos ou em contextos sociais distintos, não existindo um sujeito unificado, cristalizado no que diz respeito à sua construção de identidade.

Numa sociedade cada vez mais plural, heterogénea e disruptiva, a categorização heterossexual revela-se insuficiente para descrever a multiplicidade das novas identidades de género, caracterizadas pela complexidade da sua formação, pela não linearidade, pela liquidez e pela rejeição de categorizações estanques e imutáveis. Os homossexuais, os bissexuais, as lésbicas, os travestis, os transexuais, os *queer*, e todos aqueles que não se identificam com qualquer tipo de categorização, representam assim novas formas de construção de identidade e de organização do mundo social.

É, por isso, cada vez mais urgente reflectir sobre conceitos como homem e mulher, sobre o sexo feminino e o género feminino, o sexo masculino, a identidade. É imperativa a reflexão sobre o dualismo de género, o poder da heteronormatividade, a relação directa entre sexo e identidade de género, a necessidade de uma categorização específica.

No que a Portugal diz respeito, é impossível reflectir sobre estes aspectos sem analisar o Estado Novo. Regime ditatorial vigente durante quarenta anos, representa o expoente máximo do constrangimento da identidade de género em Portugal, da imposição de uma ideologia heteronormativa e misógina, suportada por supostos valores cristãos e legitimada pelo bem da família e da Nação.

Para entender a forma como o binarismo de género, a homofobia e a heterossexualidade se naturalizaram no contexto nacional, é fundamental analisar os mecanismos utilizados pelo regime em áreas estruturais como a educação, o mundo laboral, os direitos legais e políticos. Apenas o entendimento dos discursos utilizados para naturalizar a desigualdade de género e o silenciamento das identidades divergentes e não normativas permitirá mudar mentalidades e alterar o paradigma da identidade de género.

Entender a ideologia que retirou, durante os anos de ditadura e as décadas seguintes, o direito à livre construção da identidade, é fundamental para permitir que hoje, passados quarenta e quatro anos, sejam aceites todas as formas de construção de identidade que não se revêem no padrão binário instituído. Desmistificar e desnaturalizar o preconceito é objectivo fundamental desta reflexão, por ser caminho essencial no combate ao dogmatismo e na defesa da tolerância, do respeito e da aceitação.

Numa primeira fase, de reflexão teórica, irei analisar o género enquanto categoria biologicamente definida e a sua relação com o sexo, os estereótipos associados ao feminino e ao masculino, o entendimento do homem como essencial e da mulher como acessório, sujeito passivo, segundo sexo. Por fim, analisarei a teoria do construcionismo social, fundamental para o entendimento do género como algo que se constrói e não característica intrínseca e imutável. Serão, neste capítulo, autores incontornáveis Simone de Beauvoir, Judith Butler, Joan Scott, Walter Lippmann, Cristina Vieira, Ligia Amâncio, Teun Dijk entre outros.

Numa segunda fase, de contextualização histórica, é importante entender o funcionamento do Estado Novo no que ao policiamento das identidades diz respeito. Assim, e tendo como foco as mulheres e as identidades não normativas, analisarei os processos discriminatórios impostos pelo regime em áreas estruturantes da sociedade como a educação, o acesso ao mundo laboral, os direitos legais, políticos e sociais. Serão autores essenciais António Ferro, Irene Pimentel, Helena Melo, São José Almeida, entre outros.

Por último, analisarei o papel do Boletim da Mocidade Portuguesa na divulgação e naturalização do confinamento da mulher ao espaço privado e das discriminações no que respeita ao mundo laboral, à educação, ao direito ao voto. Debruçando-se sobre todos os aspectos da vida quotidiana, o Boletim contribuiu para a difusão da mulher enquanto fada do lar, boa mãe e boa esposa, católica e defensora da Pátria, recatada, discreta e humilde. Representa, na prática, a ideologia defendida pelo regime, o ideal de mulher que defende e o modelo de sociedade que pretende instituir.

Capítulo I.

Identities Pré-Construídas.

Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois elas são, ao mesmo tempo, juiz e parte.

Poulain De La Barre

Categoria: género

Será o género algo intrínseco, biologicamente definido? Ou será a adopção de um determinado género um processo incutido pela sociedade, construído ao longo da vida?

Uma coisa é inquestionável, o género assume uma importância vital na regulação da vida do indivíduo e da sociedade, prescrevendo modos de estar, de ser, de vestir, de comportar. É por isso uma categoria de organização social que restringe o percurso de vida do sujeito de acordo com o código de conduta considerado socialmente adequado. Assim, na sua acepção mais comum, a palavra género remete para um sistema de categorização binário, prescritor de comportamentos, que dita o que significa ser homem e ser mulher. Apesar de serem vários os movimentos que contestam a existência de uma relação linear entre sexo e género, está ainda muito naturalizada a crença de que nascer com um determinado sexo implica desempenhar e assumir uma determinada identidade de género. Joan Wallach Scott considera que, do ponto de vista gramatical, género constitui uma forma de classificação dos fenómenos, sendo mais uma convenção social sobre um sistema de distinções do que uma descrição isenta dos traços inerentes. Por seu lado, as classificações estabelecem relações entre as categorias com base em distinções ou relações de semelhança (Scott, 2008, p.50). Considera por isso, relativamente à definição de género, que “o cerne da definição reside numa relação completa entre duas proposições: género é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças visíveis de sexo, e género é uma forma primária de nos referirmos a relações de poder” (Scott, 2008, p.49).

Na década de 70, o conceito “género” é introduzido nos estudos sobre as mulheres como uma categoria cultural, social, histórica e política que contesta que a submissão, a inferioridade e a falta de poder das mulheres sejam factores naturais e intrínsecos, mas sim construções sociais, culturais, históricas e políticas (Bock, 2008, p.85).

Constituindo uma estrutura básica de regulamentação da sociedade, de manutenção e naturalização das desigualdades, género é uma categoria social imposta ao indivíduo em função do sexo

(Scott, p. 53). Assim, a utilização de género, neste contexto, pretende desnaturalizar estereótipos, expectativas e ideias pré-concebidas sobre a relação entre os sexos, contestando a defesa de que a cada género correspondem características biologicamente determinadas, isoladas do contexto histórico e social. Scott considera que o conceito género é principalmente utilizado para categorizar as relações sociais estabelecidas entre os sexos, rejeitando explicações biológicas que consideram, como denominador comum a várias formas de subordinação feminina, o facto de as mulheres poderem dar à luz e de os homens terem maior força física (Scott, 2008, p. 53).

Seguindo o entendimento de Joan Scott, género refere-se às origens exclusivamente sociais das identidades dos homens e das mulheres, ou seja, às “construções sociais”, definidas pela historiadora como “(...) a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis apropriados para homens e mulheres” e “(...) uma forma de referência às origens exclusivamente sociais das identidades subjectivas dos homens e das mulheres” (Scott, 2008, p. 53). Assim, representa uma forma elementar de poder porque constitui elemento integrante das relações sociais que se baseiam nas diferenças sexuais. Não sendo o único veículo de reiteração deste tipo de relações de poder, representa um dos mecanismos mais eficazes na manutenção de um discurso que defende como naturais e intrínsecas as diferenças entre géneros. Scott considera que o género é o primeiro plano com o qual ou através do qual o poder se articula, representando o mecanismo mais persistente e recorrentemente utilizado na construção do significado do poder no Ocidente (Scott, 2008, p.67).

Sobre o pensamento de Scott, Rita Mira diz-nos o seguinte:

Enquanto ‘categoria útil de análise’ (Scott, 1988), o género abrange as concepções construídas sobre a diferença sexual nas práticas institucionais e sociais, funcionando como um critério na organização social, que distribui, desigualmente, o poder entre os indivíduos (Mira, 2017, p.40).

A questão do poder é extremamente importante. Mais do que uma forma de divisão da sociedade e de regulamentação das formas de ser e de estar, o género cria relações de desigualdade, promove a centralização do poder. Defendendo que ou se pertence a um género ou a outro, categorias que se excluem mutuamente, cria um binarismo que traduz a organização e distribuição do poder e da dominação. Assim, é importante entender as relações de género como relações de imposição, de silenciamento de uma voz em detrimento de outra. Jane Flax, professora associada de Ciência Política na Universidade de Howard, explica o seguinte:

“Relações de género” é uma categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais e exprimir um conjunto de processos sociais, historicamente variáveis e em transformação. O género, quer como categoria analítica quer como processo social, é relacional. Isto é, as relações de género são processos complexos ou instáveis (ou ‘totalidades’ temporárias na linguagem dialéctica) constituídos por parte inter-relacionais. Estas partes são interdependentes, isto é, cada parte não possui qualquer sentido ou existência sem as outras.

As relações de género são divisões e atribuições diferenciadas e (até agora) assimétricas das características e capacidades humanas. As relações de género criam dois tipos de pessoas: homem e mulher. Homem e mulher são posicionados como categorias que se excluem mutuamente. Só se pode pertencer a um género, nunca ao outro ou aos dois. O conteúdo real de ser homem ou mulher e a própria rigidez destas categorias são muito variáveis em função das épocas e das culturas. Contudo, e até onde somos capazes de as compreender, as relações de género têm sido (maiores ou menores) relações de dominação. Isto é, as relações de género têm sido (mais) definidas e (imperfeitamente) controladas por uma das suas partes inter-relacionadas - o homem.

Estas relações de dominação e a própria existência das relações de género têm sido encobertas de diversas formas, incluindo as que definem as mulheres como uma ‘questão’ ou um ‘sexo’ ou o ‘outro’ e os homens como o universal (ou pelo menos sem género) (Flax, 2008, p.108).

É interessante a ideia de que a imutabilidade da definição das categorias homem e mulher, a defesa de que são categorias mutuamente excludentes, esteja relacionada com a manutenção de um determinado tipo de poder. Homem e mulher surgem como categorias universais e uniformizadoras que, sofrendo alterações de acordo com o contexto histórico e geográfico, perpetuam a universalidade masculina e a marginalização feminina. Contestar aquilo que subjaz o conceito de homem ou mulher, significa questionar toda uma forma de organização social que, fixando identidades pré-contruídas e limitadas ao binarismo, naturaliza assimetrias e desigualdades. Assim, difundido como algo natural, o género mais não é que um argumento para a manutenção da heteronormatividade e da misoginia.

Pierre de Bourdieu, sociólogo francês, defende que a forma como a sociedade se encontra dividida, principalmente em áreas relacionadas com a procriação e a reprodução, em função das diferenças biológicas e de género, constitui uma das “ilusões colectivas mais bem fundamentadas.”. Considera que os conceitos de género, entendidos como um conjunto objectivo de referências, estruturam e condicionam a percepção e organização da vida social. Uma vez que estas referências são responsáveis pela distribuição de poder e pelo controlo no acesso a recursos materiais e simbó-

licos, o género está implicitamente relacionado na concepção e construção do próprio poder (Scott, 2008, p.67).

Porque restringe o acesso ao poder, o género restringe também o acesso à cultura, à educação, aos recursos materiais e simbólicos. Mais que restringir, o género condiciona aquilo que é passível de ser considerado conhecimento, perpetuando os valores deterministas que defende e a desigualdade no acesso ao poder. O género legitima as relações sociais assimétricas, os processos de discriminação, de inferiorização e de desigualdade. Tal como defende Maurice Godelier, antropólogo francês, “não é a sexualidade que assombra a sociedade mas a sociedade que assombra a sexualidade e os corpos. As diferenças entre os corpos relacionadas com o sexo estão sempre a ser convocadas como testemunho de relações sociais e de fenómenos que nada têm que ver com a sexualidade. Não só testemunhar mas também a servir de prova - isto é, a legitimar” (Scott, 2008, p.67).

Só o entendimento do género enquanto mecanismo social de regulamentação da sociedade permitirá a desnaturalização da discriminação baseada no sexo. A aceitação do género enquanto extensão do sexo, materialização das características biologicamente definidas, perpetua as relações de desigualdade, a sociedade heterossexual e heteronormativa. O entendimento de género enquanto categoria social, desprovido de características intrínsecas, permitirá analisar as mulheres e os homens enquanto seres singulares e não sujeitos pré-formatados. Desnaturalizar o conceito de género, e entendê-lo enquanto conceito social e culturalmente situado, permitirá desenvolver novos entendimentos sobre o que significa identidade de género.

Estereótipos de Género

São tão ridículas as ideias feitas acerca da natureza das mulheres - meras generalizações empíricas, baseadas, sem filosofia ou análise (...) - que o juízo popular nesta matéria vai variando consoante os países, em função das eventuais especificidades de desenvolvimento, ou falta dele, que as opiniões e circunstâncias sociais de um determinado país tenham proporcionado às mulheres que vivem nele.

(Mill, 1869)

~.~

Assumindo, de acordo com autores como Lise Eliot, Ligia Amâncio ou Cristina Vieira, que a biologia não desempenha um papel determinante e normativo na construção da identidade de género, é importante entender de que forma as características consideradas intrínsecas a cada sexo determinaram os papéis e as funções sociais impostos ao homem e à mulher. De que forma estes estereótipos, definidos pela sociedade e aplicados de forma linear a cada género, contribuem para a manutenção de identidades pré-construídas, limitadas e constrangidas no seu desenvolvimento ao cumprimento das expectativas impostas pela sociedade?

Tal como explica Cristina Vieira:

A existência de um par de cromossomas XX ou XY é entendido como condição *sine qua non* para que a criança seja, geneticamente, do sexo masculino ou do sexo feminino. Todavia, a atribuição ao rapaz (homem) e à rapariga (mulher) de comportamentos avaliados como próprios de um ou do outro sexo, surge já como uma questão de natureza cultural, com implicações que vão para além das indubitáveis diferenças cromossómicas, hormonais e genitais (Viera, 2006, p. 27).

Não colocando em causa a existência de diferenças biológicas, Vieira considera que a imposição de uma determinada identidade de género é, fundamentalmente, uma questão de natureza social. Os comportamentos expectáveis para cada género são fruto de uma construção social e não resultam, totalmente, de questões cromossómicas. Assim, é importante entender e desmistificar os estereótipos de género assumidos e interiorizados pela sociedade como biológicos, naturais e intrínsecos. Relativamente à influência da biologia e do contexto histórico e social para o desenvolvimento das características psicológicas de cada género, Willem Doise defende o seguinte:

A ideia de que a diferença biológica entre os sexos implica diferenças psicológicas entre os géneros foi considerada, durante muito tempo, uma evidência, mesmo nas ciências sociais e por autores tão importantes como Durkheim ou Freud.

Ainda hoje muitos investigadores partem deste postulado e continuam a procurar, apoiados em escalas de atitudes ou em testes psicológicos, as diferenças entre homens e mulheres. E obtêm resultados que raramente são contestados, como os que atribuem às mulheres um maior interesse pela esfera das relações e dos afectos e aos homens uma maior preocupação pela autonomia e eficiência. Mas muita coisa mudou desde o princípio do século. Esta mudança reflecte-se principalmente em dois aspectos complementares: por um lado, as diferenças médias observadas entre indivíduos de sexo diferente são consideradas, por um número cada vez maior de investigadores, mais como factos sociais do que como factos da natureza e, por outro lado, dedica-se uma particular atenção à demonstração das condições que contribuem para que estas diferenças se atenuem, desapareçam eventualmente, ou se invertam (Doise, 1998, p.9).

Defende-se, por isso, que a adopção de uma determinada identidade de género depende mais da influência do ambiente social e cultural do que da biologia ou da natureza. O conceito de identidade de género foi definido por Egan e Perry (2001) como a tomada de consciência individual relativamente à pertença do indivíduo a uma das categorias de género, a sensação de compatibilidade com um dos grupos de género, a necessidade de estar em conformidade com os indivíduos pertencentes ao mesmo género e por fim o desenvolvimento de atitudes para com os grupos de género. De acordo com a sua identidade de género, cada indivíduo deve assumir ou performativizar determinados papéis de género, culturalmente prescritos e socialmente ensinados (Vieira, 2013, p. 38).

O conceito de *papéis de género* é também extremamente relevante. Vieira define-os como os comportamentos, as actividades e os interesses manifestados pelos indivíduos de acordo com a sua identidade de género. Definidos culturalmente e transmitidos pela via da socialização, os papéis de género definem aquilo que é expectável relativamente ao comportamento de um homem e de uma mulher num determinado contexto social. Ao longo do percurso de vida do indivíduo, os papéis de género podem sofrer variações como consequência das transições etárias mas também em virtude de possíveis alterações na dinâmica social (Vieira, 2013, p. 38).

Como dito anteriormente, para a manutenção e perpetuação dos papéis de género é fundamental o processo de socialização. Entendido como a integração de um indivíduo a uma dada sociedade ou a um grupo particular pela interiorização dos modos de pensar, de sentir e agir, ou seja, dos modelos culturais próprios a esta sociedade ou a este grupo (Cuche, 1999), desempenha um papel fundamental na transmissão e naturalização de formas de estar e de ser pré-construídas.

Fortemente associado ao conceito de papéis de género está o conceito de estereótipo. Introduzido em 1992 por Walter Lippmann na sua obra “Opinião Pública”, representa um conjunto estruturado de crenças relativamente às características dos indivíduos de um grupo particular (Golombok e Fivush, 1994), constituindo assim “generalizações” abusivas, porque aplicadas de uma maneira uniforme a todos os membros de um grupo; extremas, porque atribuídas de forma superlativa e na maioria das vezes com uma conotação negativa (Simões, 1985, p.207).

Importante no pensamento de Lippmann é a ideia de “imagens mentais”, que o autor define como mapas que orientam o indivíduo e o ajudam a lidar com a informação complexa e a estruturar a realidade:

For the real environment is altogether too big, too complex, and too fleeting for direct acquaintance. We are not equipped to deal with so much subtlety, so much variety, so many permutations and combinations. And although we have to act in that environment, we have to reconstruct it on a simpler model before we can manage with it. To traverse the world men must have maps of the world (Lippmann, p. 81).

Os estereótipos funcionam como defesas que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, o seu papel na rede de relações sociais:

The systems of stereotypes may be the core of our personal tradition, the defenses of our position in society. (...) In that world people and things have their well-known places, and do certain expected things. We feel at home there. We fit in. We are members (Lippmann, p.95).

Por norma, constituem imagens distorcidas da realidade, fortemente enraizadas nos esquemas mentais dos indivíduos, que prescrevem formas de estar e de ser e motivam comportamentos discriminatórios e de marginalização para com quem opta por caminhos diferentes dos pré-determinados. Promovem assim a homogeneização de todos os membros de um grupo, a criação de um sistema dual e de exclusão e o desenvolvimento de generalizações com um baixo poder preditivo e que raramente permitem desenvolver opiniões justas relativamente a todos os membros de um determinado grupo. Por promoverem uma generalização abusiva e tomarem o todo pela parte, os estereótipos tendem a desconsiderar a variabilidade inerente a cada grupo social específico e a promover pré-conceitos sem qualquer fundamento.

Independentemente da zona do globo ou do período da história, homem e a mulher foram sempre entendidos como dois seres fundamentalmente diferentes. O sexo masculino é normalmente associado ao conceito de masculinidade e o feminino ao de feminilidade. Estas diferentes percepções conduzem a uma educação diferenciada e a um entendimento distinto das formas de ser, de estar e de comportar. Kay Deaux e Marianne LaFrance (1998), no final do século XX, definiram os quatro subtipos mais comuns de estereótipos associados às mulheres: a dona de casa, a detentora de uma carreira profissional, o objecto social, a feminista. Por outro lado, os estereótipos associados aos homens incluíam: o atleta, o trabalhador não - qualificado, o homem de negócios e o machista sexualmente atraente. Assim, esperava-se que a mulher se preocupasse com a maternidade e com a educação dos filhos e que o homem manifestasse interesse pelo estatuto assumido e pela demonstração de tenacidade, força e autoconfiança. A estes dois aspectos é oportuno acrescentar o anti-feminismo, ou seja, a preocupação pela rejeição de tudo o que é considerado estereotipadamente feminino.

É importante referir que os estereótipos são, fundamentalmente, uma forma de impor uma determinada ideologia e de exercer poder. Na sociedade existem ideologias muito variadas que permitem favorecer uma classe social em detrimento de outra, uma raça em relação a outra, um género em detrimento do outro. De acordo com Gouveia (2013), a ideologia é um processo, uma vez que se realiza e constrói a si mesma, de produção de significados e crenças. É assim o conjunto de crenças, atitudes, mitos, assunções e valores associados a classes, instituições e grupos sociais. Assume o carácter de representação natural e legitimação das crenças sociais, entendidas como adquiridas e senso-comum e que, na prática, correspondem aos objectivos, desejos e interesses de um grupo específico (Gouveia, 2013, p. 1064).

Gramsci (1971) defende que o poder assume a forma de “hegemonia” quando é integrado nas leis, regras, normas, hábitos, quotidiano e é aceite pelo senso comum. A hegemonia traduz-se na dominação de classe, no sexismo e no racismo, entre outros exemplos (Dijk, p.118).

O acessório e o essencial

O conceito de heterodesignação

Amélia Valcárel, filósofa espanhola, defende que “ser mulher é uma heterodesignação”. Na verdade, a mulher é sempre definida pelos que a observam, entendida enquanto objecto, sujeito passivo e silenciado. Até meados do século XX, o feminismo e o conceito de mulher foram transmitidos apenas por homens, originando a preponderância de um único ponto de vista sobre o que significa ser mulher e o que a caracteriza. Este “olhar” exterior, parcial e dominante, legitimou, de forma incontestada, uma monofonia replicada ao longo dos anos. Para Simone de Beauvoir “as mulheres - salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstractas - não dizem ‘nós’. Os homens dizem ‘as mulheres’ e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: não se põem automaticamente como sujeitos” (Beauvoir, 2016, p.19).

Sobre o conceito de heterodesignação, Michéle Crampe-Casbanet explica que aquilo que é representado é sempre derivado e, como tal, a heterodesignação corresponde ao modelo de mulher e de feminino que os homens construíram ao longo dos séculos, principalmente através de um discurso de superioridade que os legitimava enquanto elementos pertencentes a uma comunidade, habilitados para avaliar os “outros”, para categorizar as mulheres enquanto “o outro” inferior, frágil. Considera que uma representação traduz aquilo que está presente no espírito, podendo espelhar melhor ou pior a realidade do objecto/pessoa representada ou até deformar a realidade e transformar-se numa produção puramente imaginária, fantasmagórica. Defende, por isso, que o ser representado é sempre segundo, derivado do sujeito que está na origem da representação. Assim, a mulher constitui um objectivo de representação composto por um outro sujeito, que se coloca no seu lugar, o sujeito masculino.

A mulher como o Outro

O homem, para a sua definição enquanto sujeito, precisa da alteridade, ou outridade, encontrando-a na mulher. Afirma-se positivamente tendo na mulher o negativo que se lhe opõe. Assim, entendidas como o negativo, o Outro, o não essencial, as mulheres foram relegadas para a esfera reprodutiva. Apenas os homens tinham a capacidade de evoluir, de construir um projecto próprio. As mulheres, por imposição social, não conseguem ultrapassar a situação de subordinadas (Pimentel, 2010). Maria Ferreira, reflectindo sobre o pensamento de Simone de Beauvoir, explica o seguinte:

Ao debruçar-se sobre os mitos que sustentam ser a mulher modelada pelo homem, a autora recorrer a cinco escritores (quatro franceses e um inglês), mostrando como as suas obras veiculam mitologia e reforçam preconceitos. Henry de Montherlant representa a faceta misógina, evidenciando uma repugnância pelo sexo fraco, ao qual apenas concede um papel secundário. Paul Claudel é o arauto da servidão, ao exaltar a domiciliado e a capacidade de aceitação femininas. André Breton elogia as mulheres enquanto musas poéticas. Stendhal acentua o seu lado romanesco. D.H. Lawrence descreve-as como objectos eróticos de que os homens se servem. Todos estes mitos que a filósofa denuncia retomam a ideia que o conceito de mulher foi construído por homens que nele projectaram os seus desejos, bem como as suas repulsas. É um conceito que nos informa sobre um determinado modelo de bondade caridade e de doçura, mas que também nos revela receios, ódios e frustrações. Representa a projecção ambivalente do amor e da raiva, da frustração e da criatividade masculinas. Intermediária entre a Natureza e os outros homens, a mulher surge como algo diferente em que o homem não se revê, mas de que precisa para justificar para as suas acções. Ela é ‘o Outro’ que lhe permite concretizar o seu desejo de posse (Ferreira, 2010, p. 41).

As relações entre os géneros são, então, reguladas por relações de poder e dominação em que o homem é entendido como o “essencial”, “o ser”, “o absoluto” (Beauvoir, 2009, p.16), e a mulher entendida como “o não essencial”, “o outro” (Beauvoir, 2016, p.19).

Fernanda Henriques considera que as mulheres foram, ao longo da história, consideradas como o Outro desigual, posição onde se encontram desde sempre e sobre a qual não têm poder decisivo. A sua liberdade está sempre condicionada a uma realidade reprimida e condicionada, existindo inúmeras instituições sociais que tendem a naturalizar a inferioridade das mulheres (Henriques, 2016, p. 156). Explica que:

As mulheres serem ‘o outro’ que, como já apontado, é paralelo à afirmação de que ser mulher é uma heterodesignação, deriva, para Butler, de a posição de Beauvoir radicar no facto de ela ver a perspectiva sobre as mulheres como ‘o outro’ como tendo sido construída pelo masculino de um modo desencarnado. Isto é, tudo se passa como se as conceitualizações feitas ao longo da nossa histórica cultural sobre as mulheres e o feminino as tivessem assimilado à dimensão corpórea enquanto tal, sendo essa assimilação feita a partir de um lugar discursivo totalmente desencarnado. Nesse sentido, podemos dizer que só as mulheres têm corpo, por este ser o princípio da sua caracterização e, por isso, ser o determinante do seu modo de ser (Henriques, 2016, p.158).

Para o entendimento da mulher enquanto sujeito relegado para uma posição periférica, de alteridade e menoridade é fundamental o pensamento de Simone de Beauvoir. Explica-nos, no seu livro *O Segundo Sexo* que ao longo de toda a história, o ser humano sempre entendeu a importância da reciprocidade das relações, contudo, no que às relações entre sexos diz respeito, tal não se verificou. Nas relações entre homem e mulher, o homem é entendido como “o único essencial”, relegando a mulher para uma posição de alteridade (Beauvoir, 2009, p. 21).

Ao contrário do que aconteceu com outras classes que ao longo dos tempos foram consideradas menores, subalternizadas, as mulheres nunca reivindicaram o direito a Ser, enquanto sujeito igual e independente. Referem-se a si mesmas como “as mulheres”, aceitam a posição de vassalagem para que foram relegadas, não exigem a aplicação concreta dos direitos que lhes são abstratamente reconhecidos, aceitam que a tradição, construída pelos homens, continue a influenciar o presente. Conforme nos diz Beauvoir:

O homem que constitui a mulher como um Outro encontrara nela profundas cumplicidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro (Beauvoir, 2009, p.21).

Assim, as mulheres, condicionadas pela sociedade, pelo que lhes era cultural e legalmente incutido, pela educação que lhe era ministrada, aceitam, de forma submissa, o papel de segundo sexo.

O Segundo Sexo

Em 1949, Simone Beauvoir escreve *O Segundo Sexo*, livro que viria ser considerado marca incontornável no pensamento feminista do século XX. Analisando a mulher do ponto de vista biológico, sociológico e psicanalítico, reflecte sobre as diferentes formas de dominação existentes na sociedade de então, sobre a autoridade patriarcal, as histórias e os mitos que perpetuam a ideia da mulher como “segundo sexo”, que a subjugam a um papel submisso e silenciado.

Para Fernanda Henriques, *O Segundo Sexo* assume, à data da sua publicação, um papel comparável ao da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges, publicada em 1791. Actualmente, a obra representa, mais do que uma obra de reivindicação e de contestação, uma descrição detalhada sobre o mecanismo que estrutura, legitima e desenvolve a dominação das mulheres. É, inquestionavelmente, um marco incontornável na reflexão sobre as mulheres e o feminino, principalmente pela análise dos discursos que sustentaram o sistema de opressão:

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã denunciou a estreiteza de vistas do Programa da Revolução Francesa, no quadro da sua bandeira ‘Liberdade, Igualdade, Fraternidade’, demonstrando que nenhum dos conceitos se referia, afinal, a um campo semântico universal. Levadas pela esperança das Luzes, primeiro, e, em seguida, motivadas pela sua luta na rua durante a Revolução, as mulheres puderam sonhar com novos horizontes da vida, mas o texto de Olympe de Gouges fê-las voltar à realidade. Em qualquer caso é um grito de alerta.

Cerca de cento e cinquenta anos depois, *O Segundo Sexo*, assumindo uma continuidade profunda com as vozes que no passado clamaram pela igualdade entre os sexos, salta um patamar e de grito de alerta passa a fenomenologia da situação das mulheres e da chamada condição feminina em situações históricas determinadas, bem como no espaço simbólico das representações culturais. Já não é clamor ou reivindicação é uma descrição explicativa de como se estrutura e desenvolve a dominação das mulheres. O que está em jogo em *O Segundo Sexo* é a explicação de *como funciona* um sistema de opressão, mostrando os mecanismos que o sustentam e garantem a sua reprodução. Talvez por isso, sendo uma obra muito contestada, ela continua a ser vista como um marco decisivo no pensamento sobre as mulheres e sobre o feminino (Henriques, 2016, p.144).

Nesta obra, Beauvoir defende que, contrariamente ao que se verifica com outros grupos marginalizados, as mulheres não têm um passado com o qual se possam identificar, o que fragiliza o seu argumento e retira sustentação aos seus ideais. Assim, é fundamental desmistificar o passado,

desconstruir os discursos instituídos e os poderes vigentes, por forma a que a caracterização das mulheres enquanto “segundo sexo” deixe de ser entendida como natural, intrínseca, biológica.

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” é frase incontornável na defesa de que o sexo não pode definir, de forma imutável, a construção da identidade de género. Simone Beauvoir defende que o papel assumido pela mulher na sociedade não passa de uma construção social sem fundamentação biológica ou psíquica:

O ‘corpo em situação’ significa, então, uma herança e o assumir dela, num processo dialético, sendo ambas as dimensões igualmente determinadoras. *On ne naît pas femme: on le devient*, em linguagem de sexo-género aponta para o seu entrosamento, mas, ao mesmo tempo, quer abrir o espaço a uma nova forma de conceitualizar as mulheres, marcando a diferença entre o seu ‘existir’ como corpo sexuado e o seu suposto ‘ser’ um corpo sexuado, destruindo a ideia de ‘corpo natural’ (Henriques, 2016, p.157).

Segundo a autora, nenhuma criança se vê a si mesma como sexualmente diferente. O processo de nascer e de crescer é igual em todas as crianças: todas têm os mesmos interesses e os mesmos prazeres. Quando uma criança começa a exteriorizar uma determinada orientação sexual, não o faz de uma forma espontânea mas sim porque, desde que nasceu, lhe é incutida essa forma de ser e esse código de conduta através do processo de socialização.

Sobre a defesa de Beauvoir de que ser mulher não é um processo natural mas construído, um “tornar-se”, Judith Butler diz-nos o seguinte:

Não se nasce mulher, antes torna-se mulher” - a já famosa formulação de Beauvoir, rejeita as doutrinas essencialistas, e afirma a não coincidência da identidade natural e a de género. E porque aquilo em que nos tornamos não é o que já somos, o género afasta-se do sexo; a interpretação cultural dos atributos sexuais é distinta da facilidade ou da simples existência desses atributos. O verbo ‘tornar-se’ contém, não obstante, uma ambiguidade consequente. Não só somos construídos culturalmente, como também, em certo sentido, nos construímos a nós mesmos(as). Para Beauvoir tornar-se mulher é um conjunto de actos intencionais e apropriativos, a aquisição gradual de certas competência, um ‘projecto’ em termos sartreanos, para assumir um estilo e uma significação corporais culturalmente estabelecidos (Butler, 2008, p. 154)

Butler defende que “o corpo” é entendido e representado como um meio passivo sobre o qual recaem significados culturais, instrumento ou meio através do qual um conjunto de significados culturais se relaciona. Assim, “o corpo” é uma construção, tal como todos os “corpos” que constituem o domínio dos sujeitos como género (Butler, 2007, p.66). Defende que o género é um

acto performativo, de repetição de gestos, de formas de estar, de comportar e de agir pré-definidos, homogeneizados e definidos pela sociedade heterossexual com o intuito de naturalizar o binarismo de género e a desigualdade a este associada. Entende o corpo como um veículo de transmissão de significado, da ideologia e do poder instituído, de imposição da heteronormatividade, de silenciamento de identidades individuais. Defende que o género não é um nome nem um conjunto de atributos livres, uma vez que se produz e impõe, de forma performativa, através das práticas de coerência de género. Assim, constitui um acto performativo por construir a identidade que pretende ser. O género é sempre um processo, um fazer, de um sujeito que não se pode dizer que preexista de facto (Butler, 2007, p.91).

De acordo com Butler, se o conceito de género for entendido como independente do conceito de sexo, a palavra género e o conceito que esta representa mais não são que um artifício flutuante, e, como tal, homem e masculino são características que podem pertencer tanto a um corpo feminino como masculino. Rejeita, por isso, que um ser do sexo feminino tenha de assumir traços femininos e, numa sociedade heteronormativa, sentir-se atraída por um homem. Considera que não existe uma relação directa entre sexo, género e sexualidade, definindo género como algo que se constrói, que se impõe, que se naturaliza e não como algo intrínseco (Butler, 2007, p.62).

Sobre o processo de construção da identidade feminina e da naturalização de um conceito artificial, construído e legitimado pela sociedade, Rita Mira defende que o género feminino é uma identidade que se constrói, resultado de um processo social de aprendizagem e interiorização da concepção de mulher e de feminilidade dominante, prescrita pelas instituições e pelas práticas sociais. Assim, a identidade feminina não é uma identidade inata mas socialmente constituída. Considera que a concepção social da feminilidade dominante, a forma de pensar e dizer o sexo feminino, são fruto de um “trabalho de eternização” (Bourdieu, 1999-1998: viii), baseado em certas representações e expectativas associadas à beleza, ao privado, à emoção ou à maturidade.

O Construcionismo

Na última década do século XX, o construcionismo social dedicou-se a explicar o processo de formação de género. De acordo com esta perspectiva teórica, género era entendido “como uma característica fluida dos indivíduos, pelo facto de ser constantemente construído, através das interações sociais” (Vieira, 2006, p. 84). Conhecido também como pós-estruturalismo, o construcionismo surge como reacção à epistemologia positivista, teoria que defendia a existência de uma verdade única, apurada através da razão, que permitia explicar todos os fenómenos. Assim, o comportamento humano era entendido como algo estável, isolado das realidades históricas ou culturais (Vieira, 2006).

Os construcionistas, opondo-se a este entendimento da realidade, defendem que o conhecimento é socialmente construído, não existindo uma única versão da verdade. Os significados são constituídos através do discurso e os indivíduos são entendidos como passíveis de expressões múltiplas. Tal como explica Cristina Vieira:

Assim, para os autores identificados com esta tradição, o género é uma categoria socialmente construída e as relações entre os dois sexos não são mais do que relações sociais (Lorber, 1986, citado por Beall, 1993). Partem deste pressuposto devido à constatação de diferenças entre culturas na atribuição aos indivíduos dos papéis de género, em função da categoria sexual a que pertencem. Além disso, parece indiscutível o facto de cada sociedade desenvolver mecanismos próprios de manutenção das diferenças de género, como estratégia para assegurar uma certa ordem social” (Vieira, 2006, p. 85).

Assim, e tal como defendem Gergen & Davis (1977), podem considerar-se construcionistas todas as abordagens que tenham na sua génese um, ou mais, dos pilares da ciência construcionista social. Para esta reflexão, são especialmente importantes os seguintes:

- A posição crítica face ao conhecimento fornecido como “verdade”;
- Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente, são artefactos sociais, produtos de inter-relações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural;

- Determinada descrição do mundo ou do *self* é sustentada ao longo do tempo, não por validade objectiva mas devido às vicissitudes do processo social;

O primeiro pilar é a *posição crítica face ao conhecimento fornecido como “verdade”*. O construcionismo social assume uma posição crítica face à transmissão do conhecimento como “verdade”, às observações objetivas do mundo que se baseiam na “natureza individual”. Opõe-se ao positivismo e empirismo característico das ciências naturais bem como à defesa de que a natureza do mundo pode ser descoberta através da observação. Considera que as categorias que permitem entender o mundo não correspondem, necessariamente, à realidade. Um exemplo desta questão diz respeito ao género, uma vez que a observação do mundo sugere a existência de duas categorias de pessoas - homens e mulheres. Em 1992, Gergen defende que a divisão entre masculinidade e feminilidade não espelha uma realidade tangível ou independente. Apesar de serem óbvias as diferenças no que respeita aos órgãos de reprodução, Burr (1995) questiona porque motivo estas diferenças assumiram tal importância na construção da identidade dos homens e das mulheres.

Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente, são artefactos sociais, produtos de inter-relações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural, é o segundo pilar do pensamento construcionista. Consideram que as descrições e explicações não são motivadas pelas características do mundo como ele é, nem resultam, de forma inquestionável, das características genéticas dos indivíduos. Defendem que são fruto da acção humana coordenada. A forma como entendemos o mundo, as categorias e os conceitos que aplicamos são específicas de um contexto cultural e histórico (Burr, 1995; Gergen, 1985). Conceitos como homem e mulher, vida urbana ou vida rural, passado ou futuro dependem do local e do tempo em que se vive e, portanto, o conhecimento depende do tempo e da cultura e é fruto desse contexto e do que dele prevalece (Burr, 1995).

É também critério definidor do construcionismo social o seguinte: *determinada descrição do mundo ou do self é sustentada ao longo do tempo, não por validade objectiva mas devido às vicissitudes do processo social*. De acordo com Burr (1995), o conhecimento é suportado pelo processo social, ou seja, o conhecimento e o entendimento do mundo não têm origem na sua natureza intrínseca. Aquilo que entendemos como verdade, ou seja, as ideias comuns e aceites acerca da compreensão do mundo e que varia de acordo com o momento histórico e cultural, não são fruto da observação empírica do mundo mas sim do processo social e das interacções interpessoais (Nogueira, 2001). Tal como nos diz Conceição Nogueira:

Como o conhecimento e a acção social “caminham” juntos, as compreensões “negociadas” do mundo podem tomar uma grande variedade de formas, e por isso pode-se falar de numerosas e possíveis “construções sociais”, onde cada construção pode convidar a uma determinada acção (Nogueira, 2001).

De acordo com o construcionismo social, o género é uma construção social, uma rede de significados que se constrói e se estrutura nas interacções sociais, que define o acesso aos recursos e ao poder (Crawford, 1995; Denzin, 1995). Assim, não constitui um atributo individual mas sim uma forma de dar significado às transacções estando presente não nas pessoas mas nas relações sociais (Nogueira, 2001).

Defende Crawford (1995) que o género influencia o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, bem como as interacções sociais e contribui para a definição da estrutura das instituições sociais. Sendo o género uma ideologia que promove o desenvolvimento de diferentes narrativas, as distinções de género disseminam-se na sociedade promovendo a construção da feminilidade e da masculinidade como categorias opostas e essencialmente diferentes.

Explica-nos Conceição Nogueira que o construcionismo social reconhece que a contradição é elemento basilar da realidade social, ou seja, considera que categorias estruturantes como sexo e género podem funcionar com definições distintas, em simultâneo, num contexto particular. Ou seja, pessoas diferentes, ou até um mesmo indivíduo, podem, no decorrer de uma interacção social adoptar diferentes perspectivas de género de acordo com os aspectos que considerem relevantes no momento.

O género não é assim um fenómeno inerente aos indivíduos, mas sim um acordo que existe nas interacções sociais, é aquilo que a sociedade aceita que seja. De forma mais ou menos clara, os homens e as mulheres interiorizam as distinções de género e ao adoptarem comportamentos e papéis normativos consideras adequados para o seu género, no seu contexto cultural aceitam ser categorizados de acordo com uma determinada identidade de género (Crawford, 1995). No caso concreto das mulheres, para além de interiorizarem as características, os comportamentos e os papéis que lhes são destinados, internalizam também a desvalorização, a submissão, o silenciamento (Crawford, 1995).

Assim, o género é entendido com uma construção da sociedade que tem como objectivo construir adultos e construir os “arranjos sociais” que legitimam as diferenças nas consciências de homens e mulheres e a produção de significado. Diz-nos Conceição Nogueira:

O género, nesta perspectiva, é o significado que concordamos imputar a determinada classe de transacções entre indivíduos e contextos ambientais. Os factores que definem uma transacção particular como feminina ou masculina não são o sexo dos actores mas sim os parâmetros situacionais nos quais determinada performance ocorre. Ninguém pode ser considerado muito, pouco ou nada, feminino ou masculino; em contextos particulares as pessoas fazem feminino e noutros possivelmente masculino (West e Zimmerman, 1987). Esta perspectiva pode ser compreendida se se pensar nas investigações que mostram, por exemplo, mulheres em posições de liderança serem consideradas “masculinas” (Nogueira & Amâncio, 1996), ou pais (homens) sozinhos comportarem-se de forma mais “feminina” que pais casados (Risman, 1987). A disjunção entre sexo e género são evidenciada nestes dois exemplos ilustra como o género não é um traço inerente aos indivíduos, mas sim que qualidades usualmente vistas como relacionadas com o sexo dos actores são de facto determinadas pelos contextos. Desta maneira o género pode ser concebido apenas como o termo dado a um conjunto de interacções comportamento-meio envolvente, com as quais concordamos para caracterizar os membros de um sexo (Nogueira, 2001).

Capítulo II.

Estado Novo. A retórica do preconceito.

A Mulher.

Função Social

Na posição das mulheres, tal como a sociedade a tornou, existem duas singularidades distintas. A primeira é a subvenção doméstica da maior parte delas. (...) O outro ponto da questão tem a ver com as inúmeras incapacidade impostas às mulheres pela lei, ou por um costume que tem um peso equivalente à lei; a sua exclusão da maioria das ocupações públicas e da maior parte das ocupações privadas e o envidar de todos os esforços da sociedade em educá-las, e confiná-las, a um pequeno número de funções, com o argumento que estas são as mais adequadas à sua natureza e capacidades.

(Mill, 1984, p. 387).

~.~

É importante começar por entender que, de acordo com a ideologia preconizada pelo Estado Novo, não existiam mulheres, entendidas enquanto seres singulares, heterogêneos e com identidade própria mas sim “a mulher”, analisada como unidade colectiva, massa homogênea e igual em pensamentos, comportamentos e crenças, sem identidade individual ou personalidade própria. Reflectir sobre o conceito de mulher defendido pelo Estado Novo implica compreender a centralidade da família, núcleo basilar do regime, local destinado ao feminino. De acordo com a Constituição de 1933, expressão máxima da ideologia salazarista, e em concordância com as ideias anti-individualistas acerca da família, o indivíduo só existia “através do agregado natural a que está ligado por natureza”, “uma realidade primária e fundamental de toda a orgânica nacional”, na qual se fundava a “ordem política e social da nação” (Pimentel, 2011, p. 32).

Em 1934, Salazar considera, em consonância com o pensamento defendido pela Igreja, que a instituição familiar está a desintegrar-se por culpa do comunismo e do passado liberal e individualista, considerando que o “filosofismo começara abalando nas inteligências a adesão às verdades eternas e corroendo nos espíritos as grandes certezas”, ou seja, Deus e os valores da moral tradicional, “em nome do materialismo, do cepticismo, do pragmatismo, do epicurismo”. Acrescenta que “o

nosso falso individualismo foi logicamente contra a solidez da família, contra a garantia dos grupos sociais” (Pimentel, 2011, p. 33).

Um “lugar para cada um e cada um no seu lugar”, frase proferida por António Carneiro Pacheco, ministro da Educação de Salazar, traduz na perfeição a defesa da hierarquização social, do elitismo e acima de tudo da estagnação profissional, social e política. Defendendo que cada um nasce para cumprir uma missão, de acordo com a classe social a que pertence, o Regime legitima a subjugação da mulher ao espaço privado, ao lar, à inexistência no espaço público.

A garantia da imutabilidade dos grupos sociais e do cumprimento de papéis sociais pré-definidos permitia um melhor controlo sobre a sociedade, sobre a organização da família e claro, sobre a mulher. Naturalizar a ideia de que cada um deve aceitar a sua posição social permite eliminar aspirações, ideias de mudança, revoltas e criar uma sociedade desprovida de pensamento crítico e ambições. Também a imposição do binarismo de género e a condenação de todas as identidades consideradas subversivas permitia controlar a organização social e as relações inter-pessoais, regular o mundo laboral e familiar e impor os valores tradicionais, conservadores e católicos defendidos pelo Estado Novo. Tal como nos diz Helena Melo a respeito dos conteúdos programáticos do Livro Único:

A família - o lar - é o espaço de maior felicidade que todas as crianças devem almejar constituir. O lugar da mulher na família heterossexual estável, constituída com o intuito de procriar, começa a ser preparado desde a mais tenra infância (Melo, 2017, p. 25).

O conceito de família é por isso associado ao de heterossexualidade e de procriação, sendo marginalizadas todas as formas de relacionamento que não respeitassem estes critérios. Em 1936, num discurso comemorativo do décimo aniversário do 28 de Maio, Salazar introduziu a máxima “Deus, Pátria, Autoridade, Trabalho” e explicou a razão pela qual não “se discutia a família”:

Aí nasce o homem, aí se educam as gerações (...) Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, sem arrimo e despidos moralmente de mais de metade de se mesmos; perde-se um nome, adquire-se um número - a vida social toma logo uma feição diferente!” (Salazar, 1936, Vol. II, pp. 133-134).

Assim, e apesar de todos os períodos de crise que haviam abalado a intuição familiar e a autoridade paternal, Salazar considerava que o futuro seria promissor:

(...) a natureza reconquistará os seus direitos e a sociedade civil verá mais uma vez como a sua moral, consistência e coesão dependem directamente da moral, consistência e coesão do agregado familiar. Esta é, na verdade, a origem necessária da vida, fonte de riquezas morais, estímulos dos esforços do homem na luta pelo pão de cada dia. Não discutimos a família (Salazar, 1936, Vol. II, pp. 133-134).

Em 1942, falando para os dirigentes dos sindicatos nacionais, Salazar reitera novamente a importância da família, “o primeiro grupo natural” no qual o homem se enquadrava, sendo que este “naturalmente não pode criar-se, nem viver, nem desenvolver-se sozinho e só por meios individuais” (Salazar, 1942, Vol. III, p. 357).

António Ferro, em 1932, descreveu Salazar como “elegantemente antifeminista, como Mussolini, como quase todos os ditadores”. Efectivamente, em entrevista realizada por Ferro nesse mesmo ano, quando questionado sobre as reivindicações feministas de “liberdade”, Salazar responde que não as considerava justas uma vez que o homem também não tinha a “liberdade absoluta que ela reclama para si” (Ferro, 2007, pp. 90/91). Acrescenta que em muitos lares a mulher não só mandava “efectivamente” como desempenhava o papel de “chefe moral da família”. Defende que, se em alguns “lares mal organizados”, a mulher vivia “injustamente na sujeição da chefia do homem”, também se verificavam “injustiças no terreno oposto, na obrigação de trabalho constante do homem para manter certas mulheres”. Quando questionado sobre o papel destinado à mulher “na renovação da mentalidade”, Salazar defendeu ser necessário distinguir entre a mulher solteira, a quem devia ser inquestionavelmente facilitado o emprego por viver sem família ou com família a seu cargo e a mulher casada (Ferro, 2007. p. 90). Relativamente a esta última, a sua missão no seio familiar era igualmente importante à função desempenhada pelo marido, desempenhando contudo funções diferentes:

(...) a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável e uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem - nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais - a instituição da família pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada, amea-

ça a ruína ...Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-las nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil (Ferro, 2007, p. 90).

Nesta citação estão presentes todos os elementos que caracterizam o papel que o Estado Novo reserva à mulher: a suposta igualdade de importância das diversas funções; a distinção entre a mulher casada e a mulher solteira; o entendimento de que o espaço público é exclusivo dos homens e o espaço privado é o lugar da mulher; a defesa da família; o combate ao liberalismo, responsável pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, onde competia com o homem e o seu consequente afastamento do seio familiar e por último a defesa do retorno da mulher ao lar através da exaltação das funções que desempenha e à valorização do papel de esposa e de mãe.

A suposta igualdade entre as funções desempenhadas pelo homem e pela mulher é claramente falsa, sendo apenas uma forma de influenciar a mulher a aceitar o seu destino de livre vontade, crente da importância e da nobreza das suas funções. Pela estrutura hierárquica intrínseca à sociedade do Estado Novo e, conseqüentemente, também presente na instituição familiar, a posição da mulher era sempre de subalternidade em relação ao pai ou ao esposo.

A desigualdade de direitos, a separação entre o espaço público e o espaço privado e a defesa da superioridade masculina estão presentes de forma clara nas leis que o Estado Novo produziu para regular os direitos políticos e familiares da mulher. A Constituição de 1933 reafirma a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e a “negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvo, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas” (Artigo 5º).

A Educação

Evolução, restrições e limitações da educação feminina

Ser católico, obedecer à lei, glorificar a Pátria, aceitar o lugar que ocupa na escala social, ser bom pai ou mãe de família são alguns dos princípios basilares do modelo de educação defendido pelo Estado Novo.

Em 1930, três quartos da população feminina e sensivelmente metade da população masculina com mais de sete anos não sabia ler nem escrever (Quadro I). Em Portugal, país com maior taxa de analfabetismo na Europa, o número de analfabetos foi sempre superior entre as mulheres. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, a escolaridade feminina era muito inferior à masculina: 180 768 raparigas, 241 856 rapazes. Contudo, o intervalo entre o analfabetismo feminino e o masculino, 17,1%, foi reduzindo progressivamente e trinta anos mais tarde, em 1960, a diferença era de 11,8%. Em 1963, o êxito escolar feminino ultrapassa o masculino: metade da população escolar aprovada no exame da 3ª classe primária e no exame de admissão ao liceu era composta por raparigas, chegando a ultrapassar o número de rapazes aprovados no exame da 4ª classe.

Quadro I

Taxa de analfabetismo por sexos (população maior de 7 anos)

Anos	Analfabetismo Feminino	Analfabetismo Masculino	Total
1930	69,9%	52,8%	61,8%
1940	56,1%	41,2%	49%
1950	47,7%	32,4%	40,4%
1960	36,7%	24,9%	31,1%

Fonte: António Nóvoa, “A Educação Nacional”, in Portugal e o Estado Novo (1930-1960), coord. Fernando Rosas, Nova História de Portugal, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1988.

Durante trinta anos a população escolar dos liceus sextuplicou, se em 1930 estavam registados 19 268 alunos, em 1950 o número cresce para 48 485 e dez anos mais tarde, em 1960, aumenta para 111 821. É de destacar que a década de 50 registou um aumento particularmente notável, tendo o número médio de alunos liceais duplicado entre 1950 e 1960.

Tendo uma presença mais expressiva nos liceus, as raparigas registavam também um maior aproveitamento escolar: em 1954, nos oito liceus existentes na capital apenas em quatro não se tinham verificado chumbos, três eram femininos. Contudo, e apesar de apresentarem taxas de aproveitamento mais elevadas, o ciclo de estudos das raparigas era, por norma, inferior ao dos rapazes: a maioria acabava os estudos no final do liceu e, no início da década de sessenta, representavam apenas cerca de 31% da população universitária.

Quadro II
Taxas de feminização mas vários graus de ensino

Fontes: Percentagens contabilizadas a partir de *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa, INE; 1931; *Estatísticas da Educação*, Lisboa, INE, 1940/1941, 1950/1951. Ano lectivo de 1960/1961, in António Nóvoa, “A Educação Nacional”, in *Portugal e o Estado Novo* (1030-1960), coord. De Fernando Rosas, Lisboa, Presença, 1990.

Graus de Ensino	1930	1940	1950	1960	1963
Primário: % de alunas	42,8	42	42,7	48,2	48,5
Liceal: % alunas	24,6	40	46,4	49,6	50,1
Técnico: % alunas	18,7	25	24,3	n/consta	31,7
Universitário: % de alunas	n/consta	16,5	24,9	31	32,9

O número significativo de mulheres no ensino liceal representou motivo de apreensão para o regime, por não corresponder ao plano educativo definido pelo Estado Novo para as mulheres. Em 1945, António Pires de Lima, futuro Ministro da Educação Nacional, expressa o seu desagrado relativamente ao aumento da presença feminina, que considera ter invadido os liceus - existiam, à data, cerca de 2000 alunas matriculadas em Lisboa e 1000 no Porto - e à sua supremacia nos estabelecimentos de frequência mista. Considera que os “cursos de educação familiar” não tiveram sucesso por culpa das raparigas que, com a conivência da família, tinham como único objectivo conseguir um diploma universitário que lhes permitisse o ingresso na função pública ou numa função liberal. Considera ainda que o ensino ministrado às raparigas deve ser diferente do ministrado aos rapazes:

Preparam-se porém as raparigas nos liceus como se todas tivessem de vir a ser doutoras; não se cura de as preparar para serem boas donas de casa, boas esposas e boas mães ou para ocuparem os cargos em que devem admitir-se. A revolução notada nas condições da vida moderna tornou inevitável o terem de preparar-se as mulheres para o trabalho e para a sua luta pela vida. Mas deviam estudar-se segundo as necessidades e as conveniências, quais as profissões a que as, mulheres podem dedicar-se, prepará-las para essas profissões (Melo, 2017, p. 29).

António Pires de Lima defende assim o fim do regime republicano de coeducação, a necessidade de separar os alunos de acordo com o sexo e de criar “escolas complementares femininas”, onde as raparigas, através de um “ensino adequado” possam adquirir uma formação que lhes seja “inteiramente útil” e que, acima de tudo, previna a sua masculinização. Esta medida já havia obtido parcial consagração legislativa com a fixação das lotações dos liceus com frequência masculina. Estas lotações tinham de ser respeitadas porque o regime, “por não descurar o problema da educação feminina, entende que não deve facilitar a entrada desornada de raparigas em carreiras que, para grande número, não serão as mais apropriadas nem as que melhor correspondem aos interesses da família” (Cf. Decreto-Lei n.º 28:939; 24 de Agosto de 1938).

Efectivamente, uma vez que os liceus não ministravam uma educação especificamente feminina, muitos optavam por colocar as jovens nas Escolas do Magistério Primário (EMP) e no ensino técnico feminino, permitindo assim resolver a questão ideológica e o problema da sobrelotação liceal. Muitos destes cursos técnicos visavam a formação para profissões especificamente femininas

como professora primária, enfermagem ou serviço social. Apesar de serem, por norma, mal remuneradas, possibilitavam ascensão social às jovens das classes mais baixas.

Quadro III

Taxas de feminização no ensino técnico e universitário

Ensino técnico e Universitário	1940/1941	1940/1942	1940/1943
Ensino técnico elementar e complementar	25	29,7	31,7
Ensino comercial e industrial	26,2	29,3	27,1
Ensino técnico médio	9,5	13,1	n/consta
Ensino médio comercial e industrial	11,2	15,7	12,7
Enfermagem	62,9	64,9	83,8*
Serviço Social	100	100	100
Parteiras	100	100	n/consta
Escola do Magistério Primário	100	83	n/consta
Universidade de Coimbra	23,2	25,7	n/consta
Universidade de Lisboa	28	35,2	n/consta
Universidade do Porto	22,9	23,6	n/consta
Universidade Técnica	3,5	6,2	n/consta
Faculdade de Ciências	19	25	37,9
Faculdade de Direito	9,5	11	11,7
Faculdade de Letras	57,1	58,7	55,8
Faculdade de Medicina	9,4	17,1	11,7
Faculdade de Engenharia	0,9	2,9	7,9
Escola Superior de Agronomia	6,7	5,7	10,9
Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras	5,2	11,1	n/consta
Escola Superior de Farmácia	66,4	73,8	n/consta

Fonte: Estatística da Educação, Lisboa, INE, 1940/1941, 1947/1948 e 1962/1963.

* Em 1962/1963, parteiras e enfermeiras surgem juntas.

Conjugando a escola técnica com a superior, a assistência com a educação e a iniciativa da Igreja com a do Estado, o Instituto de Serviço Social (ISS), fundado a 2 de Abril de 1935, era o modelo de escola superior defendido pelo regime e pela Igreja. Criado por sugestão da condessa de Rilvas, o ISS começou por se chefiado pelas assistentes sociais francesas Mlle. Levêque e Mlle. Huille tendo esta última instituído, em 1936, a secção do Ensino Familiar e Doméstico e proposto a criação de centros de educação familiar nos meios operários, rural e urbano.

Oficializado pelo Decreto-Lei nº 30 135 a 14 de Dezembro de 1939, o ISS adoptou os cursos de “assistência social” e “educadora familiar”, com duração de três anos e meio e um estágio em centros sociais e de educação familiar. Estes cursos, delineados pela Associação do Serviço Social (ASS), difundiam os princípios cristãos e a ética do Estado Novo (Cf. Decreto-Lei nº 30:135;14 de Dezembro de 1939).

Em linha com o propósito de instituir uma educação especificamente feminina e de garantir que cada sexo interioriza o papel de género que lhe está destinado, o Estado Novo estabelece a separação, de acordo com o sexo, dos alunos das escolas publicas do ensino primário tendo, em 1949, efectivamente proibido a co-educação.

No Decreto-Lei nº 31:433, de 29 de Julho de 1941, o governo declara-se “perfeitamente à vontade para decretar medidas definitivas quanto à separação dos sexos nos estabelecimentos de ensino particular, que, para mais, tiveram, durante todo o ano lectivo corrente, tempo bastante de preparam o reajustamento” (Cf. Decreto-Lei nº 31:433; 29 de Julho de 1941).

Em 1946, são criados em Lisboa, no Porto e em Coimbra novos liceus para corresponder ao acréscimo de alunas e assegurar a separação dos alunos em função do sexo. Assim, e como forma de salvaguardar que nestas escolas apenas leccionavam professoras do sexo feminino, é adoptada uma norma transitória nos liceus onde estas alterações ocorrem: os lugares dos quadros do sexo masculino são substituídos por quadros do sexo feminino.

Também o livro único foi um elemento fundamental na difusão dos valores basilares do regime e, acima de tudo, da definição dos comportamentos que cada género devia adoptar, por forma a moldar a mentalidade das crianças desde cedo. Reproduzindo a ideologia do Estado Novo relati-

vamente a temas como sexo, género e família, o livro único defende a constituição da família heterossexual estável, a importância da procriação, o afastamento da mulher do espaço público, exclusivo ao homem, e a sua segregação ao espaço privado, ao lar. No que diz respeito aos diferentes papéis de género, era preconizado que as meninas deviam ser boas esposas e boas mães de família e os meninos bons pais de família e profissionais capazes de garantir o sustento da família:

Os conteúdos do livro único, cuja elaboração e divulgação foi criteriosamente determinada e controlada pelo legislador, replicavam a ideologia do Estado Novo, nomeadamente em temas como sexo e género. Eram uma forma de moldar a mentalidade das crianças para que a sociedade delas esperava quando adultas: se fossem meninas, que fossem bons pais de família e excelentes profissionais, capazes de prover de forma satisfatória o sustento da família. A mulher ocupa o espaço do lar, a que pretensamente pertence - e o homem o espaço público. O regresso da mulher ao lar - onde se torna a “fada”, depois de, com a República, se ter esforçado por se tornar “cidadã” - é preconizado por outros regimes contemporâneos, como seja o da Alemanha nazi. Como afirma, de forma expressiva, Elina Guimarães: “Longe de se mostrar hostil às mulheres, o Estado Novo encoraja-as a permanecer no seu lugar... em segundo plano” (Melo, 2017, p. 25).

Concluindo, a Escola representava uma das instituições com maior responsabilidade na perpetuação e legitimação dos estereótipos de género.

Mundo laboral

Restrições e condicionalismos

Não fora por essa razão, penso que quase todos, no presente estado de opinião na política e economia política, admitiram a injustiça de excluir metade da raça humana da maioria das ocupações lucrativas, e de quase todos os cargos sociais de nível elevado; determinando desde o seu nascimento que não se adequam, nem por qualquer meio têm possibilidades de se adequar, aos empregos que estão legalmente abertos aos mais estúpidos e torpes indivíduos do sexo opostos, ou que, não importando o seu grau de adequação, tais empregos lhe serão interditos por forma a serem preservados para o benefício exclusivo de sexo masculino

(Mill, 1975, p. 485)

~::~~

No final do século XIX, início do século XX, período de industrialização do país, a legislação laboral revela-se bastante precária no que à mulher operária diz respeito, prevendo apenas um mês de licença de maternidade, a proibição do trabalho nocturno e a criação de escolas primárias e creches apenas nos locais que empregassem mais de cinquenta mulheres.

O Estado Novo vem considerar fundamental que o trabalho das mulheres e dos jovens seja regulamentado, defendendo, a “bem da nação”, a protecção legal dos trabalhadores menores e das mulheres, grupos analisados em conjunto pela sua vulnerabilidade:

(...) os menores serão os homens de amanhã, que a nação carece que sejam robustos e sadios, e as raparigas e mulheres serão as mães que devem dar a nação filhos perfeitos, isentos de taras e doenças. Os inquéritos realizados mostram quão prejudicial é para a criança a vida da oficina e o trabalho industrial precoce. É um factor de degenerescência da raça, tanto física como psíquica. A diminuição da estatura e da robustez tem sido notada pelas nossas comissões de recrutamento militar. (...) A mulher é de sua natureza mais fraca do que o homem, de complexão delicada, mais evitável, sofrendo mais o influxo do meio exterior. Baste que, pelas funções genésicas, encontra-se periodicamente em condições de menor resistência orgânica, condições estas que se dão no período da puberdade, no decurso da gestação e da amamentação, no parto, e finalmente na menopausa (Melo, 2017, p. 45).

Assim, por motivos eugénicos, em nome da moral e em defesa da família, os jovens e as mulheres devem apenas desempenhar funções que exijam “um esforço moderado na forma e na duração, e que não comprometam o seu desenvolvimento físico e intelectual, nem a sua moralidade”,

ficando por isso proibidos de trabalhar à noite. As mulheres e os menores do sexo feminino ficam proibidas de trabalhar em subterrâneos, matadouros ou locais de fabrico de produtos tóxicos (Melo, 2017, p. 45).

O trabalho desempenhado pelas mulheres fora do lar, nomeadamente no sector da indústria, sempre preocupou o Estado Novo e as organizações estatais. Trabalhar significava ter alguma independência financeira, ocupar um lugar na vida pública e não viver totalmente dedicada ao lar e à família, situação que não correspondia ao papel que o regime reservava para a mulher nem à função social que lhe destinava. Em 1933, aquando da apresentação da nova Constituição, Salazar defende que o mundo laboral não pode afastar a mulher do lar, considerando ser responsabilidade da economia corporativa conciliar o trabalho com a família:

(...) a produção que lida com o trabalhador pode ignorar a família? O homem que trabalha não é só ele; ele vivia enquadrado numa sociedade natural, geralmente não a família de que proveio, mas a família que ele constitui. Quando a produção desconhece a família, começa por convidar a trabalhar os vários membros dela que o possam fornecer - a mulher e os filhos menores, e parece que estes salários suplementares são benefício apreciável; contrária é, porém, a realidade (Pimentel, 2011, p.54).

Para o novo Presidente do Conselho, o trabalho feminino fora do lar não constituía uma situação vantajosa, antes prejudicava a verdadeira função social da mulher: cuidar da família. Salazar considera a existência de “duas economias”, uma representada pelo salário do homem e outra representada pela “produção” realizada pela mulher no seio familiar, exaltando a importância económica, social e moral das funções desempenhadas pela mulher no lar, responsáveis pela criação de uma “contabilidade” de carácter social e moral:

Quem diz família diz lar; quem diz lar diz atmosfera moral e economia própria - economia mista de consumo e de produção. O trabalho da mulher fora do lar desgasta este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sobre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário recebido (Pimentel, 2011, p. 55).

Assim, o Estado Novo defende que a família, a “mais pura fonte dos factores de produção”, devia ser sustentada pelo trabalho do homem e nunca através do “trabalho da mulher casada e geralmente até (do) da mulher solteira” até porque “nunca houve nenhuma boa de casa que não tivesse muito que fazer” (Pimentel, 2011, p. 55).

Toda esta retórica de exaltação das funções desempenhadas pela mulher na esfera privada, de enaltecimento do seu papel enquanto cuidadora da família e “rainha” do lar, tinha como objectivo, por um lado, conseguir a adesão espontânea das mulheres aos valores do regime e, por outro lado, legitimar a eliminação da concorrência feminina num mercado laboral com elevadas taxas de desemprego e no qual as empresas competiam de forma desleal através do recurso à mão-de-obra feminina e infantil:

Na grande concorrência que as indústrias entre si estabelecem, tanto no mercado interno como no externo, é facto capital, para o branqueamento do preço de custo, obter mão-de-obra fácil e barata. Daí vem o recrutamento de menores e mulheres para as fábricas e oficinas (...) As mulheres, dotadas de uma grande habilidade manual, igualam-se, na produção, aos homens, muitas vezes excedem-nos, e com um salário inferior, metade ou pouco mais de metade do dos homens. Depois é uma mão-de-obra dócil, disciplinada, obedecendo sem discussão, cedendo a trabalhar horas extraordinárias, submissa, pronta a todos os sacrifícios (...) A mulher vai buscar ao trabalho a sua subsistência ou um complemento para as despesas do casal, aceitando resignadamente as mais rudes profissões (Melo, 2017, p. 44).

Assim, Salazar, em consonância com as organizações feministas de índole católica, insurge-se contra o desmembramento da família, defendendo o regresso da mulher ao lar e o reconhecimento da maternidade e do trabalho doméstico enquanto funções sociais:

Dum só golpe, desmembrámos o núcleo familiar e, com a concorrência entre operários devido ao contributo do trabalho feminino, não lhe concedemos em salários o equivalente à produtividade de uma boa dona de casa e à utilidade social de uma mãe de família exemplar (Pimentel, 2011, p. 56).

A 31 de Março de 1932 o governo assina a convenção internacional referente ao trabalho feminino no sector da indústria. O documento limitava o horário laboral das mulheres a onze horas diárias, proibindo-as de trabalhar no horário compreendido entre as dez da noite e as cinco da manhã. No ano seguinte, ano de institucionalização do Estado Novo, Pedro Teotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações, alerta para o facto de a mão-de obra feminina estar a “substituir o homem em quase todos os ramos da indústria”, sector onde desempenha funções não compatíveis

“com a sua compleição física e resistência” (Pimentel, 2011, p. 64). Como forma de resolver a situação é criado o Estatuto do Trabalhador Nacional (ETN), que estipulava a necessidade de “o trabalho das mulheres e menores fora do domicílio” ser regulado de acordo com “disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social” (Pimentel, 2011, p. 64).

Em 1936, Amaral Pyrrayt, elemento do aparelho corporativo de Salazar, considera o Estatuto do Trabalhador Nacional a “síntese mais perfeita e mais exacta da atitude do Estado em face do trabalho feminino” mas lamenta que a mulher continue a “proletarizar-se” e a “masculinizar-se” por força do capitalismo, responsável pelo “definhamento da raça” e pelo “aniquilamento da família”. Assim, propõe a proibição, a todas as mulheres, do trabalho em sectores que se revelem incompatíveis com a natureza, a moral e a debilidade intrínsecas à condição feminina e, especificamente às mulheres casadas, o trabalho no sector do comércio e da indústria (Pimentel, 2011, p. 57).

São inúmeras as actividades e profissões vedadas às mulheres ou nas quais lhes são impostas uma séria de restrições e limitações. A carreira diplomática é exemplo de uma profissão vedada às mulheres, uma vez que a admissão ao quadro diplomático e consular é feito através da prestação de provas públicas a que só podem candidatar-se “cidadãos portugueses originários do sexo masculino”. Também o concurso para os lugares burocráticos do Ministério Público é interdito a mulheres. Relativamente ao acesso à administração pública, o Código Administrativo de 1936 determinou que apenas cidadãos do sexo masculino poderiam concorrer a certos postos da administração pública e, a 23 de Novembro de 1966, o Decreto-Lei nº 47 331 vem estipular ser apenas permitido aos cidadãos portugueses “do sexo masculino serem candidatos à admissão no serviço diplomático”. Às mulheres encontra-se igualmente vedado o acesso ao cargo de aspirante e datilógrafo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas, bem como ao posto de funcionário da administração civil do Império Colonial Português, sendo discriminadas indirectamente devido à lei que regula o acesso aos cursos da Escola Superior Colonial e que obriga a que todos os alunos sejam do sexo masculino.

Apartir de 1939, provavelmente devido à dureza da função, é proibido às mulheres o trabalho nas salinas existentes nas regiões de Lisboa, Setúbal e Algarve, podendo as que à data já trabalhavam no sector continuar a desenvolver actividade. As mulheres que trabalhavam nas salinas auferiam ordenados muito inferiores aos dos homens, o que tornava sua contratação mais vantajosa

para a maioria das empresas. Assim, proibir a contratação de mais de obra feminina mais não era que uma forma de eliminar a concorrência que estas representavam.

Durante a Segunda Guerra Mundial é estipulado que determinadas profissões podem apenas ser excedidas por mulheres. Professora primária, enfermeira, assistente social ou visitadora escolar são algumas das profissões exclusivamente femininas. A existência destas restrições não deve ser entendida como uma forma de discriminação positiva uma vez que não pretendem reequilibrar o exercício de diferentes funções entre homens e mulheres mas sim reforçar os estereótipos de género veiculados pelo regime.

A profissão de professor primário é convertida, através de medidas legislativas, numa profissão fundamentalmente feminina principalmente devido ao facto de o Estado Novo pretender “neutralizar esta categoria profissional”. Contrariamente ao que havia sido defendido pelo regime republicano, que atribuía aos professores um estatuto socioeconómico razoável e considerava a sua missão fundamental para melhorar o nível educacional da população, o Estado Novo pretende subalternizar a classe docente através de medidas como uma menor exigência no acesso à profissão, a atribuição de menos regalias aos profissionais que as exercem e a feminização da classe. Acresce referir que as professoras primárias passam a ver condicionado um aspecto fundamental da sua vida privada: a possibilidade de contrair matrimónio. Com o objectivo de impedir a mobilidade social das professoras através do casamento, estas passam a estar obrigadas a pedir autorização ao ministério, sendo esta autorização concedida com base em factores como a boa conduta moral e civil da docente, o seu rendimento ou os rendimentos do futuro marido (Melo, 2017, p. 48).

Também a enfermagem, entendida como o acto de cuidar, é considerada uma profissão feminina. A Escola Técnica de Enfermeiros, fruto de uma parceria entre o Instituto Português de Oncologia e a Fundação Rockefeller, refere-se à “enfermeira” como se a profissão fosse obrigatoriamente para as mulheres. Escola criada para formar enfermeiras especializadas em Oncologia, restringe o seu universo de alunos aos “indivíduos do sexo feminino de conhecida idoneidade moral habilitados com o exame do 2º ciclo lineal ou com habilitações equivalente” (Cf. Decreto n.º 30:447; 17 de Maio de 1940). O entendimento da enfermagem enquanto profissão exclusivamente feminina encontra-se também explicito no diploma que re-estrutura o ensino ministrado na Escola de Enfermagem Artur Ravares e o exercício da enfermagem em Portugal. O texto introdutório do decreto refere diversas especialidades da enfermagem - enfermeiras hospitalares, visitadoras, pueri-

cultoras e psiquiatras - nunca referindo a possibilidade do seu exercício por homens. Também as normas de acesso às escolas de enfermagem nacionais são alteradas, passando a ser exigido que os candidatos cumpram os seguintes requisitos: idade compreendida entre os dezoito e os trinta anos, robustez física atestada por inspecção médica, habilitações literárias compatíveis com a função e “bom comportamento moral e teor de vida irrepreensível” (Cf. Decreto-Lei nº. 32:612; 31 de Dezembro de 1942). No que diz respeito às mulheres que se candidatavam ao cargo de enfermagem hospitalar, era exigido que fossem solteiras ou viúvas sem filhos, ou seja, as enfermeiras viam negado o direito de contrair matrimónio.

A assistência social é também uma área de actividade exclusivamente feminina. Na legislação referente à acção policial com intuito de reprimir a mendicidade, é referido que para colaborar com a polícia nesta função, devem ser recrutados colaboradores “entre senhoras de reconhecida competência ou habilitadas com curso de Serviço Social” (Cf. Decreto-Lei n.º 30:389; 20 de Abril de 1940).

Outra área profissional reservada às mulheres é a de visitador escolar, profissão que exigia a frequência de um curso de três meses organizado pela Obra das Mães para a Educação Nacional e a obtenção do respectivo diploma. Os requisitos de admissão e o conteúdo do curso, definidos em portaria assinada pelo Ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco, definem que, considerando a “delicada missão social e educativa” das visitadoras escolares, é necessário para frequentar o curso “maioridade, irrepreensível conduta moral, modéstia, compostura exterior, suficiente robustez física e aprovação em exame constituído por prova aritmética, de redacção e de aptidão para o trabalho social e para a orientação moral”. Constitui ainda critério preferencial de admissão que a candidata não seja casada, ou seja, “a viuvez com encargos de família, o estado de solteira com encargos de família ou desamparo”. O programa do curso, concordante com os principais valores ideológicos do regime, e adaptado “na sua essência ao espírito que informa a estrutura política, moral e social do Estado Novo”, promove a condenação do aborto e do divórcio, a defesa do aumento da taxa de natalidade e da protecção das famílias numerosas (Melo, 2017, p. 54).

Outras profissões consideradas tipicamente femininas, sendo a respectiva categoria sempre citada no género feminino, são a de Datilógrafa, no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, a de Chefe de Secretária, a de “professora auxiliar” e de telefonista da Emissora Nacional de Radiodifusão, para o qual era exigida a instrução primária. Também as carreiras de assistente de

programas, locutora, escriturária, arquivista musical e fiscal de programas são abertas às mulheres sendo, contudo, fixado um sistema de quotas que definia o limite máximo de mulheres em cada uma dessas categorias: “a admissão de pessoal feminino não poderá exceder a percentagem de vinte por cento sobre o total dos lugares de cada categoria, excepto para arquivista musical e fiscal de programas, em que essa percentagem poderá ir até 50%”. A Emissora Nacional de Radiodifusão, criada em 1933 sob tutela do Ministério das Obras Públicas, era considerada um importante meio de propaganda do regime, o que permite entender a discriminação de género verificada no acesso a determinados cargos. À data da adopção do diploma que restringe o acesso das mulheres a determinados cargos é António Ferro o seu director (Melo, 2017, p. 55).

Também nos Correios, Telégrafos e Telefones a função de telefonista é reservada às mulheres, para a função de contabilista a admissão de mulheres é limitada e, relativamente à função de operadores, as mulheres vêm limitada a sua possibilidade de serem promovidas acima de uma determinada categoria.

Identidades Disruptivas.

A não-identidade dos Gays, das Lésbicas e dos Bissexuais.

“Deus, Pátria e Família” são os valores basilares do Estado Novo, sendo que por família se entende, exclusivamente, o modelo tradicional e conservador, heterossexual e católico. Todas as formas de vida, todos os processos de construção de identidade e de relacionamento social que não respeitassem estes valores, ou que ameaçassem subvertê-los, eram ignorados, silenciados, empurrados para as margens da sociedade numa tentativa de branquear a sua existência.

São as mulheres heterossexuais, os homossexuais e as lésbicas os grupos que mais sofrem com este processo discriminatório, as principais vítimas de um processo de branqueamento e de anulação, vendo as suas histórias e a sua existência apagadas, ignoradas e até desmentidas. É a expressão máxima do não-dito, de Michel Foucault, o que não se diz para que não se torne realidade, não se materialize e assim permaneça escondido, silenciado, sob um manto de hipocrisia, medo e repressão.

O processo de ostracização social dos homossexuais é ditado pelas elites burguesas que, no advento do século XX, impõem uma nova moral e um novo conceito de família. A repressão da homossexualidade origina relações de fachada, de aparência, nas quais os homossexuais, por vergonha da sua condição ou medo de assumir, se apresentam como heterossexuais e adoptam posturas excessivamente masculinizadas, por vezes até machistas e misóginas, como forma de camuflar a sua verdadeira identidade

O Século XIX e o Século XX

O século XX caracteriza-se pela imposição de uma moral conservadora e puritana, que domestica costumes, valores, comportamentos, a vida quotidiana e a própria sexualidade. A imposição dos cânones rígidos da moral burguesa intensifica-se durante a I Guerra Mundial e atinge o seu

auge nos anos 30 e 40 com o regime nazi. Multiplicam-se os discursos sobre a sexualidade procriadora e não procriadora, sendo esta última considerada socialmente perigosa e uma ameaça para a ideologia vigente e os valores subjacentes.

A evolução do capitalismo e da sociedade burguesa e a crença de infalibilidade da ciência permitem que a homossexualidade deixe de fazer parte dos domínios da Igreja e integre o domínio da medicina, mais concretamente da psiquiatria. Este novo entendimento, presente em toda a cultura ocidental, não se aplica a toda a sociedade de forma linear, verificando-se dois grandes eixos de diferenciação. Por um lado, a classe social enquanto factor de diferenciação, uma vez que para aqueles que pertenciam às elites e à aristocracia o tratamento não era de modo algum semelhante ao tratamento para quem pertencia ao povo; por outro lado, o eixo do não-dito, da inviabilidade, da ausência de identidade que impossibilita a criação de laços de conhecimento e de identificação e, consequentemente, inviabiliza a construção de uma comunidade e cultura comuns.

Em Portugal, o entendimento sobre o que significa ser homossexual começa a ser construído nos anos vinte do século XX e começa a ser desconstruído a nível mental, social e legal após a queda do regime salazarista, nos anos oitenta do mesmo século. Durante o período de Ditadura, os homossexuais eram entendidos como pessoas desprovidas de identidade, que se relacionavam sexual e afectivamente com pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade era vista como uma prática estigmatizada e estigmatizante, associada à doença, à perversão e à marginalidade.

Lesbianismo, a não-existência.

No que ao lesbianismo diz respeito, e em consonância com os valores do regime, a situação era ainda mais dramática pela dupla discriminação de que são vítimas: por um lado, por ser uma prática homossexual, por outro por serem mulheres. Em toda a cultura ocidental, o pensamento e o discurso sobre as práticas homossexuais foi sempre associado ao universo masculino. Em Portugal, no decorrer do século XX, as lésbicas foram totalmente marginalizadas, condenadas a uma não-existência e uma não-identidade.

O lesbianismo é sempre analisado e categorizado tendo o homem como referência social. É a partir da análise do homem e das expectativas que a sociedade nele deposita - macho com sexualidade activa e reprodutora, com direito ao prazer - que se define o discurso do interdito, se caracte-

rizam todas as construções de identidade consideradas desviantes e subversivas. A mulher surge sempre numa posição subalterna, em segundo plano, dependente do homem e por isso, a análise do lesbianismo, das sáficas e das tríades era apenas um decalque da análise da homossexualidade masculina. O lesbianismo não é entendido como identidade independente mas sempre como subsidiária da homossexualidade masculina, não sendo sequer considerado uma perversão absoluta. Até do ponto de vista legal, a relação lésbica era vista como algo de cariz afectivo e não sexual.

Ao longo dos séculos XIX e XX as lésbicas foram sempre entendidas enquanto subespécie, categorizadas em função da sexualidade masculina, situação que apenas se altera após os movimentos feministas-lésbicos dos anos setenta do século XX.

Relativamente à menoridade atribuída ao lesbianismo, Ana Luísa Amaral, especialista em Estudos Feministas e Estudos Queer, lembra que “na Bíblia, as relações anais estão proibidas para todos, o modelo de sexualidade é o masculino, de penetração, e o homem é o protagonista”, concluindo que “a mulher homossexual é minorizada. São umas brincadeiras, o que elas fazem. Não tem expressão, porque não existe a penetração masculina” (Almeida, 2010, p. 102).

Também António Serzedelo, líder da Opus Gay, afirma que “a atitude repressiva da sociedade parece ter-se dirigido muito mais rápida e severamente contra a homossexualidade masculina do que contra a feminina, o que é testemunhado desde os primórdios da Cristandade., através das prescrições dos penitenciais e manuais de confessores que se sucederem desde a Idade Média” (Almeida, 2010, p. 103).

É o não-ser, a ausência de identidade que caracteriza o discurso sobre o lesbianismo em Portugal. É excluído do discurso oficial mas incluído na punição legal. As mulheres que se assumiam e expunham enquanto lésbicas, caso fossem apanhadas pelos mecanismos de fiscalização e policiamento do Estado Novo, sofriam, teoricamente, uma punição legal em igualdade de circunstâncias com os homens. Contudo, no que diz respeito à aplicação da lei, a situação era efectivamente diferente, embora com semelhante dureza. Devido à dupla estigmatização do lesbianismo, as mulheres não eram presas explicitamente com base nesta justificação sexual, eram punidas por transformismo, por desrespeitarem o papel social que lhes é destinado, não respeitarem o modelo de família tradicional e tentarem assumir o papel de homem.

Tal como Paulo Guinote clarifica, as mulheres que optavam por assumir a mudança de género e uma identidade masculinizada, eram detidas por “uso de roupa do sexo oposto, uso de nome suposto e parte de documentação falsa”. A questão da sexualidade estava ausente, era ignorada (Almeida, 2010. p. 104).

No que diz respeito ao lesbianismo, o estatuto social também era um critério de análise extremamente importante. Para as mulheres pertencentes à elite, as relações eram, no máximo, entendidas como amizades íntimas, para as mulheres do povo o destino final eram sempre a prisão, a institucionalização, o tratamento aplicado pelos médicos no Instituto de Medicina Legal.

Relativamente à diferenciação social enquanto eixo fundamental de análise, Paulo Guinote defende que “o silêncio geral sobre a sexualidade feminina não significaria, como é natural, a ausência dos respectivos comportamentos alternativos ao modelo heterossexual apresentado como desejável regra absoluta, nem o seu completo desconhecimento por parte da sociedade”, acrescentando que “a presença de desvios à norma no campo das práticas afectivas era ocultada sob mantos diversos, de acordo com a origem e características das suas protagonistas, desde as chamadas amizades românticas, ou afinidades electivas especiais de mulheres de estratos sociais, cultural e economicamente favorecidos, até às irregularidades de comportamento apresentadas como aberrantes e nascidas de condições específicas de ambientes degradados e moralmente corrompidos (a prostituição, a prisão), passando por ingénuas práticas nascidas da inocência e desconhecimento”. (Almeida, 2010, p. 105).

A doença que tem de ser tratada

Nos finais do século XIX, início do século XX, o conceito de homossexualidade começa a ser definido através da medicina, mais concretamente da psiquiatria, e de um enquadramento legal específico: em 1912 é criada a primeira lei que criminaliza a prática de actos contra a natureza em Portugal, integrada no Código Penal de 1954 onde permanece até 1982. Relativamente ao entendimento da homossexualidade enquanto doença, só em 1973 sairá da lista das doenças da Associação Americana de Psiquiatria, sendo retirada da lista internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde apenas em 1993.

Para a definição e entendimento da homossexualidade foi fundamental o papel da medicina, mais concretamente dos médicos que se debruçavam sobre os distúrbios de personalidade e de comportamento. Assim, no século XIX nasce a forma científica de corrigir a fuga à normatividade, a ruptura com o socialmente aceite que a homossexualidade representa. Perante a necessidade de reorientar e reintegrar aqueles que não vivem a sua sexualidade da forma expectável, uma sexualidade socialmente útil e politicamente enquadrada, e de recolocar no caminho certo os que não respeitam o modelo de sociedade patriarcal e heterossexual ideologicamente aceite, a psiquiatria e a sexologia irão analisar, medir, medicar, dissecar e escrutinar o cérebros dos homossexuais. Defende Michel Foucault que “a medicina das perversões e os programas de eugenismo foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XX” (Foucault, 1994, p.121).

Relativamente ao processo de repressão e condenação da homossexualidade, Susana Pereira de Bastos explica que o internamento dos homossexuais em instituições específicas, e consequentemente, o seu afastamento da sociedade tem como objectivo o aperfeiçoamento da sociedade, de acordo com o novo código sociabilidade :

Encerrando tais personagens em instituições totais, exilando-os do espaço público, o regime, ao mesmo tempo que exorcista certos medos, escondida as suas imperfeições dos olhos de nacionais e estrangeiros. Levando mais longe a metáfora do sacrifício ritual, também a violência deste encerramento era necessária e justificada em função da regeneração da vítima e da subsequente renovação moral de um cosmos português, engrandecido (Bastos, 1997, p.59).

Assim, e no seguimento na lei de 1912, são criadas instituições específicas para o internamento de homossexuais. O decreto-lei 30.389, de 20 de Abril de 1940, estipula a criação de albergues distritais para internar os indigentes, na dependência dos comandantes da polícia. Já em 1933 havia sido criado, em Lisboa, o mais paradigmático dos albergues portugueses: a Mitra, que assumirá o estatuto de instituição parapsiquiátrica, em 1952, e será extinta em 1974.

É durante a Primeira República que surge o entendimento da homossexualidade enquanto patologia e perversão, doença que tem ser tratada e comportamento que carece de ser corrigido em nome da nova ordem social burguesa. Para este novo entendimento contribuíram, do ponto de vista ideológico, nomes relevantes da ciência médica como Egas Moniz (n.1874 - f.1955), Adelino Silva, Arlindo Camilo Monteiro e Asdrúbal António d’Aguiar, responsáveis por adaptar para a realidade

nacional - na maioria das vezes a partir de traduções francesas - aquilo que a escola médica dominante na cultura ocidental defendia: a homossexualidade enquanto doença que carece de cura. Defensores do discurso eugénio sobre a construção do homem novo, perfeito, sem vícios e sem desvios, são responsáveis por trazer para o contexto nacional aquilo que é defendido em Londres, Berlim e Nova Iorque relativamente à distinção entre a sexualidade útil, correcta e a doença. Sendo inicialmente ignorados, rapidamente Portugal os reconhece enquanto figuras da República, lentes universitários e próceres médicos, o que os leva a escrever manuais de medicina, considerações, reflexões e doutrina que ditarão, durante anos, o entendimento sobre o que é ser homossexual, como se diagnostica, se trata e se cura a doença.

Contudo, este não é um assunto consensual. Egas Moniz e Asdrúbal António d' Aguiar defendem a tese da doença curável, Adelino Silva e Camilo Monteiro defendem a educação como elemento importante na transmissão dos papéis sociais.

Figura de referência nesta temática, Egas Moniz vê a sua obra “Vida Sexual” reeditada até aos anos vinte do século XX, em edições por si actualizadas. Defensor de um discurso explicitamente ideológico, moralizador e doutrinador, do progresso da ciência e da cura, demonstra especial preocupação formadora e didáctica:

O uranista vive ao nosso lado e pertence a todas as classes. O amor heterossexual é atributo geral da nossa espécie, mas a homossexualidade é vício que pertence a todos os graus da escala social. Contudo assevera-se, e com razão, que este fenómeno mórbido aparece mais vezes entre as classes elevadas da sociedade, o que, como diz Moll, não devemos estranhar atendendo que as predisposições nervosas são condições favoráveis ao desenvolvimento da perversão sexual e que esta predisposição existe sobretudo nos meios mais cultos. Há uranistas nas classes instruídas, ricas e de elevada posição sexual (*apud* Almeida, 2010, p. 52).

Defensor da importância da educação e da cura, Egas Moniz alega que:

A hereditariedade manda e impera por vezes, mas a educação, com que pode travar a luta, transforma e modifica as tendências naturais. Dentro do vasto campo das leis imutáveis ainda fica espaço bastante para a influência directa e modificadora do meio. A hereditariedade há antes alguma cousa de possível do que alguma cousa de real. Ordinariamente, na inversão sexual não se herda senão a disposição para a doença; o seu desenvolvimento pois das características posteriores, das influências posteriores que, criando por vezes estados neuropáticos, podem, independentemente da existência de taras hereditárias, determinar a homos-

sexualidade em indivíduos não ferreteados com o sinal da sobrecarga mórbida hereditária (*apud* Almeida, 2010, p. 52).

A importância da moral e da educação reflecte os valores da família burguesa, sublinhada por Michel Foucault:

Os maus exemplos têm na verdade uma grande culpabilidade no progresso do urbanismo, mas a literatura desmoralizado que, por vezes, se espalha nas escolas, nos colégios e nas prisões, ocasiona igualmente muitos males. As privações de relações sociais com as mulheres contribuem igualmente para a inversão. Este facto para mim é tão importante que acho até condenável o afastamento dos sexos nas escolas pela forma severa que geralmente se faz e de que resulta serem as primeiras sensações sexuais experimentadas com indivíduos do mesmo sexo. (Almeida, 2010, p. 52).

Na opinião de António Fernando Cascais, a inexistência de um debate sobre a homossexualidade, contrariamente ao que se verificou nos grandes centros da cultura ocidental como Berlim, foi responsável pelo conservadorismo que reinou em Portugal durante décadas: “Não tivemos um Magnus Hirschfeld (n.1868-f.1935)”, médico e investigador sobre a sexualidade humana, defensor dos direitos dos homossexuais” (Almeida, 2010, p.49).

Magnus Hirschfeld, judeu, socialista e um dos pais da sexologia, fundou em Berlim, em 1897, o Comité Científico e Humanitário, a primeira organização política de defesa dos homossexuais. Em 1919, cria também em Berlim, o Instituto para a Ciência Sexual, o primeiro instituto de sexologia do mundo.

Karl-Heinrich Ulrichs (n. 1825- f.1895), pioneiro da defesa dos homossexuais, é uma das referências de Hirschfeld. Ulrich defendia que a homossexualidade era algo natural, tendo sido a primeira pessoa a defender publicamente, no Congresso de Juristas Alemães, o fim da criminalização da homossexualidade. Sobre este aspecto Gabriela Moita acrescenta que “o conceito de homossexualidade moderna nasce com Ulrichs, não apenas a palavra mas o conceito. É a tentativa de trazer para o corpo a homossexualidade. O que os médicos vão fazer é tratar para não matar. Este discurso é trazido para a medicina por um jurista, Ulrichs, e influencia o discurso oficial” (Almeida, 2010, p. 49).

Contrariamente ao defendido em Berlim, “a ciência portuguesa é conservadora, como é o caso de Egas Moniz, é a ciência de repressão e da medicalização”, defende António Fernando Cascais. Gabriela Moita acrescenta que “Egas Moniz não traz nada de novo, tem a visão da patologia que tem de ser tratada que é a visão liberal para a época”, a visão dos “médicos que procuram reformar o mesmo paradigma”. Conclui acrescentando que “esta é sempre uma visão essencialista. Aquilo que foi pecado, depois foi crime e agora é doença que pode e deve ser tratada. Os homossexuais saem das prisões e passam para os hospitais. Antes tínhamos espaços psiquiátricos nas prisões, na passagem do século XIX para o XX passamos a ter prisões com espaços psiquiátricos”, realidade que chegará a Portugal no século XX. (Almeida, 2010, pp. 49/50).

Marginalização, silenciamento, repressão.

Defende António Fernando Cascais que, “no Estado Novo pode ser-se homossexual, não se pode é dizer. Não se pode dizer a palavra. Aquilo de que não se gosta, não se fala e não existe. A regra é esta. A homossexualidade é o segredo que toda a gente sabe, como toda a gente sabe ninguém diz, não é preciso” (Almeida, 2010, p. 28). Relativamente à forma de tratamento, destaca a importância do estatuto do homossexual e de classe social a que pertence o homossexual, defendendo que “há um tratamento diferente de acordo com a classe social, uma diferenciação de tratamento que vem de antes e que se intensifica com o Estado Novo”, sendo que “normalmente (são os homossexuais) das classes mais baixas, que são arrebitados na rua, são humilhados nas esquadras e espancados em público, passeados nas ruas, postos a lavar o chão. Já para as famílias das elites há um sentido de permissividade, de serem vistos como alguém que não tem de partilhar da moral comum, da moral burguesa” (Almeida, 2010, p. 29).

A repressão e a exclusão de que os homossexuais eram vítimas no Estado Novo levava a que a sua vida fosse relegada para a clandestinidade, para um espécie de submundo associado ao crime e à devassidão. Enquanto realidade relativamente à qual não se falava, a homossexualidade era socialmente enquadrada numa guetização conceptual, com locais e espaços definidos e códigos particulares.

Também António Serzedelo, especialista e activista dos direitos homossexuais, destaca a diferença de tratamento para com quem tinha um estatuto mais elevado e maiores posses financeiras: “Havia liberdade para quem tinha estatuto social e dinheiro. Nós tínhamos dinheiro para pagar muita coisa, para pagar e fazer muita coisa, pagar o estar, pagar o silêncio da sociedade e pagar o silêncio do polícia” (Almeida, 2010, p. 29).

Assim, existiam diferentes graus de permissividade de acordo com o lugar ocupado na hierarquia social. Na esfera da dominada “alta sociedade”, a que pertence a “aristocracia decadente”, tudo é permitido, desde que não seja assumido ou verbalizado. Os homossexuais pertencentes às elites sociais, políticas e artísticas do regime não eram perseguidos e tinham até direito a um estatuto de invisibilidade, desde que actuassem dentro da lei do silêncio e vivessem a sua sexualidade sem falar sobre ela. Os homossexuais pertencentes ao povo eram presos, sujeitos à arbitrariedade da cadeia ou a instituições de internamento.

É o auge da hipocrisia que Michel Foucault descreve:

(...)Seria isto que caracterizaria a repressão e o que a distinguiria das interdições que a simples lei penal mantém: ela funciona efectivamente como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção de silêncio, como afirmação de inexistência e, por consequência, como verificação de que, de tudo aquilo nada há a dizer, nem a ver, nem a saber (Foucault, 1994, p.10).

Durante o período de ditadura, Portugal vive a influência do poder da moral burguesa, movimento que surge associado às elites intelectuais, económicas e políticas que anunciam as ditaduras da Europa e que, pretendendo regular toda a sociedade, regula incontornavelmente aquilo que é mais central: a sexualidade, que no entendimento do padrão burguês, tem de ser socioeconomicamente útil e reprodutiva. Tal como diz Michel Foucault:

Foi na família “burguesa” ou “aristocrática” que começou a ser problematizada a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; foi nela que foi medicalizada a sexualidade feminina; ela é que foi alertada de início para a patologia possível do sexo, para a urgência de vigiar e para a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correcção. Foi ela, de início, o lugar da psiquiatrização do sexo (...). Em face disso, as camadas populares escaparam por muito tempo ao dispositivo da “sexualidade” (Foucault, 1994, pp.123-124).

Assim, esta nova ideologia determina a marginalização de quem não cumpre com o desejo do “e o estéril, quando insiste e se mais demais, transforma-se em anormal: receberá o estatuto de anormal e terá de receber as respectivas sanções”, afirma Michel Foucault, defendendo que esta estigmatização afecta todo o comportamento social:

O que não está ordenado à geração ou transfigurado por ela não tem direito de cidade, nem verbo sequer. Ao mesmo tempo expulso, denegado e reduzido ao silêncio, não só não existe, como não deve existir, e far-se-á desaparecer à mínima manifestação - actos ou palavras (...) Seria isto que caracterizaria a repressão e o que distinguiria das interdições que a simples lei penal mantém: ela funciona efectivamente como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção de silêncio, como afirmação de inexistência e, por consequência, como verificação de que, de tudo aquilo nada há a dizer, nem ver, nem saber. (Foucault, 1994, p.10).

Relativamente à questão da pertença a um grupo, da existência de uma cultura comum, António Fernando Cascais considera que:

Ao contrário dos negros e dos judeus, os homossexuais não nascem no seu grupo, nascem fora, nascem numa família heterossexual, não têm modelos positivos colectivos com os quais se identificar. Até se podem identificar com outros homens, também homossexuais, que são referências, mas não se identificam com o grupo (Almeida, 2010, p. 31).

Relativamente a esta ausência de identidade que caracteriza a homossexualidade, Octávio Gameiro defende que “a identidade depende dos recursos das pessoas, que podem ser sociais e discursivos. É difícil ter identidade, quando esta depende da ligação das sociedades do antigo regime” quando se “depende da família, dos vizinhos”. A identidade surge “quando há condições histórico-sociais”, quando existe “autonomia e background social”. Por isso, “com as condições da modernidade podes autodeterminar-te e não ser determinado” (Almeida, 2010,p. 32).

Os estereótipos que caracterizam a homossexualidade estão profundamente enraizados no fundo cultural português durante o período do Estado Novo, sendo as palavras utilizadas para definir a realidade homossexual todas depreciativas: uranista, maricas, paneleiro, panasca, invertido, bicha, laricas, roto, sáfica, tríade, virago, lésbica, fufa ou fressureira são apenas alguns exemplos dos termos pejorativos que contribuíam para a estigmatização das chamadas identidades desviantes.

A questão da procriação útil, reprodutora, é também um factor extremamente importante, uma vez que são inúmeros os casos de homossexuais que casam e têm filhos sendo que, tal como frisa António Fernando Cascais, “o homossexual que está casado e tem filhos não tem problemas, porque se reproduz, segue o modelo de procriação”. Assim, o homossexuais que desempenham uma procriação útil “depois vão com homens, mas não se consideram homossexuais” (Almeida, 2010, p. 32).

Nos meios homossexuais havia pavor de denúncias à PIDE: “A perseguição vivia muito da denúncia, o clima geral de denúncia da sociedade proporcionava (o medo) e a PIDE pagava por informações também sobre comportamentos homossexuais”, afirma o artista plástico Óscar Alves. É por medo de serem apanhados, internados, espancados e humilhados que os homossexuais têm medo da denúncia, pavor que perdura até 1982, ano em que a homossexualidade deixa de ser crime no Código Penal. “Havia uma vigilância constante em cima das pessoas, tínhamos medo, desde a PIDE à vizinha do lado. Se uma vizinha não gostava de nós, denunciava-nos, as pessoas denunciavam para satisfazer os ódios. Houve casos extremos, sei de uma atriz portuguesa que foi à polícia denunciar o filho garante o artista plástico e actor Óscar Alves.

“Direito” ao Voto

Proibição, exceções e condições.

Em 1911, o Regime Republicano concede, sem especificar o sexo, o direito de sufrágio aos eleitores com idade superior a 21 anos, que soubessem ler e escrever, bem como aos chefes de família. Contudo, a Lei nº 3, de 3 de Julho de 1913 vem especificar que apenas têm direito ao voto os cidadãos do sexo masculino (Pimentel, 2011, p. 37).

Quando a ditadura militar se estabelece, em 1931, prescreve através do Decreto nº 19 694 que “as mulheres portuguesas, chefes de família viúvas, divorciadas ou separadas judicialmente tendo família a seu cargo, e as mulheres casadas cujo marido está ausente nas colónias ou no estrangeiro” estavam possibilitadas de pertencer a juntas de freguesia, consideradas corporações administrativas inferiores (Cf. Decreto-Lei n.º 19:694, 5 de Maio de 1931).

Contudo, o Estado Novo foi pioneiro ao conceder o direito de voto a algumas mulheres para a Assembleia Nacional e a permitir que uma minoria acesse ao hemiciclo. A Constituição de 1933, expressão máxima de ideologia do Estado Novo, especificava de forma clara os direitos políticos, sociais e familiares da mulher e regulamentava a sua intervenção na esfera pública e na esfera privada. Começando por reafirmar a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e a “negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social”, a Constituição de 1933 previa, através de uma cláusula, a seguinte exceção ao princípio da igualdade constitucional: “salvas, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família”. Esta exceção era justificada por dois factores: um biológico, a “natureza” e um ideológico “o bem da família” (Pimentel, 2011 p. 36).

A Constituição Política de 1933 vem definir ser tarefa do Estado garantir a defesa da família enquanto “fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina, da harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua agregação e representação na freguesia e no município”. Como tal, “pertence privativamente às fa-

mílias o direito de eleger as juntas de freguesia”; direito pertence ao “respectivo chefe” (Melo, 2017, p. 107)

Como tal, o direito de voto era apenas concedido ao “chefe de família”, posição ocupada quase sempre pelo homem. Quando em 1932, no decorrer de uma entrevista, António Ferro questiona Salazar sobre o desagrado feminino relativamente ao voto familiar, concedido exclusivamente ao chefe de família”, o chefe do governo responde que as portuguesas não tinham motivos para estar desagradas, uma vez que o “estatuto constitucional” lhes reconhecia “com as possíveis restrições, igualdade de direitos e, até, em certas condições, o direito ao voto” (Pimentel, 2010, p. 37).

Assim, em 1933, é concedido o direito de voto para as juntas de freguesia às “solteiras, maiores e emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral e para as câmaras também a emancipada com curso secundário e superior e não só a maior de idade, o que também acontecia para as eleições presidenciais.” (Pimentel, 2010, p. 37). A 6 de Novembro 1934, o Decreto-Lei n.º 24 631 permitiu, às mulheres com mais de 21 anos, às solteiras com rendimento próprio ou que trabalhassem, e às chefes de família e às casadas com diploma secundário ou que pagassem determinada contribuição predial, o sufrágio feminino e a elegibilidade para a Assembleia Nacional (AN) e para a Câmara Corporativa (CC). Nesse mesmo ano foram eleitas para a Assembleia Nacional as três primeiras deputadas - Maria Guardiola, Domitília de Carvalho e Maria Cândida Pereira. A sua eleição deve-se ao facto de o e que “se as mulheres votassem, Salazar e o seu governo ganhariam sempre as eleições” (Pimentel, 2010, p. 38).

Na opinião de Maria Cândida Parreira, Salazar havia entendido autorizar o sufrágio feminino e permitir a elegibilidade de algumas mulheres pelo seguinte:

Salazar pressentiu que para tal combate (contra a desmoralização) seria necessária energia superior à do homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A Mulher Cristã! (...) A Mulher Portuguesa! Salazar não hesita (...) Escolhe as que podem colaborar, pela sua profissão, quanto à Família, Assistência e Educação. E abre-lhes as portas da Assembleia Nacional (...) A política é só para os homens, dizem. Porquê? Só se é por ela ser feminina, já que tantos por ela se apaixonam. A política tem muitas afinidades com a mulher: diplomata, subtil, ora submissa ora voluntariosa (...). O facto de haver pela primeira vez mulheres no Parlamento não quer dizer que só hoje haja mulheres políticas. A nossa história de oito séculos está cheia (...) O auxílio da mulher tornava-se mais que necessário, tor-

nava-se indispensável. Assim o entendeu o Chefe, assim o decretou! (Pimentel, 2010, p. 39).

Assim, o voto familiar não foi conquistado pelas mulheres mas autorizado pelo Chefe de Estado, não por entender ser um direito, mas por considerar que um grupo específico de mulheres, pertencentes à elite-estadonovista, seria útil no cumprimento dos propósitos do regime reservados às mulheres: a assistência e a educação.

O Código Administrativo de 1936, que regulamentou as normas para as freguesias e as câmaras, definiu como “chefe de família” o “cidadão português com a família legitimamente constituída vivendo em comunhão de bens e de habitação” e a “mulher portuguesa, viúva, divorciada ou judicialmente separada de pessoas e bens, ou solteira, maior ou emancipada, de reconhecida idoneidade moral, que viva inteiramente sobre si, e tenha a seu cargo descendentes, ascendentes e colaterais”. (Pimentel, 2011, p. 40)

O Decreto-Lei de 1933 que restringia o direito ao voto às mulheres com curso secundário ou superior, é reafirmado em 1945 pelo artigo 4º do Decreto-Lei n.º 34 938, de 22 de Setembro. A 31 de Dezembro do mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 35 426 concedeu, aos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que soubessem ler e escrever português ou pagassem ao Estado pelo menos 100\$00 em impostos, o direito a votar para a eleição do Presidente da República e da Assembleia Nacional (Pimentel, 2011, p.40).

No que diz respeito às mulheres, apenas podiam votar os cidadãos do sexo feminino, maiores ou emancipados, detentoras do curso geral dos liceus, do magistério primário, das escolas de Belas-Artes, do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Musica do Porto, dos institutos industriais e comerciais, ou serem chefes de família nas condições anteriormente especificadas. Relativamente às mulheres casadas, a Lei nº. 2 015, de 28 de Maio de 1946, vem definir que as mesmas podem votar desde que sejam alfabetizadas e pagassem uma contribuição predial de, no mínimo, 200\$00 (Melo, 2017, p. 108). Na opinião de Elina Guimarães:

É muito duvidoso que pudesse chamar-se àquilo direito a voto. Davam direitos de votar às mulheres que tivessem curso secundário ou superior. Eu estava neste caso, mas pense: eu acho isto extremamente humilhante, que ponham essa condição. Quer dizer que uma mulher tem que ter um curso universitário para igual

mentalmente ao homem. E ainda para mais isto não é votar. É deitar na urna um papelucho que o governos nos dá (Melo, 2017, p. 108).

Assim, para poder votar nas eleições políticas, a mulher casada tinha se saber ler e escrever, ser proprietária de bens imóveis avaliados num determinado valor, enquanto que, aos homens , para terem direito de voto, bastava poder ler e escrever ou pagar um imposto de pelo menos 100\$00.

A lei prevê outras restrições ao universo eleitoral aplicáveis a homens e a mulheres. Assim, não podem ser eleitores aqueles que tenham adquirido nacionalidade portuguesa há menos de dez anos, os que “não esteja, no gozo dos seus direitos civis e políticos”, os judicialmente interditos e os notoriamente dementes, os acusados e condenados em processo penal e, ainda, os que “ostentem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente ou propaguem doutrinas tendentes à subversão das instituições e princípios fundamentais da ordem social” (Melo, 2017, p. 107/108).

Crimes femininos e Crimes contra a mulher

A legislação do Estado Novo que mais intrinsecamente afecta a vida da mulher é que regula a prostituição, o aborto e o adultério. Inicialmente regulada por via administrativa, e não legal, a prostituição não era considerada crime. Também o proxenetismo, excepto quando praticado com menores, não era criminalizado. Combater o tráfico de menores foi uma das principais reivindicações de mulheres pertencentes a diversos sectores da sociedade, desde as do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) às da OMEN.

A 19 de Setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 44 579 vem proibir a prostituição, ordenar o encerramento das casas toleradas a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte, e comparar as prostitutas a “vadios”, sujeitas a um ano de prisão e a multas. Quando praticada junto de igrejas ou de escolas, a prostituição passa, após o projecto de revisão do Código Penal (1963 - 1966), a ser considerada crime (Pimentel, 2010, p. 51).

Maria Luísa Vanzeller, dirigente da OMEN e da MPF e vice-presidente do Instituto Maternal (IM) vem defender na Assembleia Nacional, em 1944, que o aborto representava o assassinato de muitas crianças “no tabernáculo da própria mãe”, devendo por isso ser entendido como um caso de polícia “de costumes”. Apesar de a prática de aborto ser considerada crime pelo Código Penal de 1986, a responsabilidade da mulher que abortava era atenuada se o tivesse feito para “ocultar a sua desonra” (Melo, 2017, p.133). Efectivamente, de acordo com um estudo realizado por Maria Luíza Vanzeller, entre 2473 gestações mais de um terço das mulheres tinha abortado, situação motivada em inúmeros casos pelo receio da fome, do escândalo e da expulsão de casa pelos seus senhorios (Pimentel, 2010, p. 51).

A mulher que pratique o crime de “parto suposto”, ou seja, que assumir parto alheio como seu ou que substituir o seu filho por outra criança é condenada a pena de prisão ou a degredo temporário.

A consideração pela grávida e pela vida intra-uterina determina que, em princípio, não sejam aplicadas penas corporais a mulheres grávidas nem antes de ter decorrido um mês sobre o parto.

O mesmo Código Penal que criminaliza o aborto, considera que o crime de homicídio da mulher cometido pelo homem casado deve ser punido com três meses de desterro fora da comarca (art. 372.º). Apesar de, em teoria, a lei se aplicar de igual forma à mulher casada, existe uma exceção no texto: a pena tinha o mesmo grau de brandura apenas no caso de a mulher “matar a concubina teúda e manteúda pelo marido na casa conjugal, ou ao marido ou a ambos” (art. 401.º).

O adultério tem, também, consequências muito diferentes em função do sexo. Se for a mulher a praticar o crime de traição, é condenada a uma pena de prisão que pode ir dos dois aos oito ou a degredo temporário. Por outro lado, se o adúltero for o homem, será penalizado com uma pena que pode ir de três meses a três anos mas apenas se tiver “manceba teúda e manteúda na casa conjugal” (Cf. Código Penal de 1886; artigos 372.º, 401.º e 404.º).

No que respeita ao crime de homicídio por adultério, também os critérios são muito diferentes consoante o sexo. Se o marido matasse o mulher por esta ter praticado adultério, era “desterrado para fora da comarca por seis meses”. Em igualdade de circunstâncias, a mulher casada apenas beneficiará desta sanção se o marido tiver, na residência do casal, “concubina teúda e mantida” (Melo, 2017, p. 134).

É importante referir que o facto de um crime ser praticado contra uma mulher pode significar um agravamento da pena. Por norma, constitui uma circunstância agravante a acção cometida “com manifesta superioridade” devido ao sexo da vítima, ou “com desprezo do respeito devido ao sexo desta”. De acordo com Luis Osório “a razão da agravante é a maior dificuldade que o ofendido tem de se defender”. O homem que pratique crime contra a honra da mulher é obrigado a indemnizá-la, mas, se casar com a vítima e o casamento durar no mínimo cinco anos, não cumprirá pena (Melo, 2017, p.133).

Casamento e Divórcio

Durante o a vigência do Estado Novo vigorou em Portugal o Código Civil napoleónico de 1867, denominado “Código de Seabra”. Os seus elementos discriminatórios estão bem presentes no Código Civil de 1939, conforme veremos no decorrer deste capítulo, tendo-se mantido praticamente inalteráveis até à adopção do Código Civil de 1967.

De acordo com o “Código de Seabra”, era obrigação da mulher casada residir no domicílio do marido (art.19º), a quem cabia gerir, de forma livre, os bens mobiliários do casal (art. 1149º), defender a esposa e os seus bens. Da mulher esperava-se obediência total ao esposo (art. 1185º), devendo acompanhá-lo para todo o lado, excepto para o estrangeiro (art.1186º). Estava impossibilitada de, sem autorização, (art.1194º) adquirir, hipotecar e alienar bens com contrair obrigações (arts. 1154º,1190 e 1193º) ou publicar obras (art. 1187º).

Para além de perder automaticamente a nacionalidade caso casasse com um cidadão estrangeiro, a mulher estava proibida de “reservar para si a administração dos seus bens mas apenas a de um terço dos rendimentos a título de alfinetes” (Pimentel, 2011, p. 45).

A separação de pessoas e bens podia ser requerida no caso de “adultério da mulher”, mas apenas no caso de “adultério do marido com escândalo público ou completo desamparo da mulher ou concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal.” Assim, defende Elina Guimarães, existia uma discriminação relativamente aos fundamentos para o divórcio, uma vez que “o adultério do marido obedecia a condições que raras vezes se verificavam”, principalmente, nas classes elevadas, muito ociosas de decoro” (Pimentel, 2011, p.45)

O Código de Processo Civil de 1939 vem repor discriminações que vinham sendo eliminadas, nomeadamente o “humilhante poder concedido ao marido de requerer judicialmente a entrega da mulher”, eliminado pelo decreto de 25 de Dezembro de 1910. O “Código de Seabra” previa o depósito da mulher casada antes de um processo de separação ou como consequência do mesmo: “a mulher casada que quisesse sair do lar conjugal só o poderia fazer mediante requerimento para ser depositada”, em “casa de família honesta que o juiz escolheria” (Pimentel, 2011, p. 46).

Também após a implementação do Código de Processo Civil de 1939 as mulheres ficam privadas de poder exercer comércio, celebrar contratos, administrar bens ou viajar para o estrangeiro sem a autorização expressa do marido.

Desde o começo dos anos trinta do século XX, muitos deputados de índole católica começam a manifestar o seu apoio à criação de medidas que restringissem as causas que legitimavam o divórcio e à re-introdução de critérios desiguais relativamente ao divórcio justificado por adultério. Assim, em 1935, foi proposta na Assembleia Nacional, uma lei que visava eliminar o divórcio por mútuo consentimento, regulado pelo decreto republicano de 3 de Novembro de 1910, e limitar as que o permitiam. Esta lei defendia que o divórcio era concedido ao homem em todas as situações de adultério da mulher, mas no caso de adultério cometido pelo homem, apenas em casos de “escândalo público ou completo desamparo da mulher ou com concubinato”, de maus-tratos repetidos e ofensas graves, ausência durante o período de dez anos sem dar notícias ou em casos de loucura (Pimentel, 2011, p. 47).

A Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, celebrada a 4 de Maio de 1910 veio reconhecer os efeitos civis do casamento celebrado de acordo com as leis canónicas e defender, “em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico”, “que pelo próprio facto da celebração do casamento canónico, os cônjuges” renunciariam “à faculdade civil de requerer o divórcio” (art.24º).

A consagração legal da indissolubilidade do casamento católico foi uma das alterações mais relevantes no estatuto da mulher casada. Em 1937, Salazar redige uma carta a propósito da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, dizendo o seguinte:

Vais fazer uma obra que não é, como outras, só para o momento que passa. É obra feita a Deus e à sua Igreja que também esperam justiça. Deus escolheu-te a ti, para lhe dares Portugal e O dares a Portugal - como o Papa disse da Concordata Italiana. Temos de fazer a obra mais perfeita que pudermos. Portugal vai viver muito tempo do que agora se fizer. A alma cristã de Portugal dependerá, Deus sabe até quando, desta obra. Eu fico rezando para que tu possas fazer tudo o que Deus espera de ti. E que a igreja te fique sempre abençoando, o filho glorioso que lhe deu em Portugal o lugar que lhe pertence para salvação das almas (Melo, 2017, p.63).

No que fiz respeito à regulamentação do casamento, a ideia basilar é bem clara nesta frase do Cardeal Cerejeira:

Como o casamento católico é sacramento, cai inteiramente sob a competência da Igreja, que exclusivamente pode determinar as condições da sua realização. O Estado apenas pode terminar os efeitos civis do casamento realizado nas condições estabelecidas pela Igreja. Em rigor, o casamento civil não deveria ser reconhecido, em caso nenhum, aos católicos, que só podem acelerar o casamento segundo as leis canónicas (Melo, 2017, p. 64).

Assim, os tribunais civis perdem a capacidade de dissolver o matrimónio católico e todos aqueles que casassem pela Igreja ficavam proibidos de se divorciar e de contrair matrimónio depois de separados. Tal como clarifica Mário de Figueiredo, o negociador português do acordo com a Santa Sé, a 27 de Maio de 1940: “É claro que a solução da Concordata é esta: quem depois da sua vigência (1 de Agosto) se casar catolicamente não pode divorciar-se” (Pimentel, 2011, p. 47).

Relativamente à idade nupcial, esta é definida de forma desigual: os rapazes são autorizados a casar após os 16 anos e as raparigas após os 14 anos.

O modelo de família defendido pelo Estado Novo e o papel que a mulher desempenha na organização familiar está bem explícito na legislação que regula a celebração do casamento. Exemplo claro é a defesa da incompatibilidade entre o matrimónio e o mundo laboral. Quando questionado por Christine Garnier sobre o motivo que origina esta incompatibilidade, Salazar diz o seguinte:

(...) Não há boas donas de casa que não tenham que fazer em casa, quanto mais não seja a preparação das refeições e o arranjo das roupas. A ausência da mulher desequilibra a economia doméstica e a perda de dinheiro que daí resulta raramente é compensada pelos ganhos exteriores (Garnier, 1952, p. 17).

No que respeita ao “movimento de emancipação”, Salazar esclarece:

Como poderei eu quebrar esta vaga de independência feminina que se abate sobre o nosso mundo? As mulheres evidenciam tal anseio de liberdade, tão grande ardor em aproveitar os prazeres da vida! Não compreendem que a felicidade se atinge pela renúncia e não pela posse... As grandes nações deveriam dar o exemplo, mantendo as mulheres no seu lar. Mas essas grandes nações parecem ignorar que a constituição sólida da família não pode existir se a esposa viver fora de sua casa. Assim, o mal cresce e os perigos acentuam-se cada vez mais. Que hei-de eu

fazer, em Portugal? Reconheço que os meus esforços para reconduzir a mulher às antigas formas de viver são quase todos em vão! (Garnier, 1952, p. 18).

Estes “esforços para reconduzir a mulher às antigas formas de viver” incluíram a regulamentação de diversas profissões exclusivas às mulheres, impondo-lhes que optassem pelo celibato ou, no caso de já terem enviuvado, pela não celebração de segundas núpcias. Assim, os cargos de directora e sub-directora do Instituto de Odivelas tinham de ser ocupados por solteiras ou viúvas sem filhos, tal como o cargo de regente, o de ajudante de regente, o de vigilante e o de chefe de rouparia. Também as enfermeiras hospitalares, por força do Decreto nº 32:612, de 31 de Dezembro de 1942, são proibidas de contrair matrimónio, e as mulheres que ocupam os cargos do Ministério dos Negócios Estrangeiros exclusivos a pessoal feminino são despedidas se optarem por casar ou ter filhos.

Relativamente às restrições a que as mulheres estão sujeitas caso optem por determinadas profissões, Salazar reitera que:

Insisti para que se aplicasse a mesma lei nos outros serviços mas não o consegui. As teorias e os factos falam contra mim e até a Igreja me reprova. Os católicos chegam a pretender que a lei favoreça a imoralidade. Contudo, não me considero vencido. Persuadido de que a mulher que tem em mente a preocupação do seu lar não pode produzir fora dele um trabalho impecável, lutarei sempre contra a independência das mulheres casadas. (...) Toleramos a excepção, num caso único: quando as aptidões excepcionais de uma mulher casada podem ser utilizadas para o bem da Nação (Garnier, 1952, pp.18-19).

As professoras primárias, não estando impedidas de contrair matrimónio, estavam obrigadas a solicitar previamente autorização governamental. É importante notar que apenas se aplica à professora - uma vez que o legislador se refere exclusivamente ao “casamento das professoras” - a necessidade de comprovar que o futuro marido tem “bom comportamento moral e civil” e “vencimento ou rendimentos documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora”.

Se um dos principais objectivos do Estado Novo é reconduzir a mulher para o lar, para o espaço privado, este objectivo é ainda mais claro no caso da mulher casada, defendendo Salazar que:

(...) A mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável duma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de

educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem - nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais - a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína...Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil (Pimentel, 2011, p. 35).

Em 1933, a adopção da nova Constituição Política introduz alterações relevantes no estatuto da mulher através da defesa do princípio geral da igualdade dos cidadãos perante a lei e, consequentemente, o repúdio de qualquer acto de discriminação motivado por factores como o sexo. Contudo, considera ser necessário abrir uma excepção relativamente à mulher devido às diferenças da natureza e em prol do bem familiar (Pimentel, 2011, p. 36).

Em 1942, Luiz Pinto Coelho, professor de Direito, clarifica como interpretar esta ampla e vaga excepção. Considera ser necessário distinguir entre as excepções ao princípio de igualdade justificadas pela “natureza da mulher” e as fundadas no “bem da família”. As excepções justificadas pela natureza da mulher são feitas “em favor da mulher, dando-lhe maior capacidade”, como se verifica na idade legal para contrariar matrimónio, em que a mulher pode casar mais nova que o marido; ou nas normas laborais que vedam os trabalhos considerados violentos às mulher ou as que protegem as grávidas e as puéperas. Relativamente ao mundo laboral, e ainda incluídas neste regime de excepção estão consideradas outras profissões, nomeadamente “aquelas que pressupõem na mulher a falta de ânimo forte, tais como as carreiras de armas, as magistraturas, a diplomacia, etc” (Melo, 2017, p. 72). No que respeita às excepções fundadas no “bem da família”, e que tem como objectivo principal promover a harmonia familiar, traduzem-se fundamentalmente na perda de direitos e regalias como consequência do casamento. O “bem de família” e a “unidade do casal” legitimam assim a criação de relações de desigualdade em que o marido assume uma posição de superioridade, de chefe de família, sendo responsável por gerir a vida pessoal e matrimonial do casal e a mulher, relegada para uma posição de menoridade, vê os seus direitos políticos restringidos e a sua liberdade de voto limitada (Melo, 2017, p.72).

Guilherme Braga da Cruz, professor de Direito, faz uma interpretação destas normas, vigentes nos anos 30 e 40 do século passado, nomeadamente do artigo 39º nº1 de 25 de Dezembro de 1910, que reflecte o princípio basilar da sociedade conjugal: a liberdade e igualdade entre os dois

membros do casal. Contudo, este artigo consagra também o “poder marital”, destinando “ao marido, especialmente, a obrigação de defender as pessoas e os bens da mulher e dos filhos”. Explica Cruz que, interpretando esta disposição com base no Direito Canónico, considera-se admissível a igualdade entre os cônjuges apenas quando não prejudique a unidade entre o casal, unidade esta que está dependente do reconhecimento da “natural” supremacia do marido e das suas vontades:

Uma das reivindicações feministas mais insistentemente apresentada nos últimos tempos, é a que pretende acabar com esta tradição canónica, dando à mulher os mesmos direitos que ao marido, e eliminando, portanto, o poder marital. A questão, posta assim, assenta num erro grave, que é o de considerar a supremacia do marido sobre a mulher como um privilégio que lhe é concedido em atenção ao sexo. Ora, muito pelo contrário, esse poder sempre foi concedido ao marido pela necessidade que há de dar unidade ao vínculo conjugal e, por isso, não só no interesse dele, mas também no da mulher e dos filhos. É o interesse da família que exige a subordinação da mulher ao marido, e não qualquer razão atinente ao sexo. E prova disso é que a mulher solteira, viúva ou divorciada goza, com pequeníssimas excepções, de uma capacidade jurídica igual à do homem (Melo, 2017, p. 73).

Considera, relativamente à defesa de que deve ser o homem a liderar a sociedade conjugal e não a mulher que: “A escolha do marido para essa função estava naturalmente indicada. É pelo seu sexo a pessoa de maior idoneidade para tratar das questões relativas à sua casa” (Melo, 2017, p. 73).

O dever de o marido proteger a mulher permite legitimar a restrição dos direitos desta, nomeadamente os referentes à liberdade e à privacidade. Assim, em nome do cumprimento do dever, o marido tem o direito de “fiscalizar as relações sociais da mulher, as visitas que ela faz ou recebe a sua correspondência, etc.” (Melo, 2017, p. 74). O dever de proteger constituiu assim, ainda que de forma indirecta, um mecanismo de repressão, de controlo, de subjugação e, acima de tudo, de destruição do direito à identidade feminina.

Existem apenas duas situações que constituíam excepção a esta violação da esfera privada da mulher: a de estar a decorrer separação ou divórcio provisório e a de a mulher exercer uma profissão que a obriga a segredo profissional.

Salazar considera legítimo que o marido se imiscua na liberdade da mulher, uma vez que também o homem vê a sua liberdade condicionada quando opta por casar:

Queixou-se o homem, alguma vez, de trabalhar de sol a sol, para sustentar a mulher, para a defender de tempestades que andam cá por fora? Não acha ele que é o seu dever natural e justo? Pensou mesmo, algum dia, em arremessar para longe essa grata obrigação? A liberdade da mulher... mas terá o homem liberdade absoluta para si? (Ferro, 2007, p. 91).

A supremacia do marido encontra-se também reflectida no dever da mulher adoptar a residência do marido. Os cônjuges têm obrigação de viver juntos e a lei determina que a residência conjugal deve ser a residência do marido, por ser o chefe de família. Nos casos em que o marido opte por ir viver para o estrangeiro ou para as colónias, por ser considerado uma situação de excepção, é o juiz que decide se a mulher deve ou não acompanhar o esposo.

Também na adopção de nacionalidade por via do casamento é a mulher quem adopta a nacionalidade do marido. Mais uma vez se verifica a sujeição total da mulher ao homem, a tentativa de branquear a sua identidade e a sua história e de a considerar, apenas, como um ser subsidiário do homem. De acordo com Guilherme Braga da Cruz:

É de uma grande vantagem a atribuição da mesma nacionalidade a ambos os cônjuges, não só porque se unificam melhor, assim, as relações entre eles, mas também porque se facilitam as relações dos cônjuges com terceiros, evitando-se os conflitos de leis que uma diversa nacionalidade podia provocar. (Melo, 2017, p. 76)

A mulher está também proibida, sem autorização do marido, de adquirir títulos onerosos sendo que, a título gratuito, apenas poderá fazê-lo caso se trate de uma doação simples. Está também impedida de aceitar, sem a referida autorização, uma herança ou doações de tipo condicional ou oneroso. Da mesma forma, não pode, sem autorização do esposo, renunciar uma herança, alienar bens a título oneroso ou gratuito nem hipotecar ou onerar os seus bens. A representação máxima do poder do marido manifesta-se no principio geral da incapacidade da mulher casada para praticar actos de natureza patrimonial, expresso no Código Civil vigente à data: “a mulher não pode, sem autorização do marido, adquirir, ou alienar bens, nem contrair obrigações, excepto nos casos em que a lei especialmente o permite” (Melo, 2017, p. 76). De acordo com Guilherme Braga da Cruz, em consonância com a ideologia vigente : “(...) a incapacidade da mulher não é estabelecida em razão do sexo, mas no seu próprio interesse, nos dos filhos e no da sociedade conjugal. E que não é em razão do sexo que se estabelece esta incapacidade, mostra-o a circunstância de a mulher solteira, viúva ou divorciada poder gozar de inteira capacidade jurídica.”(Melo, 2017, p. 76).

O princípio da incapacidade patrimonial da mulher casada reflecte-se também na impossibilidade de exercer actividades remuneradas como a de escritora ou a de comerciante sendo que, relativamente à primeira, as Leis da Família ditavam que “a mulher autora pode publicar os seus escritos sem o consentimento do marido” (Melo, 2017, p. 78). Contudo, em 1927, entra em vigor um diploma sobre a propriedade intelectual que limita o exercício do direito de publicação. Assim, a lei determina que, apesar de a mulher casada poder continuar a “publicar ou a fazer representar as suas obras e dispor da sua propriedade literária ou artística sem outorga do marido”:

Qualquer dos cônjuges pode opor-se a publicação ou representação da obra do outro, quando esta haja produzido ou possa produzir escândalo público reflectindo-se na sua pessoa. Esta opposição far-se-á por meio de notificação judicial sob a cominação de apreensão da obra ou suspensão da representação e com prévia justificação sumário do alegado (Cf. Artigos 10^a e 38^a do Decreto-Lei n. 13:725; 3 de Junho de 1927).

Apesar de aparente neutralidade desta medida, por se aplicar a ambos os sexos, seria o marido quem, em princípio, disporia de maior capacidade financeira para a colocar em prática através da contratação de um advogado, não esquecendo ainda a sua supremacia relativamente às questões conjugais.

O “Código de Seabra”, que vigorou durante cem anos, é substituído pelo Código Civil de 1967, onde se mantém a autoridade masculina, uma vez o marido continuava a ser considerado o “chefe de família”, e como tal, responsável por representar a mulher e decidir sobre todos os aspectos da vida conjugal (art. 1674). Para além disso, e apesar de pertencer a ambos o poder paternal, apenas o pai, na qualidade de chefe de família, podia defender, representar, emancipar e administrar os bens dos filhos.

Também no casamento se mantinha a desigualdade entre os cônjuges, sendo que tarefas como a administração dos bens do casal e da esposa eram de responsabilidade do marido, excepto se estivesse se encontrasse ausente ou a cumprir pena de prisão (art.1678). Após o casamento a mulher continuava obrigada a adoptar a residência do marido e a tratar das lides domésticas ainda que desempenhasse actividade laboral (art.1671), e permanecia proibida de exercer actividades comerciais ou movimentar depósitos bancários sem autorização do marido, excepto se o fizesse no exercício de tarefas inerentes ao governo doméstico ou como administradora dos bens.

Antunes Varela, ministro da Justiça, considerou, num relatório enviado a Salazar sobre o projecto do novo código, que tinha existido uma evolução importante, “suprimento as limitações que constituíam um justificado ferrete de incapacidade e mantendo apenas (...) as restrições impostas pela necessária unidade do agregado familiar”. Assim, em nome da “natureza, da harmonia familiar”, da “tradição milenar” e da “sociologia” portuguesa, Antunes Varela defende que os cônjuges não deviam ter posições idênticas, mas sim complementares, tal como o eram as funções que a natureza assina a marido e mulher”, sendo a chefia da família atribuída à “autoridade do varão” e não ao “sentimento da mulher” (Pimentel, 2011, p.49).

Capítulo III.

A importância das organizações femininas na construção da identidade de género.

Obra da Mães para a Educação Nacional

e

Mocidade Portuguesa Feminina

Às mulheres o privado, o íntimo, a casa, o lar, a família. O periférico transmitido como central e relevante para que se torne apelativo, lugar de destaque, de relevo e não de anulação, de manipulação e de afastamento. Este é retrato do feminino e da mulher no regime salazarista.

Relegar as mulheres para a esfera privada, convencê-las que esse é o papel adequado e no qual desempenham as funções mais nobres, é um dos principais objectivos do Estado Novo. Exaltar a importância do papel da mulher enquanto mãe e dona de casa é um mecanismo fundamental para conseguir relegar o feminino para o espaço privado e, conseqüentemente, afastá-lo do espaço público, do mundo laboral, da independência intelectual e financeira. O conceito de feminidade é intrinsecamente associado ao de domesticidade, sendo a participação da mulher no trabalho produtivo, fora do lar, entendido como profundamente indesejável por não se coadunar com a natureza feminina. (Pinto, 2003, p. 262).

O Estado Novo assume posições muito diferentes, por vezes até contraditórias, sobre as mulheres e a condição feminina: por um lado, elogia as mulheres, reconhece a centralidade do seu papel na gestão da economia do lar, a sua importância na educação dos filhos e enquanto mães de família; por outro relega-as para uma posição de minoridade, para o espaço privado, negando-lhes o direito a participar, de forma activa, na vida pública do País.

Não defendendo de forma clara a pretensão de anular a presença e a intervenção da mulher no espaço público, o regime salazarista opta por justificar a necessidade de dedicação exclusiva ao espaço privado, exacerbando a importância do feminino na organização da vida íntima, familiar e, conseqüentemente, na organização do País. Desta forma, consegue que a vida pública se torne, aos olhos das mulheres, menos apelativa, menos digna da sua condição e de menor importância. Destacando a actuação feminina na esfera familiar, que define como basilar e estrutural da sociedade, consegue que muitas aceitem a posição periférica do privado de forma livre, crentes da importância efectiva do seu papel. Tal como se verificou nos regimes totalitários da Europa nos anos 30 e 40, o Estado Novo conseguiu o apoio entusiástico de inúmeras mulheres que, vendo louvado o seu papel na vida privada, aceitam sacrificar grande parte dos seus direitos em prol de conceitos abstractos como o “bem de família”.

A criação da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), em 1936, e da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) visa assim manter as mulheres fiéis à retórica Salazarista de que “as

grandes nações deveriam dar o exemplo, mantendo as mulheres no seu lar” (Christine Garnier, Férias com Salazar, 18). Estas organizações, desenvolvidas sob a égide do Estado Novo, pretendem fomentar a identificação das mulheres com o regime e, consequentemente, garantir a submissão e a aceitação de todas as restrições que lhes eram impostas. A OMEN e a MPF têm como objectivo naturalizar e inculcar o ideal de mulher defendido pelo Estado Novo, o lugar que o regime lhes reserva e os papéis sociais, rigorosamente balizados.

Semelhantes a outras organizações existentes no fascismo alemão e italiano, estas organizações defendiam os valores da família tradicional e da moral cristã. Contudo, apesar de partilharem o mesmo princípio ideológico, a Obra das Mães para a Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina desempenham funções distintas.

António Carneiro Pacheco, inicialmente monárquico, católico, elitista, defensor das hierarquias, ministro da Educação Nacional e responsável pela criação da OMEN, teve um papel essencial na definição ideológica e política da organização. Defende a necessidade de “formação do *Homem Novo*, do português com o ideal, a mentalidade e a mística do Interesse Nacional” (Pimentel, 2011, p.206).

Crítico do demoliberalismo e do comunismo, defensor de “um Estado nacionalista e autoritário mas igualmente tradicionalista, espiritualista e orgânico”, acreditava que o Estado Novo, por ser “antidemoliberal” e “antidemocrático”, era o único regime que proporcionava a “garantia efectiva da liberdade do cidadão dentro dos limites orgânicos do seu direito, a única liberdade que é legítima” Defende, mesmo antes de tomar posse do Ministério da Instrução em 1936, a necessidade de educar e formar ideologicamente os cidadãos, sem os integrar em partidos ou milícias mas numa organização nacionalista de carácter espiritual (Pimentel, 2011, p.206).

A 11 de Julho de 1936, data de apresentação da junta central da OMEN, Maria Guardiola, vice-presidente, definiu os objectivos ideológicos da organização, considerando que a “acção deletéria de teorias dissolventes” levou à destruição da “velha tradição da família portuguesa” e portanto, era responsabilidade da OMEN restabelecê-la “nos seus conceitos de amor de Deus e da Pátria, do respeito pela família, do amor ao trabalho e na aceitação do cultivo daquelas virtudes que aureolaram as frentes das nossas mães e fizeram delas os anjos tutelares da família”. A OMEN contribuiu, no sector feminino, para o projecto político salazarista de diluição das classes no seio da “co-

munidade nacional”, atribuindo a cada cidadão uma função específica. Era também objectivo desta organização, composta pela elite feminina do Estado Novo, “exercer acção social, moralizadora e educativa” bem como “estimular e dirigir a habilitação da mulher, em geral e especialmente as mães, para a educação familiar, de harmonia com as boas tradições portuguesas” (Pimentel, 2011, pp. 213-214).

São missões fundamentais da OMEN apoiar a educação e a assistência à infância desvalida, assegurar, a nível nacional, a educação infantil pré-escolar (não abrangida pelo ensino público) e o auxílio ao professor primário na “educação moral e cívica” dos alunos: no ensino do canto coral e da ginástica rítmica, na organização de festas escolares, na “vigilância da compostura, da assiduidade e da aplicação dos alunos” e na instituição de prémios escolares. (Melo, 2017, p. 168).

A acção da OMEN incidia principalmente em regiões rurais, tendo como função apoiar famílias necessitadas e difundir a imagem da camponesa pobre, mas feliz. Vê os seus estatutos aprovados com 1936, com o objectivo de “estimular a acção educativa da família” e “assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição”. Podiam ser associadas da OMEN as “mães portuguesas ou de sangue português, maiores ou emancipadas que, embora não sendo mães, queiram colaborar na obra de educação da juventude” (Melo, 2017, p. 167).

Na inauguração da primeira Semana da Mãe, iniciativa da OMEN dedicada à mulher operária com o intuito de “exaltar a família” e a maternidade e, simultaneamente, combater o trabalho feminino extra-doméstico, a diminuição da natalidade e a mortalidade infantil, a Condessa de Rivas critica a “mãe moderna, que “desorganizando a família”, desorganiza a sociedade”. Exalta “o tempo das nossas avós”, tempo em que a mulher era “o eixo da família e a rainha do lar”, e “compreendia que dar a vida a um homem e formá-lo era a mais alta das funções sociais” (Pimentel, 2011, p.229).

Uma das principais tarefas da OMEN era criar e dirigir a organização estatal feminina de juventude - a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). Carneiro Pacheco justifica a formação da secção feminina da MP argumentando que a “formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família” fazia parte de um “programa integral” de educação que “excedia as possibilidades da família e da escola”. Defende que a “educação da mulher portuguesa” deveria incluir uma “verdadeira formação

moral” por forma a conseguir assegurar “uma superioridade na educação dos filhos” e capacitá-la “para a acção social à roda de si”. (Pimentel, 2011, p. 233).

A MPF foi regulamentada a 8 de Dezembro pelo Decreto nº 28 262, de acordo com o qual era obrigatória a inscrição a todas as portuguesas com idades compreendidas entre os sete e os catorze anos, estudantes ou não, e para as que frequentassem o primeiro ciclo dos liceus. Para as restantes, a participação tornava-se voluntária, podendo prolongar-se até aos 25 anos, no máximo, se continuassem a estudar e não tivessem casado. O estatuto esclarecia também que a organização tinha como objectivo a formação de uma mulher “nova”, consentânea com os estereótipos defendidos e preconizados pelo regime. O objectivo era “estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao Serviço Social, no amor de Deus, da Pátria e da Família” e para tal deveria ser assegurada a educação das jovens “segundo a idade e as condições do meio” das jovens nas vertentes: moral, cívica, física e social:

-A educação moral, cristã, tradicional do País (...), em cooperação com a família e os agentes de ensino (...) (Cf. Artigo 2º).

-A educação cívica inspirar-se-á no Bem Comum e nas grandes tradições nacionais para que em cada filiada se defina a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade histórica da Nação. (Cf. Artigo 3º)

-A educação física, sempre associada à higiene, visará o fortalecimento racional, a correção e a desejo do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço próprio (...) mediante actividades rigorosamente adequadas ao sexo e à idade. Serão excluídas as competições ou exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino (Cf. Artigo 4º).

-A educação social cultivará nas filiadas a providência, o trabalho colectivo, o gosto pela vida doméstica e o de servir o Bem Comum, ainda que com sacrifício e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientado para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado (Cf. Artigo 5º).

O propósito educativo da MPF é explicado em 1943 por Maria Guardiola, uma das dirigentes, num texto que escreve para clarificar os objectivos da organização. Defende que o grande objectivo é preparar a mulher para a vida no lar:

É como mãe que a mulher atinge toda a grandeza e elevação da sua função social. É na vida do lar que hão-de desenvolver todas as suas virtudes, que o amor dos filhos e o respeito do marido quase divinizam (...). A nossa reconstrução social impõe uma sólida organização da família que não é possível sem que a mãe, cuidadosamente preparada, aí tenho o lugar de relevo que por direito natural lhe pertence (...). A preparação para a vida do lar exige, para ser uma verdade que, com a aprendizagem e aquisição dos conhecimentos necessários, se cultivam também qualidades e virtudes, que se espiritualizam o ambiente familiar - amor de família, espírito de sacrifício, culto do dever, dedicação, optimismo, coragem na adversidade, espírito de previdência, etc. toda uma escola de virtudes que projectando-se na vida social a elevam e dignificam (Guardiola, 1943.).

Também a importância do trabalho doméstico é elogiado no boletim oficial da Mocidade Portuguesa:

O serviço doméstico não é apenas um ofício para as criadas de servir ou uma necessidade para quem não as pode ter. A ciência doméstica é indispensável a toda a mulher, porque dela depende em grande parte a felicidade, saúde e bem estar da família e Deus confiou à mulher a sagrada missão de velar pelo bem dos seus. Saber tratar da casa, conservá-la limpa e arranjada, agradável á vista e em condições de higiene, alegre e confortável, pode valor mais do que ter um diploma de doutora! (...) Mas a par da instrução geral ou profissional, toda a rapariga deve procurar adquirir conhecimentos domésticos. Quer fique solteira ou se case, quer seja rica ou trabalhe para viver, esses conhecimentos ser-lhe-ão sempre úteis. Se não tiver criadas, precisa de saber cuidar (M.J, 1939).

O modelo de feminilidade difundido pela OMEN e pela MPF, principalmente no campo da educação e da assistência, e o papel subalterno e periférico que atribuíam às mulheres, marcaram as várias manifestações culturais promovidas sob a égide do Estado Novo, nomeadamente o cinema. São vários os filmes que retratam o estereótipo da mulher honesta e trabalhadora disseminado pela OMEN. A palavra “feminismo” tinha para a Mocidade uma conotação negativa por ser associada não à defesa dos direitos humanos das mulheres mas sim à adopção de um papel reservado ao género masculino.

Boletim da Mocidade Portuguesa



In: Restos de Coleção
<http://lh5.ggpht.com/-um28taIJ9Rw/U4WZz9igKkl/AAAAAAAAABOEQ/>

O Boletim da Mocidade Portuguesa, de periodicidade mensal, contribuía para a difusão dos ideais defendidos pelo Estado Novo relativamente à educação da mulher e ao seu papel social. Através dos seus textos, transmite às filiadas a forma como devem construir a sua identidade de género, aquilo que a sociedade espera que façam e sejam enquanto mulheres. Ensinando o que deve ser “a mulher ideal”, imiscuindo-se em todas as esferas da vida privada e pública, condenando aquelas que ponderassem adoptar comportamentos divergentes, o Boletim reflecte, na perfeição, um mecanismo de construção de identidades artificiais. A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina representavam o expoente máximo da restrição à livre identidade de género, criando gerações que assumiam, de forma natural e inquestionável, todas os comportamentos e valores prescritos pelos movimentos associativos do regime.

O processo defendido pelo Boletim, representa o “tornar-se” de Simone Beauvoir, género enquanto processo socialmente construído, acto performativo definido por Judith Butler:

Neste sentido, género não é um nome, nem tão-pouco um conjunto de atributos livres, pois vimos que o efeito substantivo do género se produz e impõe, de forma performativa, pelas práticas da coerência de género. Logo, no discurso herdado da metafísica da substância, o género prova ser performativo - isto é, constituindo a identidade que pretende ser. Assim, o género é sempre um fazer, ainda que não um fazer de um sujeito que se possa dizer preexistir de facto (Butler, 2017, p.91).

Aquando da leitura dos diversos artigos que constituem o Boletim da Mocidade Portuguesa, revisitamos muitos dos conceitos abordados anteriormente. Está sempre presente a necessidade de cumprir os papéis de género, são claros os inúmeros estereótipos construídos em torno dos dois géneros. A mulher é sempre retratada numa perspectiva de alteridade, subordinada ao homem, o “absoluto”.

Explica-nos Isabel Ferreira Alves, a respeito do Boletim:

O Boletim da Mocidade foi publicado entre Maio de 1939 e Abril de 1947, correspondendo grosso modo à fase de “construção do Estado Novo (1933-1945)”. Era uma publicação dirigida apenas às filiadas da M.P.F., evidenciando um apoio muito claro e expresso ao regime salazarista (Alves, 2019 p.196).

Em quase todas as publicações é possível encontrar artigos sobre a organização da associação e os seus ideais, a importância do lar e da família, de uma educação feminina específica, direcionada e limitada. Exaltando a importância da vida doméstica e do papel da mulher na manutenção do lar, o Boletim contribui de forma efectiva para a perpetuação da ideia de que a actuação das mulheres se deve cingir ao cuidado da casa, da família e do casamento, sem outras aspirações. Isabel Ferreira diz-nos o seguinte:

De facto, era à mulher que cabia fazer da casa e do lar aconchegador onde a família crescesse feliz e em harmonia. E é nesse sentido que se procura orientar as preferências das leitoras para a escolha da casa-ninho, a casa tipicamente portuguesa, distante dos ares poluídos e corruptos da cidade, onde o modelo a seguir era o da Sagrada Família. A mulher devia ser casta, humilde e trabalhadora, mantendo-se ordenada e disciplinada nas suas tarefas. O espírito de poupança era um atributo considerado indispensável na mulher, ainda que sem cair na mesquinhez e avareza, sobretudo para com os mais necessitados, em relação aos quais se devia mostrar sempre caridosa.

Como esposa e mãe, era-lhe pedido que fosse obediente, leal, dócil e carinhosa, vigilante, providente, enfim, disposta a tudo sacrificar para garantia do bem-estar familiar. A sua vida deveria ser de entrega total ao serviço dos filhos. Ser boa mãe e educadora era a sua principal missão e por isso procurava-se despertar nas leitoras o instinto maternal, apontado-lhe as lições que a Mãe Natureza oferecia (Alves, 2019, p.209).

Assim, as mulheres deviam ser ensinadas de acordo com as “(...) virtudes especificamente femininas - pureza de vida, dignidade e apuro de conduta, espírito de sacrifício, fortaleza de almas (...)” (Alves, 2019, p. 206).

Para além da formação a nível moral, o Boletim transmitia uma série de ensinamentos práticos concordantes com o papel que a mulher devia desempenhar - labores femininos, enfermagem e primeiros socorros, jardinagem, horticultura, culinária, costura e trabalhos manuais, puericultura, entre outros. Sobre a formação familiar e doméstica, Isabel Alves explica:

Célula base da sociedade, a Família assumia uma importância decisiva no contexto estadonovista: famílias sãs, unidas e disciplinadas, seriam sinónimo de uma nação forte, coesa, obediente e submissão aos seus governantes. A reconstrução da sociedade passava pois pela restauração da família tradicional portuguesa, onde a mulher desempenhava, sem dúvida, um papel central como mãe e educadora das futuras gerações. Ao contrário do homem, a quem competia o sustento e

a chefia familiar, a mulher devia permanecer em casa, cuidando e orientando as tarefas domésticas e zelando pela educação dos filhos. (Alves, 2019, p. 206)

Apesar de todos os artigos presentes no Boletim transmitirem ideias prescritoras de um determinado código de conduta, limitadoras da construção da identidade de gênero, face à impossibilidade de os analisar a todos, selecionei aqueles que, de forma mais notória, explicitam a maneira como a identidade feminina era pré-construída pelo Estado Novo.

Através da análise destes artigos em concreto, e do Boletim no seu todo, entendemos a forma sistemática e dissimulada como o Estado Novo incutia nas raparigas uma forma de estar, de ser e de pensar que as levava a aceitar, de forma natural, o papel inferior e periférico que lhes destinava. A identidade e os comportamentos que deviam adoptar eram transmitidos como dogma inquestionável, intrínsecos à natureza da mulher.

Existem ideias, conceitos e ensinamentos transversais a todos os artigos. Assim, no respeito à mulher:

- Deve ser pura, boa, misericordiosa.
- Deve saber distinguir o essencial do acessório;
- Deve saber ocupar os seus tempos com actividades úteis nomeadamente: culinária, tricot, ajuda nas tarefas domésticas.
- Deve, através da frequência de aulas de puericultura ou economia doméstica, reunir todos os conhecimentos práticos e teóricos que lhe permitam desempenhar da melhor forma a função social que lhe está destinada.
- Deve reunir a família, revitalizar o espírito familiar.
- Deve saber vestir-se e comportar-se de forma digna e adequada e rejeitar todos os comportamentos e ambientes considerados perniciosos ou desajustados.
- Não deve deixar-se iludir nem manipular;
- Deve, acima de tudo, servir a respeitar a tríade “Deus, Pátria, Família”

“O Lar - A habitação”

Maio, 1939

O LAR

A HABITAÇÃO

ESCOLHA DA CASA

A casa é o nosso ninho. As aves não se propõem a trabalhos e sacrifícios para tornar aninhado o seu ninho. Devemos imitá-las.

A nossa casa — o nosso ninho — deve merecer-nos a nossa melhor atenção e carinho.

Devemos desejar a nossa casa bonita, alegre, higiênica. É um desejo bem legítimo, porque a casa tem uma grande influência na felicidade da família.

Se nos sentimos bem em casa, gostamos de lá estar — é natural! E se os pais e os filhos gostarem de estar em casa, o convívio familiar estabelecerá entre eles uma intimidade que faltará se cada um fôr para seu lado porque em casa nada se prende.

COMO DESEJAR A NOSSA CASA?

Nem sempre é possível ter uma casa como nós a idealizamos.

Se a casa nos pertence, se a recebemos em herança, temos de nos resignar com os seus defeitos, esforçando-nos por atenuá-los.

Se a casa é alugada, quando vamos escolhê-la devemos atender a um certo número de condições. Mas quantas vezes essas condições têm de ser sacrificadas ao limite duma renda que não podemos exceder!

Em todo o caso, dentro do possível, devemos procurar escolher acertadamente, sem sacrificarmos o essencial ao secundário.

Por exemplo: não devemos preferir uma casa, porque tem uma fachada de luxo, a outra modesta, mas cheia de sol.

AR! LUZ! SOL!

Deve ser a nossa primeira ambição ao escolher uma casa.

Uma casa soalheira é uma casa alegre e sã; uma casa voltada ao norte ou permanentemente ensombrada por outros edifícios que lhe roubem o sol, é uma casa doentia e triste.

Também devemos ter cuidado em reparar se a casa é húmida: a humidade é muito prejudicial à saúde.

Se sentirmos cheiro a bafo, se virmos manchas nas paredes ou o papel que firma a casa a despegar-se, cuidado! a casa é má, porque é húmida, embora seja bonita!

Também, sendo possível, devemos evitar alugar casa junto de fábricas de que o barulho incomoda ou na vizinhança de mercados, que, principalmente no verão,



ESPIRITO DE FAMÍLIA

QUEIXAM-SE que, no mesmo tempo, a vida de família está tão diminuída que quasi desapareceu. Mas como para a nossa felicidade nada pode substituir o lar e a família, se o espírito de família se perdeu é preciso adquiri-lo de novo.

Se a família está abatida ou desfeta, precisamos de restau-d-la.

Sem dúvida, as condições de vida, hoje, são muito diferentes de há cem anos. Estamos longe do tempo em que as raparigas esperavam ansiosamente um dia de procissão para chegam à janela ou o domingo para ir dar uma volta pelo Passeio Público.

Nos nossos dias sai-se muito. Quer a nossa vida seja utilmente empregada, quer seja inutilmente desperdiçada, obrigações ou prazeres atiramos para o exterior: passa-se a maior parte do tempo fóra de casa em lições, visitas, obras, passeios, empregos, etc.

Mas precisamente porque as condições não são favoráveis à intimidade do lar, mais um motivo para intensificar o espírito de família.

É preciso que a força e delicadeza desse espírito familiar compensem as dificuldades criadas pelas circunstâncias.

Estamos menos tempo em casa? Temos de redobrar de bondade, de alegria e de carinho para numa hora

podermos encher de calor o coração dos nossos.

São pequenas as casas modernas, mal se cabe lá dentro? Maiores milagres de bom gosto e de ordem temos de fazer para agestarmos com conforto o nosso cantinho.

É certo que o espírito de família tem-se perdido muito; mas nisto, como em tudo, compete aos novos reagir.

Porque não hão-de ser as raparigas a reanimar as festas familiares com os seus lindos costumes tradicionais?

Porque não hão-de ser elas a aproximar e unir os pais e irmãos, talvez demasiadamente afastados numa vida dispersa e egoísta que torna o lar deserto e frio?

Porque não hão-de ser elas a ajudar a mãe, talvez cansada e triste, na sua missão de trabalho que é também uma missão de alegria?

Para que no lar exista bem-estar e conforto não basta amarmos-nos muito uns aos outros; são indispensáveis também certos cuidados materiais, talvez humildes, mas tão dignos de toda a mulher!

A vida de família — para ser feliz — tem mil exigências: pede-nos virtudes morais e conhecimentos domésticos, bom gosto e bom senso, qualidades de ministro de finanças e até de ministro de educação...

Um pouco de tudo isto é o que nos propomos dar às filhas da Moçidade nesta secção.

deitam mau cheiro, e ainda na proximidade de águas estagnadas onde se criam mosquitos transmissores de muitas doenças.

O ideal seria uma casa desafogada, com sol e um jardim...

Quem tiver uma casa assim, de graças

a Deus! Quem a não tiver, procure ao menos tirar proveito de certa parte do al-
cance de todos e que possa melhorar as condições higiénicas da habitação.

Mas isto tudo... para o próximo número.

Rubrica presente em quase todos os números do Boletim, pretende relembrar a importância de cuidar do lar, transmitindo conselhos e ensinamentos sobre os mais variados temas relacionados com a lide doméstica.

Nesta primeira rubrica, é feita a apologia da casa ninho, pela qual devem ser feitos todos os sacrifícios. A casa é transmitida como elemento fundamental para a felicidade da família e para o fortalecimento dos laços familiares:

Devemos desejar a nossa casa bonita, alegre, higiênica. É um desejo bem legítimo, porque a casa tem uma grande influência na felicidade da família. Se nos sentimos bem em casa, gostamos de lá estar - é natural! E se os pais e os filhos gostassem de estar em casa, o convívio familiar estabeleceria entre eles uma intimidade que faltará se cada um fôr para seu lado porque em casa nada os prende. Se nos sentimos bem em casa, gostamos de lá estar - é natural! E se os pais e os filhos gostassem de estar em casa, o convívio familiar estabeleceria entre eles uma intimidade que faltará se cada um fôr para seu lado porque em casa nada os prende.

Defende que a mulher deve aceitar que nem sempre pode ter a casa que idealizou e que o importante é não sacrificar o essencial em prol do secundário. É notória a apologia à aceitação das condições de vida, sem questionar e sem ambicionar mais ou melhor.

A reiteração da importância do lar, e a sua comparação com um ninho, é uma clara apologia à permanência da mulher no lar. Transmitindo a importância do privado, o Estado Novo consegue que as mulheres aceitem de livre vontade, felizes, o afastamento do espaço público. O discurso está implícito ao longo de todo o Boletim, a defesa dos valores de recato, de valorização do seio familiar e de exaltação do papel da mulher na sua manutenção.

Considerado também papel da mulher o cuidado da saúde familiar, o artigo transmite algumas regras a ter em consideração para a saúde da família e a melhoria da qualidade de vida

Palavras-Chave: Lar; Essencial; Ninho.

“Espírito de Família”

Maio, 1939

O LAR

A HABITAÇÃO

ESCOLHA DA CASA

A casa é o nosso ninho. As aves não se gozaram a trabalhar e sacrificam para tornar acolhedor o seu ninho. Devemos imitá-las.

A nossa casa — o nosso ninho — deve merecer-nos a nossa melhor atenção e carinho.

Devemos desejar a nossa casa bonita, alegre, higiênica. É um desejo bem legítimo, porque a casa tem uma grande influência na felicidade da família.

Se nos sentimos bem em casa, gostamos de lá estar — é natural! E se os pais e os filhos gostassem de estar em casa, o convívio familiar estabeleceria entre eles uma intimidade que faltará se cada um for para seu lado porque em casa nada se prende.

COMO DESEJAR A NOSSA CASA?

Nem sempre é possível ter uma casa como nós a idealizamos.

Se a casa nos pertence, se a recebemos em herança, temos de nos resignar com os seus defeitos, esboçando-nos por atenuá-los.

Se a casa é alugada, quando vamos escolhê-la devemos atender a um certo número de condições. Mas quantas vezes essas condições têm de ser sacrificadas ao limite duma renda que não podemos exceder!

Em todo o caso, dentro do possível, devemos procurar escolher acertadamente, sem sacrificarmos o essencial ao secundário.

Por exemplo: não devemos preferir uma casa, porque tem uma fachada de luxo, a outra modesta, mas cheia de sol.

AR! LUZ! SOL!

Deve ser a nossa primeira ambição ao escolher uma casa.

Uma casa soalheira é uma casa alegre e sã; uma casa voltada ao norte ou permanentemente encoberta por outros edifícios que lhe roubem o sol, é uma casa doentia e triste.

Também devemos ter cuidado em reparar se a casa é húmida: a humidade é muito prejudicial à saúde.

Se sentirmos cheiro a bafio, se virmos manchas nas paredes ou o papel que forra a casa a despegar-se, cuidado! a casa é má, porque é húmida, embora seja bonita!

Também, sendo possível, devemos evitar singrar casas junto de fábricas de que o barulho incomoda ou na vizinhança de mercados, que, principalmente no verão,



ESPIRITO DE FAMÍLIA

QUEIXAM-SE que, no nosso tempo, a vida de família está tão diminuída que quasi desapareceu. Mas como para a nossa felicidade nada pode substituir o lar e a família, se o espírito de família se perdeu é preciso adquiri-lo de novo.

Se a família está abatida ou desfeta, precisamos de restitui-la.

Sem dúvida, as condições de vida, hoje, são muito diferentes de há cem anos. Estamos longe do tempo em que as raparigas esperavam ansiosamente um dia de precisado para chegarem à janela ou ao domingo para terem dar uma volta pelo Passeio Público.

Nos nossos dias sai-se muito. Quer a nossa vida seja utilmente empregada, quer seja inutilmente desperdiçada, obrigações ou prazeres atraem-nos para o exterior; passa-se a maior parte do tempo fora de casa em lojas, cinemas, obras, passeios, empregos, etc.

Mas precisamente porque as condições não são favoráveis à intimidade do lar, mais um motivo para intensificar o espírito de família.

É preciso que a força e delicadeza desse espírito familiar compensem as dificuldades criadas pelas circunstâncias.

Estamos menos tempo em casa? Temos de redobrar de bondade, de alegria e de carinho para numa hora

podermos encher de calor o coração dos nossos.

São pequenas as casas modernas, mas se cabe lá dentro? Maiores milagres de bom gosto e de ordem temos de fazer para aglomerarmos com conforto a nossa família.

É certo que o espírito de família tem-se perdido muito; mas nisto, como em tudo, compete aos novos reagir.

Porque não hão-de ser as raparigas a ressuscitar as festas familiares com os seus lindos costumes tradicionais?

Porque não hão-de ser elas a aproximar e unir os pais e irmãos, talves demasiadamente afastados numa vida dispersa e egoísta que torna o lar deserto e frio?

Porque não hão-de ser elas a ajudar a mãe, talves cansada e triste, na sua missão de trabalho que é também uma missão de alegria?

Para que no lar exista bem-estar e conforto não basta amarmos-nos muito uns aos outros; são indispensáveis também certos cuidados materiais, talves humildes, mas tão dignos de toda a mulher!

A vida de família — para ser feliz — tem mil exigências: pede-nos virtudes morais e conhecimentos domésticos, bom gosto e bom senso, qualidades de ministro de finanças e até de ministro de educação...

Um pouco de tudo isto é o que nos propomos dar às filhas da Mocidade nesta secção.

deitam mau cheiro, e ainda na proximidade de águas estagnadas onde se criam mosquitos transmissores de muitas doenças.

O ideal seria uma casa desalugada, com sol e um jardim...

Quem tiver uma casa assim, de graças

a Deus! Quem a não tiver, procure ao menos tirar proveito de certos meios de aliviar de todos e que possam melhorar as condições higiénicas da habitação.

Mas isto é... para o próximo número.

A família constituía um baluarte fundamental do regime, sendo por isso fundamental revitalizá-la, e preservá-la, de acordo com os valores do Estado Novo.

Queixam-se que, no nosso tempo, a vida de família está tão diminuída que quase desapareceu. Mas como para a nossa felicidade nada pode substituir o lar e a família, se o espírito de família se perdeu é preciso adquiri-lo de novo.

Diz-nos o autor que os tempos não são considerados os mais favoráveis ao desenvolvimento do espírito familiar, as condições de vida são muito diferentes e “não são favoráveis à intimidade do lar”. As raparigas também são diferentes, “estamos longe do tempo em que as raparigas esperavam ansiosamente um dia de procissão para chegarem à janela ou o domingo para irem dar uma volta pelo Passeio Público”. Grande parte do tempo é desperdiçado na rua e, como tal, o tempo passado em casa tem de ser bem aproveitado, cabendo às filiadas da Mocidade revitalizar as tradições antigas, reunir a família, revitalizar o espírito familiar:

Porque não hão-de ser as raparigas a ressuscitar as festas familiares com os seus lindos costumes tradicionais?

Porque não hão-de ser elas a aproximar e unir os pais e irmãos, talvez demasiadamente afastados numa vida dispersa e egoísta que torna o lar deserto e frio?

Porque não hão-de ser elas a ajudar a mãe, talvez cansada e triste, na sua missão de trabalho que é também uma missão de alegria?

De novo a exaltação do papel da mulher na manutenção da família e do lar, função de grande responsabilidade. Considera-se responsabilidade das mulheres reavivar tradições, reaproximar familiares, transformar o lar num local quente e acolhedor. É dever da mulher reabilitar o espírito familiar, conseguindo promover o retorno da família à casa-ninho. Cabe à mulher agir, e reagir, contra tudo aquilo que possa fragilizar o espírito familiar, ou seja, tudo o que não seja consentâneo com a ideologia vigente. Assim, não deve desperdiçar tempo na rua, deve evitar as saídas desnecessárias e infrutíferas.

É clara a apologia feita ao passado, quando as condições de vida eram propícias ao desenvolvimento familiar, em que as raparigas raramente saíam de casa e ansiavam o dia da procissão ou o domingo para poderem estabelecer contacto com o exterior. O passado e as tradições conservadoras são sempre retratados como o caminho virtuoso e orientador, em detrimento de um presente atribulado, perigoso.

O cuidado do lar é retratado como uma missão exigente: para além dos cuidados materiais “(...) tão dignos de toda a mulher”, são necessárias “virtudes morais e conhecimentos domésticos, bom gosto e bom senso, qualidades de ministro de finanças e até de ministro de educação...”.

Palavras-Chave: Espírito Familiar; Tradição; Lar.

O LAR

A HABITAÇÃO

AREJAMENTO DA CASA

EMBORA ao sol nasça para todos, infelizmente nem todas as casas são soalheiras.

Mas, à falta de sol, podemos, ao menos, deixar entrar o ar, ter sempre a nossa casa bem arejada.

A respiração, a transpiração, o lume, as luzes, os maus cheiros, o fumo, etc., viciam o ar e tornam-no impróprio para os nossos pulmões.

Arejar uma casa é renovar o ar dentro dela; isto é, substituir por ar puro o ar que perdeu os elementos necessários para a nossa respiração e se carregou de elementos nocivos.

QUANDO DEVEMOS AREJAR A NOSSA CASA?

Pelo menos de manhã, durante as limpezas da casa e sempre que abandonarmos um compartimento que tenha estado ocupado durante muito tempo ou por muitas pessoas porque esse ar tornou-se quase irrespirável pela percentagem de anidrido carbônico que contém. E se o ar que respiramos é viciado, não nos chega aos pulmões o oxigênio suficiente, e, portanto, o sangue, que não fica bem purificado, não pode levar ao corpo a força e a vida que devia.

Quando o tempo o permite, o melhor é conservarmos abertas as janelas do compartimento em que nos encontramos. Não devemos ter medo do ar. O ar é vida e saúde! A falta de bom ar é o motivo de muitas doenças e em especial de tuberculose.

Nem todos podem ter uma casa grande e luxuosa; mas todos podem abrir as janelas e procurar viver higiénicamente.

É um grande erro o costume que algumas pessoas têm de conservar as janelas quase sempre fechadas, no inverno por causa do frio e no verão por causa do calor!

Outras pessoas vivem quasi às escuras para que a luz não desbote o papel das paredes ou o fórrô dos móveis! Deve-se ter um certo cuidado, mas não devemos sacrificar as pessoas aos móveis!

A falta de luz também prejudica a saúde.

Já repararam nos vasos de trigo com que se enfeitam os presépios? Em vez do trigo ser verde como aquêle que vemos nas searas, o trigo desses vasos é esbranquiçado. Sabem porque? Porque foi criado dentro de casa e às escuras. E o que nos sucede a nós quando nos falta o ar e a luz. Tornamo-nos pálidos e anêmicos.

Mesmo durante o inverno nunca se deve deixar passar um dia sem arejar bem a casa, principalmente os quartos e as salas de estar. Com muito mais razão se a casa for aquecida com braseiras ou esquentadores porque o carvão incandescente produz o óxido de carbono que vicia gravemente o ar, podendo até dar lugar a acidentes, como veremos noutra ocasião.

Há janelas que têm as bandeiras de modo a poderem-se abrir; é ótimo, pois, no inverno, pode-se, por este modo, renovar constantemente o ar sem que o frio incomode.

COMO FAZER O AREJAMENTO

Não é preciso abrir as janelas durante o dia inteiro, se está frio ou a chover. Quando está mau tempo, areja-se a casa mais rapidamente; bastará abrir as janelas durante alguns minutos. O que é indispensável é que o ar se renove.

Se estabelecermos uma corrente de ar (abrindo uma janela e uma porta) a casa areja-se mais depressa. Mas devemos ter cuidado eu não nos expormos a essas correntes de ar. Se houver crianças, devemos retirá-las antes de ventilar o compartimento.



RECEITAS DE COSINHA

As nossas receitas podem ser executadas com confiança porque são todas já experimentadas.

DOCES DE NOZES

300 gra. de nozes, pesadas sem casca; 8 gemas de ovos; 4 claras; 300 gra. de açúcar.

Passam-se pela máquina as nozes, deixando algumas inteiras para enfeitar.

Batem-se as claras um pouco e depois juntam-se-lhe as gemas, o açúcar e as nozes. Depois de tudo bem misturado vai ao lume até despegar do fundo do tacho. Tiram-se do lume e com os dedos untados de manteiga tendem-se umas bolitas. Estes docinhos passam-se depois por calda de açúcar em ponto bem alto; mas, antes de se passarem pela calda, esta deve ter sido batida até assucarar; sendo preciso, a calda volta ao lume, para amolecer um pouco. Os docinhos devem ser passados um por um e coloca-se-lhes em cima, enquanto quentes, meia noz.

Estes docinhos são bonitos e muito bons. Quando tiverem visitas para o chá experimentem...

PUDIM DE MORANGOS

Batem-se bem 9 claras em castelo; depois junta-se-lhe 2 chavenas de açúcar e continuam-se a bater como se fossem para aspirar.

Deita-se numa forma, de preferência alta e redonda, untada com manteiga. Vai ao forno que deve estar brando; em estando bem cozido, o que se conhece por se despegar com facilidade, volta-se sobre um prato bastante grande.

Durante o tempo em que o pudim esteve a cozer preparam-se os morangos da seguinte forma: lavam-se e tiram-se-lhe os pés; partem-se aos bocadinhos, mas não muito miúdos. Deita-se um pouco de açúcar para os miúdos.

Parte-se o pudim com uma faca em oito, levantando a parte de cima com garfo e deitam-se-lhe os morangos partidos e o compêto molha de morangos.

Com as raspas da casilha onde se bateram as claras enfeita-se o pudim com forma própria ou com um funil de papel que se aperta em cima para fazer sair a massa fininha.

Antes de se enfeitar o pudim com alguns morangos inteiros. — É ótimo.

O texto começa por reforçar a importância do arejamento. Mais do que uma tarefa doméstica necessária para manter a casa limpa, é referida como essencial para manter a boa saúde dos membros da família e evitar doenças como a tuberculose. Assim, é tarefa da mulher garantir, através do bom cuidado da casa, que a família vive nas condições mais saudáveis possíveis. Cuidar é, aliás, uma das principais características e áreas de actuação que o Estado Novo destina às mulheres.

Ao referir que as janelas devem ser abertas “pelo menos de manhã, durante as limpezas da casa”, pressupõe que devem ser novamente abertas no decorrer do dia e, como tal, a mulher tem de estar em casa para poder fazê-lo.

Mais importante do que ter uma casa grande e com todos os luxos é arejá-la e mantê-la limpa e higienizada. Esta presente de forma notória a ideologia estadonovista que defende a desvalorização dos bens materiais em detrimento de valores morais, comportamentos e códigos de conduta coniventes com os ideais estadonovistas.

Palavras - Chave: Lar

“Aproximam-se as Férias”

Junho, 1939

APROXIMAM-SE AS FÉRIAS

JÁ se fala tanto de férias! O desejo, a esperança, a alegria das férias que se aproximam já vêm conosco.

Há anos um jornal fez um levantamento sobre a mais bela palavra da língua portuguesa. *Saudade* venceu que foi a mais votada. Mas seria certa que, se nesta altura do ano, perguntássemos às estudantes qual é a mais bela palavra do dicionário, elas si todas responderiam: *Férias!*

E' natural. As férias são o merecido descanso depois dum ano de trabalho, a doce recompensa do nosso esforço. As férias são um legítimo quinhão de alegria para quem cumpriu o seu dever.

Para o mês que vem, quando o nosso Boletim aparecer, encontrará muitas de vós já a fazer as malas. E como os vestidos são a linguagem mais pesada duma rapariga e aquela que mais de longe se começa a preparar, falemos hoje um pouco sobre o modo de nos vestirmos bem.

Não julguis que para se vestir bem vestida é preciso ter vestidos de todas as cores do arco-íris, de todos os tecidos que as fábricas lançam no mercado e de todos os feitios que as figurinas apresentam como sendo a “última moda”.

Não é a quantidade, a variedade e o luxo das vossas *follettes* que vos tornará elegantes; é o bom gosto da sua escolha e a harmonia que existir entre o vosso vestuário e a vossa idade, a vossa figura, a vossa situação social e as ocasiões.

Nem tudo fica bem a toda a gente e nem tudo é adequado para todas as ocasiões.

Há, porém, doutrinas e feitios que ficam lindamente a uma pessoa e mal a outra; há modelos que, elegantes para uma senhora, serão ridículos para uma rapariga; há vestidos que numa sala são distintos e numa praia podem ser apontados a dedo.

Antes de comprarmos as fazendas e escolhermos as figurinas pensemos um pouco em tudo isto.

Quem é uma rapariga que bem veste que roupa faz? Roupa simples e folgada, simples, moderna mas sem exageros; as coisas interessantes e raras vestes são distintas.

Mas há sobretudo um ponto a que as filhas da M. P. F. deverão atentar: a conservação do seu corpo de ferro.

Se o seu mau gosto de vestir de exemplo — lá é com elas...

Se as raparigas de fitas e laços — também elas não virá grande mal ao mundo...

Mas se a seu modo de vestir for inconveniente, se esmagarem pela sua falta de modéstia, nesse caso já o seu defeito recairá sobre a organização a que pertencem.

Imaginemos, por exemplo, uma filha da M. P. F. apresentando-se com um fato de banho ou de baile que seja incorrecto.

— “Olha como aquela rapariga anda vestida! E é da “Mocidade”!!...” não faltará quem censure.

Inconscientemente, essa rapariga verá a diminuição do prestígio da organização a que pertence, está a prejudicá-la. E o nome da “Mocidade” tem de ser dignificado por todas as suas filiadas.

E' preciso que as raparigas da “Mocidade” sejam capazes de reagir contra a imoralidade de certos ambientes e costumes dizendo para si-mesmas: “Porque sou da “Mocidade” não posso fazer nada que me fique mal”.

E a questão vestuário é das mais importantes. Sobretudo nas férias a incorrecção do vestuário chega a ser por vezes indecente.

Porque não há-de as raparigas da “Mocidade”, em vez de se deixarem arrastar pelo mal, ter a coragem de resistir a certas modas em oposição com os princípios de moralidade que lhes têm sido inculcados?

Uma só coisa conseguiria, talvez; mas são tantas! E não é apenas na intimidade dos seus “centros” que as filiadas devem estar unidas. Onde

quer que seja que se encontrem, o emblema que trazem ao peito deve aproximá-las com amizade e têm obrigação de exercer influência umas sobre as outras, e, todas juntas, no modo em que vivem.

Devem ser entre si uma força de apoio para poderem fazer frente, se for necessário, à crítica daquelas que não sabendo conservar-se dignas e não tendo coragem para subir, postas desajam que as outras desçam.

Não pretendemos que as raparigas da “Mocidade” sejam antiquadas ou vivam enclausuradas.

O que nós desejamos é que sejam luz no mundo!

Não lhes pedimos que se afastem da sociedade ou que se entretenham a criticar quem procede mal; o que desejamos é que se imponham pelo seu modo de vestir e pela pureza dos seus costumes, sendo as mais elegantes mas também as mais correctas; sendo as mais sérias mas também as mais alegres; sendo as mais virtuosas mas também as mais atraentes e simpáticas.

O que nós desejamos é que as raparigas da “Mocidade” sejam no seu exterior um modelo e na sua atitude um exemplo.

Não as queremos embocadas, escurpulsas nem tristes. Queremos apenas que sejam raparigas sãs de corpo e alma, gostando de parecer bem e de se divertir, mas sem esquecerem que são cristãs e portuguesas: é isto que a “Mocidade” lhes pede.

A grande imperatriz Maria Teresa da Austria, que teve uma vida exemplaríssima numa época e numa corte desmoralizada, costumava dizer: “Sou a primeira do meu reino, tenho de ser a primeira em tudo”.

Também vós, raparigas da “Mocidade”, sois as primeiras em Portugal! Mas não basta ter o primeiro lugar: é preciso ser, pessoalmente, a primeira em tudo!

MARIA JOANA MENDES DE AL

Ao falar dos vestidos seleccionados para as férias, o artigo alerta para a necessidade das raparigas se vestirem de forma adequada, a não aspirarem ter todos os modelos produzidos pelas fábricas e a saber escolher os vestidos adequados à sua figura, à idade e à ocasião.

Não julgueis que para se andar bem vestida é preciso ter vestidos de todas as cores do arco iris, de todos os tecidos que as fábricas lançam no mercado e de todos os feitios que os figurinos apresentam como sendo a ‘última moda’.

Não é a quantidade, a variedade e o luxo das vossas *toilettes* que vos tornará elegantes: é o bom gosto da sua escôlha e a harmonia que existir entre o vosso vestuário e a vossa idade, a vossa figura e a vossa idade, a vossa figura, a vossa situação social e as ocasiões.

É clara a apologia da simplicidade, da desvalorização dos bens materiais e da valorização da escolha de roupas adequadas. O ideal de mulher defendido pelo Estado Novo prescreve valores como a simplicidade, a descrição, a decência.

“Escolhei fazendas e feitios simples, modernos mas sem exageros; as coisas extravagantes raras vezes são distintas”

É essencial manter sempre uma postura adequada e digna da Mocidade Portuguesa, não devendo deixar-se influenciar por comportamentos menos próprios e até imorais:

É preciso que as raparigas da ‘Mocidade’ sejam capazes de reagir contra a imoralidade de certos ambientes e costumes dizendo para si-mesmas: ‘Porque sou da ‘Mocidade’ não posso fazer nada que me fique mal!’

E a questão vestuário é das mais importantes. Sobretudo nas praias a incorrecção do vestuários chega a ser por vezes indecente.

Porque não hão-de ser as raparigas da ‘Mocidade’, em vez de se deixarem arrastar pelo mal, ter a coragem de resistir a certas modas em oposição com os princípios de moralidade que lhes têm sido inculcados?

Resumindo, defende que para vestir de forma ajustada é essencial escolher tecidos e feitios simples, modernos mas discretos, sendo a extravagância entendida como menos digna. Escolher roupas que não escandalizem e que dignifiquem a Mocidade Portuguesa é fundamental. Está implícita ao longo de todo o texto a crítica ao excesso de bens materiais e a defesa de uma postura de desapego e desvalorização. O importante é a adopção de um comportamento caracterizado pela pureza.

za, pela elegância, pela correcção, pela virtuosidade e simpatia. Assim, devem ser rejeitadas todas as “modas” que se opõe aos princípios de moralidade estadonovista.

Palavras-Chave: Simplicidade; Decência; Desapego.

“Ontem, Hoje e Sempre”

Julho, 1939

ONTEM

A rapariga é o encanto de todos, é a promessa da vida e só a podemos desejar sincera e leal, pura como a açucena e simples como a violeta.

Não a tímida moça de outros tempos, mas a corajosa rapariga que se arma para vencer na vida, não preocupada só com frivolidades, mas que também não esquece que será mulher e que a feminilidade será um dos seus grandes encantos.

E sobretudo que a rapariga não se julgue fruto único no mundo, que não pense que só na sua época houve raparigas, que se não desprenda do passado e se não antecipe ao futuro.

Ao olhar a galeria de retratos das antepassadas, ao ver essas ruínas que os complicados penteados emolduram, essas figuras que os vestidos de ancas desmesuradas tornam majestosas, as raparigas de hoje não devem sorrir com desdém.

Essas foram as raparigas da sua época e já elas pensavam em como as suas avós da Idade Média tinham uma vida atrozada e insípida, e já elas se consideravam, e eram, o modernismo do seu tempo.

Essas posições estudadas dos velhos retratos do século XVII e XVIII, posições que a nós nos parecem falsas e pretenciosas, já eram atitudes ousadas, comparadas com a modéstia das castelãs de outras eras, que só viviam para a vida claustral nos seus feudos de soberba tirania.

E' que a Mocidade esquece sempre que antes dela houve já muitas mocidades, que o seu lugar já foi ocupado por muitas gerações e que de umas para outras se foi fazendo essa lenta evolução que nos dá a Mocidade livre e des-cuidada dos tempos presentes.

E esta gente moça de atitudes simples, despre-tenciosa, despor-tiva, que se apro-xima da vida simples e sã,



HOJE E

será considerada, talvez, pelas gerações vindouras, como uma Mocidade atrozada de hábitos antiquados.

Mas sobre a Mocidade de hoje pesam grandes responsabilidades porque tendo a rapariga atingido, na vida um grau de liberdade que nunca tiveram as raparigas de outras épocas, tem conseguido uma vida de

SEMPRE...

estudo quasi igual senão já completamente igualada à do rapaz da sua época, tem fatalmente de preparar o futuro da rapariga de amanhã e esse futuro será o que ela hoje lhe fizer, como o seu lhe foi preparado pela mulher de ontem, desde tempos imemoriais, pouco a pouco, de geração para geração, no anseio sempre continuo dum pouco mais de liberdade.

A Mocidade de hoje tem de preparar a Mocidade de amanhã e lembrar-se que lá virá o tempo em que já não será moça e em que precisará de encontrar à sua volta o ambiente que a sua Mocidade hoje prepara.

E não será mau que, recordando as qualidades da mulher de outro tempo, lhe fique com esse amor de família e dos seus que lhe deu a primazia no lar e fazia da mulher o esteto de todos os que ela amava.

E não será mau transmitir também essa indispensável qualidade às gerações vindouras, para que a mulher possa através de todos os tempos manter a soberania do seu afecto dentro do circulo familiar e para que, adquirindo qualidades novas de independência e energia, não perca as antigas de dedicação e afecto.

A Mocidade foi, é e será sempre arrojada e inovadora, entusiasta e exuberante, mas o que é necessário é que não seja egoísta e se não feche no ciclo da sua época.

Rapariga de hoje, alegria da vida; que a compreensão do que és e do que deves ser te leve a um aperfeiçoamento de qualidades morais, intellectuais e físicas, que te façam o elo mais forte da cadeia que une as gerações umas às outras, e que, unindo-te a ontem, continues amanhã, para que a mulher seja sempre a columna forte do lar e o exemplo de virtudes, e para que o seja ontem, hoje e sempre...

MARIA D'ÊÇA



“Ontem, Hoje e Sempre” é um alerta para que a Mocidade não se esqueça que existe um passado cultural que não pode ser esquecido, um presente que tem de ser respeitado e um futuro que tem de ser construído.

Começa por referir que as raparigas desejam-se sinceras, leais, puras e simples:

Não a tímida môça de outros tempos, mas a corajosa rapariga que se arma para vencer na vida, não preocupada só com frivolidade, mas que também não esquece que será mulher e que a feminilidade será um dos seus grandes encantos.

Para além de reunir estas características, a rapariga não deve esquecer que existe um passado a respeitar e a preservar, principalmente numa altura em que a Mocidade havia atingido um grau de liberdade nunca antes conquistado pelas suas antepassadas. Assim, aconselha o seguinte:

E não será mau que, recordado as qualidades da mulher de outro tempo, lhe fique com êsse amor de família e dos seus que lhe deu a primazia no lar e fazia da mulher o esteio de todos os que ela amava.

E não será mau transmitir também essa indispensável qualidade às gerações vindouras, para que a mulher possa através de todos os tempos manter a soberania do seu afecto dentro do círculo familiar e para que, adquirindo qualidades novas de independência e energia, não perca as antigas de dedicação e afecto.

O cuidado do lar e o amor pela família são, assim, directrizes fundamentais que não devem ser negligenciadas em momento algum. A rapariga não pode esquecer nunca o que é nem o que deve ser:

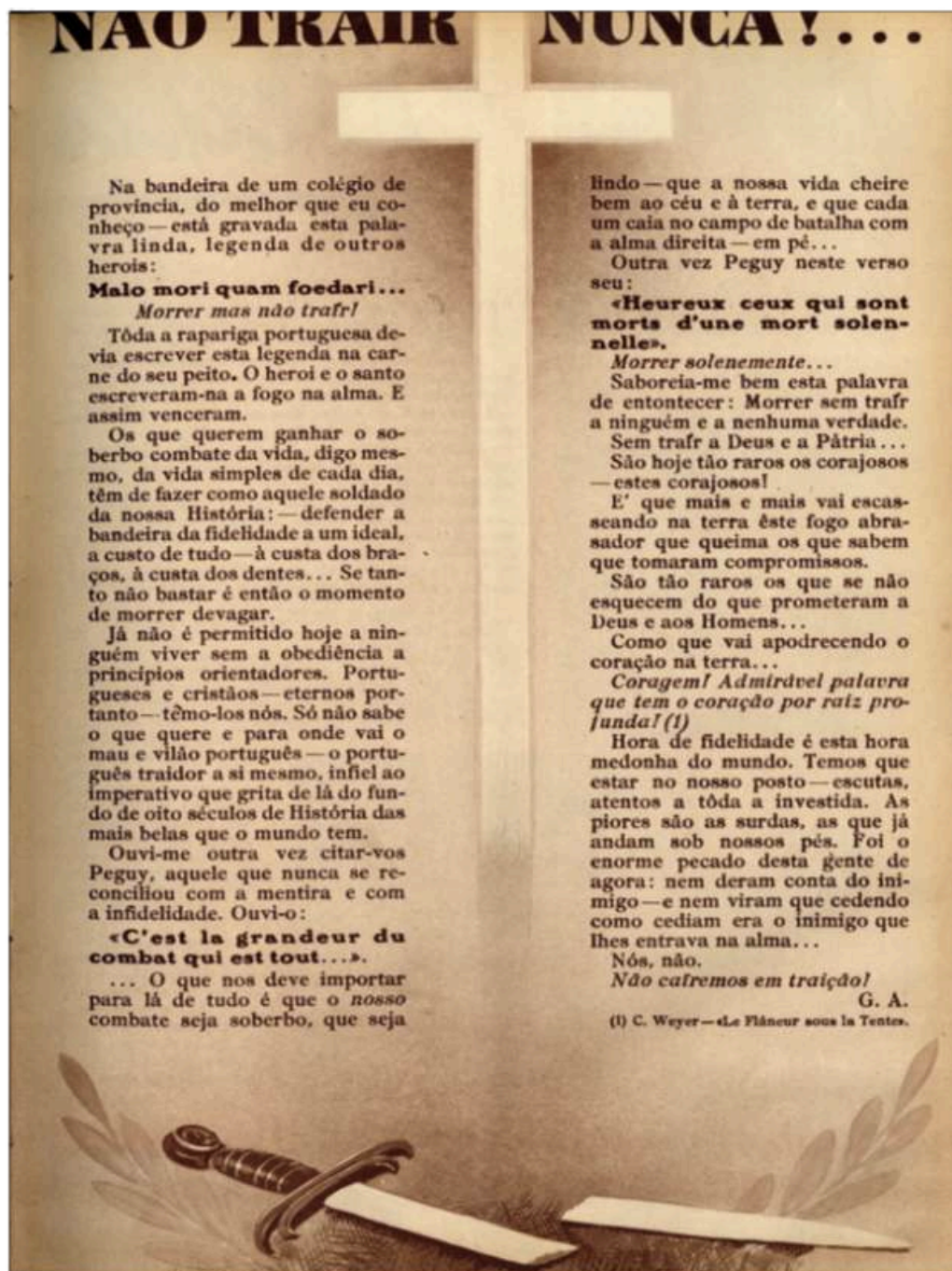
Rapariga de hoje, alegre da vida; que a compreensão do que és e do que deves ser te leve a um aperfeiçoamento de qualidades morais, intelectuais e físicas, que te façam o elo mais forte da cadeia que une as gerações umas às outras, e que, unindo-te a ontem, continues àmanhã, para que a mulher seja sempre a coluna forte do lar e o exemplo de virtudes, e para que o seja ontem, hoje, e sempre.

Esta citação transmite a noção de que a mulher tem um caminho pré-definido a cumprir, um papel a desempenhar, e que deve fazê-lo sem esquecer o legado cultural e histórico que lhe foi transmitido pelas gerações passadas e que deverá transmitir às gerações futuras. Fica clara a ideia de que o papel da mulher não deve sofrer alterações nem aspirar evoluções, deve manter-se, “ontem, hoje e sempre”, elemento unificador do lar e da família.

Palavras-Chave: Familiar; Lar; Passado.

“Não trair nunca!”

Agosto, 1939



Este texto ensina a importância de respeitar os valores da Nação e adoptar um modo de vida concordante com estes valores:

Já não é permitido hoje a ninguém viver sem a obediência a princípios orientadores. Portugueses e cristãos - eternos portanto - temo-los nós. Só não sabe o que quer e para onde vai o mau e o vilão português - o português traidor a si mesmo, infiel ao imperativo que grita de lá do fundo de oito séculos de História das mais belas que o mundo tem.

Hora de fidelidade é esta hora medonha do mundo. Temos que estar no nosso posto - escutas, atentos a toda a investida. As piores são as surdas, as que já andam sob nossos pés. Foi o enorme pecado desta gente de agora: nem deram conta do inimigo - e nem viram que cedendo como cediam era o inimigo que lhes entrava na alma...

É feita a apologia a vida simples, regulamentada pelos princípios orientadores do regime estadonovista: Deus, Pátria e Família. Neste, como em muitos outros artigos do Boletim, a mulher é alertada para os perigos e inimigos que a rodeiam, perigos morais que podem levá-las a desrespeitar os valores basilares da nação e a trair o país.

Palavras - Chave: Tradição; Valores Cristãos; Pátria.

“Bondade e Misericórdia”

Agosto, 1939



Bondade e Misericórdia

MOCIDADE Feminina de Portugal, cultivai em vós a bondade de coração. A bondade deve ser em todos os tempos, lugares e civilizações, a nota distintiva da mulher, em todas as situações da sua vida. É a mais feminina de todas as virtudes femininas e a mais portuguesa de todas as virtudes, e que bom é ser bom num mundo que faz consistir a beleza e o bem na força bruta, no ataque à família, na destruição das pátrias e no ódio a Deus. A bondade aquece os próprios tûmulos, lançando sobre as cinzas dos mortos pétalas de rosas perfumadas; a bondade é a beleza e o bem cantando tudo o que há de nobre e elevado no coração humano; a bondade não é julz mas anjo de paz cujas asas invisíveis agitam suavemente os corações humanos. Sede boas e levareis atrás de vós o coração da humanidade que sangra como não sangrou há XX séculos, porque as dores e agonias da apostasia, fazem sofrer sete vezes mais que as trevas do paganismo. Sede boas e elevareis Portugal às maiores alturas e às maiores glórias.

Juntai à bondade a misericórdia. A bondade guarda os sofrimentos para si e dá a todos, sem distinção, sorrisos de bem querer... A misericórdia vai mais longe: busca a miséria, dá o coração à miséria, como a etimologia da palavra o indica, em paga de um olhar de ódio, envia um sorriso de perdão, torna-se de rica pobre para minorar a fome, a sede, a nudez dos seus irmãos e é mais feliz quando dá do que quando recebe.

Dá a quem precisa sem distinção de classes, raças ou nações, dá aos crentes, descrentes, aos inocentes e até aos criminosos. A misericórdia é a expressão mais alta da caridade, do amor.

Raparigas da Mocidade, amai a bondade e a misericórdia e sereis, não só o sol de Portugal aquecendo, alegrando, vivificando, mas até do mundo inteiro. A luz das quinas, que é distintivo das vossas fardas, abri o vosso coração à miséria moral e material, como Cristo abriu as suas chagas para salvar a humanidade:

Deve ser esse o vosso programa.

MARY FORBES

A bondade é entendida como a característica distintiva das mulheres, a mais feminina e portuguesa de todas as virtudes. Ser bondosa é fundamental para combater aqueles que contribuem para o ataque à família, a destruição da família e ódio a Deus. Aliás, a bondade é fundamental para acalmar aqueles que sofrem com as “dores e agonias da apostasia”.

É feito um paralelismo entre a mulher e a bondade, uma vez que, tal como a mulher, “a bondade guarda os sofrimentos para si e dá a todos, sem distinção, sorrisos de bem querer...”

Para além de bondosa a mulher deve ser, em concordância com a ideologia estadonovista, misericordiosa. Deve dedicar parte da sua vida a ajudar os mais necessitados, partilhar os seus bens com os que nada têm, ficar feliz por dar sem receber. De acordo com a ideologia estadonovista, o apoio aos carenciados é das actividades mais nobres que as mulheres devem desenvolver:

Dá a quem precisa sem distinção de classes, raças ou nações, dá aos crentes, descrentes, aos inocentes e até aos criminosos. A misericórdia é a expressão mais alta da caridade, do amor.

Palavras - Chave: Bondade; Misericórdia; Família.

“Cursos de Graduadas”

Maio, 1940

curso de Graduadas

LICEU MARIA AMALIA VAZ DE CARVALHO, CENTRO N.º 1



Universitárias na sala de culinária

Em várias Delegacias da Mocidade Portuguesa Feminina têm estado a funcionar os Cursos de Graduadas.

Esses cursos, que pretendem dar às Filiadas que passam a ter responsabilidades de Dirigentes, uma formação mais aperfeiçoada, obedecem ao seguinte programa:

Formação moral e religiosa, dentro deste tema lindo: «Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida».

Formação nacionalista, para que cada portuguesa tenha a devoção da Pátria e se integre no plano da restauração nacional que se está realizando, dando-lhe com entusiasmo e espírito de sacrifício a sua colaboração dedicada.

Cultura física, jogos, e desportos, e a parte de comando e disciplina necessárias para o desempenho das funções especiais de Graduadas.

Canto coral, com o carácter educativo, regionalista e patriótico que faça tirar deste ensino todo o proveito tido em vista nas finalidades do curso.

Higiene, para utilidade das próprias filiadas e para o bem social.

Puericultura, esse complemento essencial de toda a educação feminina.

Ensino doméstico — culinária, arranjo de casa e arranjo de roupa (ministrado do modo prático que as fotografias destas páginas mostram).

As filiadas preparam os alimentos, cosinham-nos e... comem-nos!

Mas, às vezes, as refeições que preparam — tão apetitosas, tão bem apresentadas e cheirando tão bem que me fizeram crescer água na boca... — são distribuídas pelos pobrezinhos, como o fazem, por exemplo, as Graduadas Universitárias de Lisboa, que todos os domingos oferecem o almoço que cosinharam a 20 ardinas, fora os mais que ainda comem o que cresce...

Assistimos ao almoço de que publicamos hoje as fotografias e não sei se nos banquetes serão servidos manjares que saibam melhor do que o caldo verde e o bacalhau à «Gomes de Sá» que os garotos devoraram sob os meus olhos!

E decerto não existem *cordons-bleus* que sirvam à mesa como as filiadas de M. P. F.: tão atentas, tão carinhosas, e tão maternais para os pobrezinhos!

Maria Joana Mendes Luz



Os Cursos de Graduated funcionavam em diversas Delegacias da Mocidade Feminina, com o seguinte programa curricular:

Formação moral e religiosa;

Formação nacionalista;

Cultura física;

Canto coral;

Higiene;

Puericultura

Ensino Doméstico;

A Formação Nacionalista era fundamental para que as raparigas se integrassem no plano de restauração nacional em curso. As aulas de puericultura representam um complemento essencial da educação feminina e o ensino doméstico permitia aprender a cozinhar, arranjar a casa e a roupa. Este é um programa curricular que visa, assim, preparar a mulher para desempenhar o seu papel de mãe, de dona de casa e de cuidadora. Não surge, neste plano curricular, qualquer disciplina que incentive o espírito crítico, o raciocínio, a cultura geral ou que transmita algum tipo de conhecimento para além do considerado adequado ao espírito feminino. Todas estas disciplinas contribuem para que a personalidade da mulher, a sua identidade de género, se molde ao ideal pré-definido pelo regime.

Palavras - Chave: Educação; Mãe; Dona-de-Casa.

“A Exposição da Vida e Actividades da M.P.F”

Janeiro, 1941

A Exposição da Vida e Actividades da M. P. F.

A Exposição da Vida e Actividades da M. P. F., que esteve aberta no Secretariado de Propaganda Nacional do dia 10 ao dia 15 de Dezembro e que Sua Ex.^a o Senhor Ministro de Educação Nacional se dignou inaugurar, caracterizou-se pela sua simplicidade, mas nessa simplicidade esteve precisamente o segredo do poder sugestivo da Exposição.

Simplicidade nas ornamentações: mas simplicidade de bom gosto, que é a verdadeira arte e distinção.

Simplicidade na documentação: mas simplicidade que falava alto e sinceramente.

Quem visitou a Exposição decerto ficou a conhecer melhor a M. P. F.

Aqueles que lá não foram, convidamo-los a dar uma volta pelas salas, através das páginas do nosso Boletim.

Toda a reprodução é imprecisa, mas enfim... sempre se ficará com uma ideia.

O que é a Mocidade Portuguesa Feminina?

É uma organização nacional que deverá abranger toda a juventude portuguesa, mas como a sua criação é recente, ainda não foi possível organizá-la em todo o país, nem completamente onde já existe.

Estão fundadas 10 Delegações com um total de 304 Centros (fig. I).

O número de Filiadas é actualmente de 38.350, agrupadas em escales, segundo a idade (fig. II).

Como todas as organizações, a M. P. F. tem a sua hierarquia, isto é, uma série de pessoas com poderes de direcção, subordinadas umas às outras, e de que as funções se combinam para um determinado fim.

O mapa que publicamos (fig. III) indica a hierarquia da M. P. F.

Só assim, cada um no seu lugar e todos trabalhando sob a orientação superior da Comissão Nacional, a M. P. F. poderá conservar a pureza do seu espírito ao mesmo tempo que multiplica as suas actividades.

Uma organização, para ser perfeita, exige ordem, mesmo sob o aspecto material. A Exposição apresentava-nos os elementos que contribuem para os serviços da organização: impressos, ficheiros, etc. (fig. IV).

Mas a M. P. F. é um organismo vivo, não se limita a números e papéis: tem a sua vida e as suas actividades de que fotografias nos davam aspectos flagrantíssimos.

Trabalhos manuais — economia doméstica — canto coral — formação nacionalista. (fig. V).

Ginástica — puericultura — formação moral e religiosa — culinária — formação cultural.

Todas estas formas de actividade da organização e de meios de formação de Filiadas se desenrolavam perante os nossos olhos, traduzindo-nos em imagens o ideal da Mocidade; que procura dar à rapariga portuguesa uma educação completa, preparando-a para a vida no lar, cultivando as suas virtudes, enriquecendo o seu espírito, aumentando a sua alegria e cuidando também de sua saúde — sem a qual não há alegria perfeita!

Um interessante gráfico mostrava a divisão destas actividades segundo os escales (Lusasitas, Infantas, Vanguardistas e Lusas) e das Escolas de formação (chefes de Quinas, chefes de Castelos, chefes de Grupos e chefes de Bandeiras).

Um outro quadro (fig. VI) recordava as Colónias de Férias do verão de 1939, por onde passaram 500 filiadas de todo o país.

Mas se é já muito o que se faz, muito resta ainda por fazer.

Numa das paredes via-se um quadro com este título: Projectos (fig. VII).

Nem tudo se pode conseguir num dia: não chega o tempo, faltam dirigentes e escasseiam também recursos materiais. Mas o ideal não se deve diminuir, e, antes de poder ser realizado, tem de ser sonhado...

A «Mocidade» sonha com Cursos de formação das Dirigentes, Alargamento dos cursos de formação das várias actividades, Desenvolvimento da Economia doméstica etc. E ainda com a Organização das operárias, Organização das rurais, Jardins de infância, Cursos de enfermagem, Bibliotecas, etc.

Eis alguma das suas aspirações.

No centro da sala estavam expostos alguns trabalhos manuais das Filiadas, todos tão bonitos que não podemos distinguir nenhum...



O artigo começa por destacar a importância da simplicidade, considerada “a verdadeira arte e distinção”.

Prossegue definindo a Mocidade Portuguesa Feminina como “(...) uma organização nacional que deverá abranger toda a juventude portuguesa (...)”.

A organização da organização espelha a máxima de António Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional de Salazar, um “lugar para cada um e cada um no seu lugar”. De facto, a existência de uma hierarquia definida e de um lugar específico para cada um é considerado fundamental para o bom funcionamento da Mocidade.

A formação em áreas como trabalhos manuais, economia doméstica, canto coral, formação nacionalista, ginástica, puericultura, formação moral e religiosa, culinária e formação cultural é considerada essencial para “dar à rapariga portuguesa uma educação completa, preparando-a para a vida no lar, cultivando as suas virtudes, enriquecendo o seu espírito, aumentando a sua alegria e cuidando também de sua saúde - sem a qual não há alegria perfeita!”

De novo, vemos patente uma noção determinista no que às mulheres diz respeito, defendendo que nascem com uma missão a cumprir.

Palavras - Chave: Simplicidade, Hierarquia, Educação Feminina.

“Colaboração das Filiadas”

Janeiro, 1941

Colaboração das Filiadas

PORTUGAL!

Luz deslumbrante ilumina a nossa querida Pátria. O nosso coração sente profundamente o doce e intenso calor que dessa Luz irradia. E qual será a alma portuguesa que não vibre, que não se inflame, que não se queime, à chama do amor do nosso querido, lindo e glorioso Portugal?

Pátria! que palavra tão sonora e doce de dizer e repetir uma vez mais e sempre. Pátria! palavra imensa que traduz toda a nossa vida, todo o nosso sentir mais íntimo, mais nobre, mais elevado. Viver para a Pátria, amá-la entranhadamente, sofrer e morrer por Ela, se preciso for — norma seguida, desde tempos imemoriais pela gente portuguesa.

De olhos fitos nesse ideal de Luz que deslumbra e guia, o povo lutou primitivos. Nas veias dos portugueses de hoje, corre ainda o sangue dos guerreiros fortes de Ourique, dos heróis de Aljubarrota e daqueles aventureiros heróicos que se arriaram pela Pátria, «por mares nunca d'outrem navegados». A gente lusá não deixa adormecer os sentimentos nativos da Raça, não pode jamais perder o calor patriótico que lhe aquece o coração. E' por isso que Portugal inteiro acaba de festejar as datas gloriosas, eternamente gravadas, em letras colossais, nos annos imortroeiros da História Pátria. Portugal não esquece, nunca poderá olvidar aqueles que por si perdiam ou aventuraram as suas vidas, aquelas que o tornaram grande.

Não faltam na nossa História horas dolorosas; mas, na desgracia, sempre se depõem e fortalecem o amor pátrio e essa chama sagrada fortificou os ânimos, revigoreceu os bráços, dirigiu para todos os sacrifícios, preparou Portugal para uma nova era de triunfos. O Portugal de hoje impõe-se ao mundo. Portugal é cada vez mais, dos Heróis que o alargaram e defenderam, dos Santos que o enobreceram e glorificaram, dos Sábios que o elevaram, dos Chefes que bem o dirigiram, do Povo, do bom Povo português que por Ele tantas vezes deu o seu sangue, impulsionado por um amor imenso a todo torção heróica. Glória a todos os Grandes Portuguezes, a toda a nossa História maravilhosa!

Portugal é valhinho. Já vive há oito séculos e fazes «otto séculos de glória nacional», fizes oitocentos annos de feitos inenarráveis, de triumphos e de vida criativa, acabamos de celebrá-los. Portugal valhinho e tem sobo, cada vez mais vigoroso e jovem, graças a um grande Portugal: Salazar!

Numa época de angústia para o mundo, Portugal, recto e leal como sempre, celebrou a sua grandezça, com simplicidade, com dignidade e justificado orgulho. A sua História, em síntese, esteve escrita em livro aberto, nesse livro de encanto e de sonho que foi a Exposição do Mundo Português. Sonho de arte e de beleza! Sonho de encanto e magia! A Exposição de Belém não se descreve. Vê-se e... sente-se. Tanta maravilha, tanta coisa nossa, fizeram vibrar de commoção e nossa alma portuguesa. Palavras no ambiente algo de indefinível. Era a arte, a beleza, o bom gosto, a riqueza, e nem sei dizer! — era Portugal. Um mundo nosso, bem nosso, que nos fazia vir aos olhos lágrimas de orgulho e alegria. O mais insignificante pormenor fazia vibrar até aqueles que supunham adormecido o seu coração.

«Portugal pertence ao número limitado dos povos que escreveram a história do Mundo». A Exposição foi a síntese duma civilização oito vezes secular, foi um marco militário na vida mundial. Algum dia que a Exposição de Belém não foi um agregado de coisas mortas, mas uma fonte de novas energias, uma exaltação à Raça Portuguesa. Na hora de dor que a Europa atravessa, Portugal, não indiferente à desventura alheia, deu uma lição de confiança em si próprio, de conhecimento da sua vida nacional e certeza da continuação futura das glórias passadas. Tudo impressionava e dominava no ambiente de grandezça da nossa «Cidade Histórica» erguida em volta do Mosteiro dos Jerónimos. Não eram propriamente as interessantíssimas Secção Colonial, as típicas aldeias portuguesas e

respectivo documentário regional, a riquíssima Nau Portugal, as belas linhas das reconstruções, que mais nos emocionavam; era sobretudo o interior dos pavilhões, documentos expressivos da longa vida portuguesa, que nos tocava a imagem da alma. Tam belo na sua arte, tam grande na sua simplicidade. Não pode descrever-se. A Exposição de Belém era principalmente para se ver com os olhos da alma. Não impressionava só agradavelmente a retina mas, ainda mais, a alma.

«Não temos uma doutrina e somos uma força» — disse o Chefe do Governo. Que compreendamos essa força, que nos sintamos confiantes. «Portugal foi sempre cristão» — tam bela frase, encimando uma cruz envolta na luz verde da Fé e da Esperança, num dos Pavilhões. Essa força de que falei vem-nos de cima, da Suma Força, de Deus que abençoou esta terra tam amada, sempre cristã. Essa força aí, inspirada numa doutrina aí, tem um dos principais factores na cristandade portuguesa.

Rapareigas da Mocidade! Aprendemos muito na Exposição de Belém. Tivemos a História, até nós, rumores de nomes femininos. Encontrámos modelos a imitar em todas as virtudes — há santas portuguesas, há heroínas portuguesas. E na multidão anónima, quantas virtudes excelentes não dormirão ao pó do esquecimento?! Sejam dignas dessas figuras de outross. Não seremos santas, não seremos heroínas, mas quanto poderemos fazer pela nossa Terra amada, com o nosso modesto labor de dia e dia, preparando as nossas almas, trabalhando para bem servir. Hoje, boas filhas, boas esposas e mães amanhã, trabalhar sempre pela Pátria! Fé, sem dó, as doutrinas venenosas que pretendem aviltecer a mulher e anarquizar o mundo.

«Deus, Pátria Família». Sigamos e honremos este ideal elevado e puro. Mocidade Feminina, a Pátria espera por nós. Rapareigas hoje, mulheres amanhã — sempre plenas da Virtude e do Dever. E' preciso que a Mocidade Feminina seja digna da sua Pátria. Que todas sintamos unidas o significado da missão.

Agrupemo-nos em volta do Reconstitutor da Nação, do homem que à Pátria todo se deu para a salvar e engrandecer. Aprendamos com Salazar a oração do sacrifício. Sacrifícios são os alicerces da Revolução que Ele mesmo vem efectuando. Anos de realizações se passaram sob a sua mão forte e segura que Deus guia. Portugal renova-se. Nova salva de amor pátrio eleva-se por todo o Império. Um sol novo brilha agora no nosso firmamento, revivificando o nosso Portugal, o Portugal de Ourique, de Aljubarrota, de 1640, de gloriosas tradições. Portugal impõe-se ao respeito do mundo.

Rapareigas da Mocidade! Num impulso de fé e gratidão juvenil, ajoelhe-mos e digamos: — «Obrigada, meu Deus».

Maria do Céu Pimentel Santos

Filiada N.º 2289 — Lima — Centro 1 — Ala 1
Domus Littoral

MÃI

Toda letra, apenas, formam sete palavras, que tanto carinho e ternura encerra em si.

Mã! É a palavra, magra e suave, capaz de tocar todos os corações mais duros ao receber o eco da voz que lhe fala.

Mã! É o sorriso sempre aberto para toda a dor, que rugueia, repulsa, de lá em lá, a procura de alguém que lhe dê gozido.

Mã! É como o sol apertado, nos dias fregidos do inverno, com os seus raios de luz, dando calor e vida à terra adormecida.

Mã! É como o sol de Junho, forte, abraçador, tornando letros os trigalistas, põe-nos de cada dia.

Mã! É como a estrela brilhante, em noite escura, guiando o pobre camponês através dos ásperos caminhos da aldeia, em demanda de um chopinho.

Mã! É como o luar, belo, lindo e majestoso em maré de luz cheia, nas quantas noites de verão, que nos encha de sono, tranqüillizandolos com a sua mandala de alvoro.

Mã! É a alegria constante das avozinhas indefesas, que de ramo em ramo, de campina em campina, vão cantando e procurando o alimento.

Mã! É como um lençol em pleno mês de Maio, repleto de flores, de cores e formas variadas, enalando das corolas adormidas o perfume mais apreciado.

Mã! É como a chuva benfiteja, caído em pleno solto monamanto, enlameando as plantas secas, que se recebem e se tornam alegres e verdiosas.

Mã! É ainda como a fada estagão da primavera, tão cheia de beleza, expellando por toda a parte uma inenarrável de atractivos, que são alegria da natureza.

Mã! São finalmente os corações enredados da juventude, da idade, da abnegação e do sacrifício, furtivos do amor de mã, que nas horas mais críticas da vida procuram dar conforto a quem que o necessitam.

Colombo de Sousa Martins
Filiada N.º 2.800 — Barcelos



O texto começa por defender a importância da Nação, pela qual devem ser feitos todos os sacrifícios necessários. Considera ser importante proteger o país de todos aqueles que não compreendem os valores nacionais e não respeitam os valores cristãos:

Não seremos santas, não seremos heroínas, mas quanto poderemos fazer pela nossa Terra amada, com o nosso modesto labor de dia a dia, preparando as nossas almas, trabalhando para bem servir. Hoje, boas filhas, boas esposas e mãis amanhã, trabalhar sempre pela Pátria! Fôra, sem dó, as doutrinas venenosas que pretendem envilecer a mulher e anarquizar o mundo.

A tríade “Deus, Pátria, Família” surge como ideal supremo da Mocidade Portuguesa devendo ser respeitado por todas as raparigas que se considerem dignas da sua Pátria.

Deus, Pátria, Família. Sigamos e honremos este ideal elevado e puro. Mocidade Feminina, a Pátria espera por nós. Raparigas hoje, mulheres amanhã - sempre pioneiras da Virtude e do Dever. É preciso que a Mocidade Feminina seja digna da sua Pátria. Que todas sintamos unidas o significado da missão da mulher cristã.

Considera-se que a mulher tem uma função extremamente importante na reconstrução e renovação da Pátria, respeitando os valores cristãos e apoiando Salazar cuja mão forte Deus segura e guia. Assim, as mulheres devem participar na transformação do país através do seu espírito de sacrifício, da sua capacidade de bem servir, cumprindo os papéis que lhes estão destinados.

É transmitida a ideia de pertença, de luta por uma causa maior “temos uma doutrina e somos uma força”, de apologia ao combate impiedoso contra “as doutrinas venenosas que pretendem envilecer a mulher e anarquizar o mundo”. A mulher portuguesa deve ser sempre exemplo de virtude e dever, digna da Pátria que representa.

Palavras - Chave: Nação, Sacrifício, Virtude

“Lei de Cavaleiros”

Março, 1941



Bandeira dos Templários.
«Não a nós, Senhor, mas
o Teu Nome, dá a glória»

LEI DE CAVALEIROS

Uma regra dos Templários, velhos e bons cavaleiros de outras eras, rezava assim:

«Nunca fugir ao combate. «Nunca acolher em si
«Nunca pedir paz. a esperança de um só
«Nunca dar resgate. instante de repouso».

Quem não é cavaleiro e soldado nesta hora do mundo? Quem o não será?!...

E tudo é campo para lutar. Por toda a parte inimigos e mais inimigos.

Inimigos traiçoeiros. Nem vêm a ter-reiro, a descoberto, honradamente.

Tomam antes todas as atitudes — como camaleões — todas as máscaras e esperam às escondidas, pelo calado de todas as noites...

E' a revista lindamente apresentada, o jornal «sério», o filme «inocentes», o senhor e o menino «bem», as meninas «possidónias» — e as «sãs» reuniões de família e os passeios «ao ar livre», em liberdade...

Tudo e todos género «bem», tudo e todos...?...

Filiadas da Mocidade Portuguesa: Aqui os tendes, os vossos piores inimigos e os campos onde haveis de aceitar combate destemidamente, como bons e honrados cavaleiros. Aqui os tendes.

E logo que apareçam, venham de onde vierem (cautela com os lobos vestidos de peles de ovelha...) aceitai a luta: braço a braço, peito a peito, lançada contra lançada e... «Nunca pedir paz».

Ouve: — é possível que assim, heroica e linda, molhada em sangue de tuas veias, de lança em riste, à espera de toda a desvergonha e de toda a ousadia com que queiram ferir a tua virtude e a tua alma de rapariga, é possível que ouças a grita das «bem» assustadas com o teu «escandaloso» (não é necessário tanto, murmuram...) a pedirem-te que te metas em casa, a lembrarem que «os tempos são outros», que agora tem de ser assim (pois, que se lhe há-de fazer?!...) E' possível? E' mesmo certo. E nisto concertam-se em desvairo as damas mããs e os filhos «dormidáveis». Arrendam por sua conta, e para seu uso, todo o... «bom senso» deste mundo e do outro...

Ouve outra vez: com esta gente, pior que os outros inimigos, nunca entres em combinações de espécie alguma. Nem resposta.

Veste-te de vaidade santa, a deixares perceber a malha da couraça e o ferro da espada, e passa adiante, linda e linda, por entre a turba das cansadas e das «modelíssimas» criaturas de Deus que andam por esse mundo de Cristo a pedir guerras, inundações e ciclones e dilúvios... Passa e vai descansar logo adiante, com outros inimigos que te aguardam: outra vez: espada fora da bainha, a olhar os sinais que o Céu mostra aos Cavaleiros da Honra e da Fé, outra vez: mais sangue... mais alma e suor... mais estocadas no peito forte... E vai morrer.

Ao longe e ao perto as «mágoas» das «bem» que morrem de cobardias e de traições a si e à consciência e à Pátria... Mas dentro de ti e no Alto, as bênçãos e as graças da Paz e da Alegria...

... Os carrilhões de todas as catedrais da terra e do céu a entoarem os hinos da Libertação ... e até os teus inimigos te enterrarão na Terra sagrada da Virtude, saúdarão, perfilados, o teu cadáver e irão dizer que foste corajosa, leal, honrada.

E o teu nome será escrito entre as estrelas no céu da vitória...

Cá por baixo, as outras, dirão que... foi uma pena teres assim combatido e morrido... Não valia a pena...

G. A.

Este artigo fala da importância de todos serem cavaleiros e soldados no combate aos inimigos. Inimigos considerados traiçoeiros, dissimulados, escondidos atrás de máscaras.

Alerta para todos aqueles que se apresentam como sendo “de bem” mas que no fundo assumem comportamentos considerados perniciosos ou pouco ajustados. São considerados os piores inimigos da Mocidade Portuguesa aqueles que consideram que os tempos são outros, apelando por isso à modernização dos comportamentos e dos ideais, entendido como uma cobardia e traição à consciência e à Pátria.

É notória a apologia a que as raparigas não oiçam, não convivam sequer, com todos aqueles que adoptam posturas divergentes das preconizadas pelo regime. Todos aqueles que seguem percursos diferentes devem ser entendidos como inimigos a combater até ao limite, em nome da Pátria e de Deus.

Palavras - Chave: Combate; Inimigos.

“O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”

Maio, 1941



Em disciplina e honra. Outras Raparigas, espírito levantado, marcham ao passo.



Uma mais velha, que se apresenta como amiga, recebendo a mais nova.



Uma guardada que lê uma revista. Exemplo de respeito e disciplina, de que se trata o espírito e o espírito de que se trata o espírito.

O que nós queremos que as nossas raparigas sejam

1.ª — VERDADEIRAS

A Mocidade Portuguesa Feminina não tem só por fim uniformizar as raparigas e ensiná-las a vestir o uniforme com sprumo e correção. Não quer só ensinar-lhas a parte técnica do governo da casa e dos cuidados das crianças. Quer que, por trás disso tudo, haja uma realidade. Quer educar as raparigas — não de fora para dentro mas de dentro para fora — de maneira que tudo quanto elas pareçam o sejam de verdade.

Por isso, o que desejamos fazer as que tomaram sobre si o encargo de dirigir este movimento, cátr pela base se as raparigas não forem verdadeiras até à medula.

Ao falar-vos, portanto, não que nós queremos que as nossas raparigas sejam, não posso deixar de começar pela verdade.

Vemos a bandeira hastiada e um grupo de raparigas, impecavelmente alinhadas, de cara atenta e olhar firme, em continência à bandeira. O que vale isso se no peito de cada rapariga não houver, de verdade, a consciência de que é herdeira de uma tradição de oito séculos, que a bandeira simboliza, e a resolução de bem cumprir os deveres que essa herança lhe impõe, no campo reservado à acção feminina?

Vemos um grupo de pequeninas absorvidas nas palavras de uma sua companheira mais velha. Isso não exige da parte da mais velha o maior respeito pela candura dessas crianças prontas a acreditar nas palavras que ela lhes disser e às quais ela deve a verdade dita de forma que elas possam compreender?

Se a mais velha guia as mais novas, não será preciso que tenha amor a essas pequeninas, que pense no que elas vão ser e na maneira como as poderá ajudar no seu ca-

minho e não se contente com cumprir exteriormente as suas obrigações como graduada?

E mais tarde, não será preciso que o seu vestido branco de noiva seja mais do que um vestido, seja um símbolo do que realmente lhe vai na alma?

As nossas raparigas devem ser verdadeiras consigo mesmas. Devem olhar-se de frente, reconhecer o bem que nelas há, naturalmente, agradecendo-o a Deus; e reconhecer também os vícios maus que todas nós temos — não para os esconder mas para os corrigir. Devem ser verdadeiras na sua acção, o que exige delas a coragem para que os seus actos reproduzam o que elas são de facto. A sua vida, assim, será bem sua. Se ocultarem o que são para se gabarem pelo que agrada aos outros não viverão acção a vida dos outros. Devem ser verdadeiras com todos, em tudo. O que não quer dizer, como tanta gente imagina, que é preciso dizer coisas desagradáveis, a pretexto de serem verdadeiras. Se somos amáveis de coração, a amabilidade nas nossas palavras é uma maneira de sermos verdadeiras. Não há ninguém a quem se não possa dizer alguma coisa de bom. Mas se sabemos que o que temos de dizer não vai agradar, há sempre maneira de o dizermos com verdade e com bondade.

Para as nossas raparigas, a minha primeira palavra é, portanto, esta: Sejam verdadeiras. Se o forem, a vossa influência, desde já, sobre as outras raparigas, nas vossas famílias, e mais tarde, quando todo depender de vós, a vossa acção como mulheres incapazes de mentir será tão larga, que nem vós mesmas, hoje, podéis compreender.

Mãe R. N. d'Almeida Cordeiro de Barros



Amor que acompanha a disciplina e segue pelo caminho da vida.



Começamos por ler “A Mocidade Portuguesa Feminina não tem só por fim uniformizar as raparigas e ensiná-las a vestir o uniforme com aprumo e correção, Não só quer só ensinar-lhes a parte técnica do governo da casa e do cuidado das crianças. Quer que, por trás disso tudo, haja uma realidade. Quer educar as raparigas - não de fora para dentro mas de dentro para fora - de maneira que tudo quanto elas pareçam o seja verdade”.

É feita assim a apologia da verdade, a defesa de uma noção de compromisso e de verdade para com o ideal estadonovista. Verdade no compromisso de respeitar as tradições e de cumprir todos os deveres “que essa herança lhe impõe, no campo reservado a acção feminina.”

O vestido de noiva é apresentado como exemplo de verdade. Considerando o casamento como uma passo inquestionável na vida de qualquer rapariga, o vestido deve ser “um símbolo do que realmente lhe vai na alma”, ou seja, de pureza e virgindade e não apenas mais uma peça de roupa.

Na opinião da autora, só as raparigas verdadeiras consigo mesmas serão capazes de reconhecer os seus erros mas também de se manterem fiéis “na sua acção, o que exige delas a coragem para que os seus actos reproduzam o que elas são de facto”. Assim, as raparigas devem agir de acordo com a sua consciência e não se deixar influenciar pelas opiniões alheias:

Se ocultarem o que são para se guiarem pelo que agrada aos outros não viverão senão a vida dos outros. Devem ser verdadeiras com todos, em tudo.

É transmitida às filiadas uma ideia de liberdade de escolha e de opção, a ideia de que podem optar por um caminho diferente e que, se escolhem o defendido pela Mocidade, devem fazê-lo de forma verdadeira e consciente. O artigo pretende, como tantos outros presentes no Boletim da Mocidade Portuguesa, contrariar a ideia de que as filiadas são coagidas ou forçadas a adoptar comportamentos com os quais não se sintam identificadas.

Palavras-Chave: Verdade; Compromisso.

“Grandesa e Glória de Servir”

Junho, 1941



ORA ouvi, ouvi hoje esta palavra de um romancista de quem tôdas gostais tanto — vós aquelas que já tendes idade, critério e orientação para lêrdes certa literatura. Ora ouvi lá:

«Não existem grandes destinos individuais. Só há grandeza quando se serve. Serve-se a sua família, a sua pátria, a ciência, um ideal — Deus».

Falou-vos Henri Bordeaux.

Há vinte séculos já Alguém tinha dito isto mesmo, mas ainda melhor, com mais vida, sobretudo com o exemplo vivo da sua mesma existência a comprová-lo absolutamente. Foi Cristo. E está lá no Evangelho. Falando de si, disse:

«Eu não vim para ser servido, mas para servir».

Tanta rapariga de agora não sabe em que há-de «matar o tempo». E para aí andam, a correr, atrás de tudo, sem nunca encontrarem ninguém, nem acabando sequer por se encontrarem a si mesmas. «Matam» o tempo e o tempo assim morto mata-as a elas...

«Matar o tempo» porque não se encontrou o seu lugar, a sua vocação, a sua missão...

Não se encontrou... Melhor: ainda não se quis encontrar... mais fácil, na verdade, sonhar e divagar eternamente, por detrás das vidraças da nossa janela, a olhar o correr das nuvens no céu do futuro, do que correr para dentro de casa — de casa... — ou descer à rua, onde nos esperam as grandes realidades da vida, da nossa vida, talvez simples, escondida, de cada dia: **o nosso dever.**

Sair de... nós. Ir... aos outros. Não fechar o mundo nas grades doiradas do nosso eu, da nossa pessoa...

Amar acima de tudo a linda liberdade de se estar sempre disponível para o serviço do grande mundo — quero dizer, de todos quantos precisem de nós.

Como é doloroso, sempre amargo, o viver emparedado a dentro dos muros do nosso pequenino mundo — o mundo estreito do nosso eu!

E quâsi sempre lá se morre sem nunca se ter chegado a ter descoberto a alegria plena de viver. Almas enjauladas, libertai-vos!

Vinde cá para fora: **servir!**

A linda liberdade de servir!

A linda alegria de servir!

E este nosso tempo precisa tanto de almas disponíveis para todo o «servir»!

E' quâsi só do que o mundo tem necessidade e de almas que se ponham ao incondicional serviço de toda a fome e sede de ideal, de justiça e de amor.

Almas prontas — livres. Almas que não respondem aos apêlos do dever, de todo e qualquer dever, com «mas» e com «se» — mas que partem logo para todo o serviço quando ouvirem as vozes que comandam à consciência.

Serviço da mocidade — hoje, para o serviço de amanhã, na vida que Deus riscar.

A mocidade — escola dos lindos serviços em que se vão educando os inevitáveis egoísmos desta idade para a vida estar a postos, quando soar a hora de partir, por altura dos vinte e tal anos, para o lar, para toda a missão que Deus tiver escrito dentro da alma.

Ó Mocidade! rema agora a todo o custo — a servir — para o Além encoberito na bruma dos teus dezoito anos... Rema, a bom remar, à procura da alegria total e verdadeira do Serviço que vai ser, que há-de ser, a tua vida toda.

G. A.



SERVIR! ALIADAS DO CENTRO DE A. E. AJUDANDO AOS DOMINGOS AS «BOMBAZINHAS DAS FORMAS» A CUIDAR DOS VELHINHOS DO ANJO DE CAMPESINHO

A mulher deve entender a “grandesa e glória de servir”, deve ser capaz de prescindir das vontades individuais em prol de uma obrigação maior: servir a Deus, a Pátria e a Família.

E êste nosso tempo precisa tanto de almas disponíveis para todo o “servir”!
É quasi só do que o mundo tem necessidade é de almas que se ponham ao incondicional serviço de tôda a fome e a sede de ideal, de justiça e de amor.
Almas prontas - livres. Almas que não respondem aos apêlos do dever, de todo e qualquer dever, com “mas” e com “se” - mas que partem logo para todo o serviço quando ouvirem as vozes que comandam à consciência.
Serviço da mocidade - hoje, para o serviço de amanhã, na vida que Deus riscar.
A mocidade - escola dos lindos serviços em que se vão educando os inevitáveis egotismos desta idade para a vida estar a postos, quando soar a hora de partir, por altura dos vinte e tal anos, para o lar, para tôda a missão que Deus tiver escrito dentro da alma.

Condena as raparigas que desperdiçam o tempo, que ainda não quiserem encontrar “o seu lugar, a sua vocação, a sua missão....”, que se refugiam em casa e se recusam a sair à rua, onde as esperam “as grandes realidades da vida, da nossa vida, talvez simples, escondida, de cada dia: o nosso dever”.

Uma vez mais, o papel da mulher definido como um dever, uma vocação, algo inquestionável. Servir os outros é considerado um dever e não algo que as mulheres podem decidir não fazer. O autor defende que a mulher não é capaz de conseguir uma vida feliz e completa de forma individual, para conseguir um “grande destino” é necessário servir a família, Deus, o país, cumprindo todos os valores prescritos pelo regime.

Este texto transmite uma preocupação em vincular as mulheres com as actividades e as áreas de actuação consideradas ajustadas, tendo sempre subjacente que o fazem de forma livre e feliz. Servem os outros não por obrigação mas sim por ser uma missão de vida que desempenham espontaneamente.

Criticando o sonho e a divagação, perigosos por não poderem ser controlados, o regime incita as jovens a desempenhar funções que as mantenham no caminho moral e social definido pelo Estado Novo.

Palavras-Chaves: Dever, Missão, Servir.

“Raparigas e Rapazes de hoje”

Junho, 1941

EU creio que existe um grave mal-entendido entre as raparigas e os rapazes de hoje. Os rapazes são um pouco todos, desprezíveis, menos desleixados, e ilustres de que isto corresponda, por vezes, e sobretudo em alguns casos, de fundo moral mais elevado, a uma realidade sincera.

Simplemente, dentro do positivismo da época, rejeitam qualquer sentimentalismo, tomam o ridículo, não querem, como eles próprios dizem, que os toquem por toques, ilustres, até, a troça das raparigas. Estas, pelo seu lado, não desejam que as julguem antigas; nem a agraçam, mesmo, esta feição da camaradagem bruta, mesmo recalcitrando a mesmo tom para não darem parte de fraqueza. E também, com raras excepções, não são sinceras. No fundo não hão, senão, afectuosas, mas como há na mulher, realmente, certo poder de dissimulação, adquirem essa atitude masculina ainda com mais naturalidade do que os rapazes.

Julgo que este mal-entendido da modernidade tem consequências importantes, porque se considera que a sua dissimulação, a sua aspeira são mais aparentes que verdadeiras, considero também que o hábito é uma segunda natureza, que pode, pouco a pouco, modificar e substituir a espontânea inclinação. Ora, na vida de família, dependendo esta da pureza dos elementos pessoais, que desfrutam a realidade da vida em comum.

Podem julgar que seja a sua crónica com olhos de poeta e por isso fora das realidades actuais. Creio que não. Ainda não sou só eu a vê-las assim.

Ninguém julgaria que Paris, e uma revista literária e de elegâncias, dedicada às raparigas, antes da guerra, revista que não era bem sobre as coisas isoladas e que tem tanto mais insuportável de particularidade, seja desmesuradamente rigorosa sobre certos assuntos. Pois essa publicação, numa espécie de entrevista com uma rapariga moderna, continha um libelo compassivo de vários momentos dos rapazes, de que citarei alguns de mais lembrados:

«São egóticas, feitas de entusiasmo, pouco atenciosas... Há ainda a rapariga que se encontra mais perto, mais segredos, não encontram mais entre elas sendo o sorriso e um riso pessoal. É a propósito desta a declaração feita a uma sua amiga por um rapaz de hoje: «Tua lindíssima filha. Vou pedir a tua pai licença para amar contigo. Ele talvez não queira, porque se lhe meteu na cabeça que sou honesta bem para usar com uma rapariga tão. Então, cretino, de quê?»

«E ficou muito admirado quando ela, com os olhos fechados, respondeu: — Não!»

Procurando a rapariga queira do rapaz e é possível, também que ele gostasse mais dela do que se poderia desprender das suas palavras mais... queria ser moderna ou tinha-se habituado a sê-lo.

A verdade é que há algumas feições da vida actual que não podem durar, porque os sentimentos naturais não se adaptam a elas. E muitos dos rapazes e das raparigas de hoje se não contentando disso.

A hora que atravessamos é terrível e dolorosa, mais do que nunca o homem e a mulher devem estimar-se e auxiliar-se para sobreviverem com mais coragem às lutas e às dificuldades do mesmo tempo.

O problema é complicado, porque é dever conservar o optimismo e a alegria — apetrechos da mortalidade — e banir as frialdades lúbricas de que se compunha a vida de muitas gente mais.

O homem tem de ser, actualmente, tudo de amor, mas sem perder a delicadeza indispensável à sua vida de família. A mulher apesar do seu contacto com a



Raparigas e Rapazes de hoje



vida actual, não deve esquecer que espere de tudo está o seu lar, o seu marido, os seus filhos. O homem e a mulher são muito diferentes e por isso mesmo melhor se completam, se procurarem sinceramente entender-se.

André Maurois, mesmo confessor do aborrecimento, aprecia essa livre-lance diversidade de sentir e diz: «Se ainda uma mulher, interna dos hospitais, fala com seu marido, médico, em que é que os seus dois espíritos são diferentes!» Não, simplesmente: um conserva-se racional e o outro feminista. E ainda, em apoio da sua opinião, a confidência de uma rapariga, estudante de medicina, que lhe confessa: «Quando os meus namorados homens têm um desgosto, não o deixam de ir pôr os seus dentes e de se ocupar deles como de costume. Eu, e quando me sinto verdadeiramente desgozada, deito-me em cima da cama e choro. Não posso fazer outra coisa. E Maurois conclui: «As mulheres só podem viver felizes num mundo afectivo. E segundo é a pena, isto é verdade mesmo para aquelas que se distinguem nas ciências e nas artes e ainda para as que chegam a ser grandes chefes. A este respeito cita a rainha Vitória, chefe admirável, que tratava muitos vezes os negócios do Estado como se fossem os da sua casa e os ministros europeus como queridos de família. E assim, era sem ousadia a notar ainda que dizia ao imperador do Alor ainda: «E' isso que me não deve em poder a sua avó?»

Os rapazes e as raparigas de hoje têm de entender que há verdades eternas, que o tempo não as desfaz. E sendo mais felizes se as aceitam de boa vontade.

E podem ser até perfeitamente, sem remissão de se atarem que é o seu tempo lhes oferece. Até a pelo contrário.

A rapariga de hoje, quase sempre intelectual, muitas vezes com um curso superior, torna-se mais facilmente a igualada do homem, compreendendo melhor os assuntos que o interessam, as suas ambições, os seus trabalhos. Tem mais em que conversar, e a mulher não obriga o homem a falar com ela nas mesmas condições da vida. Mas é conveniente que ela se não esqueça e diga ao corpo quando seja necessário. O homem precisa também de não esquecer que esse compunha intelectual, a quem comunique os seus projectos científicos, as suas ideias políticas ou as suas aspirações artísticas, é uma mulher, com o coração e a delicadeza feministas.

A rapariga sabe de se lembrar, ainda que se tenha igualado ao homem na instrução e na inteligência, de que ele deseja que ela queira mostrar-se superior, impetiva, e que quando mais esta for mais ele apreciaria encontrar da parte dela certa deferência pelo seu espírito, certa atenção, afecto que seja, de sua autoridade.

A união do homem e da mulher, nestas bases de compreensão moral, intelectual e afectiva, pode tornar-se admirável e feliz. Os rapazes e as raparigas de hoje podem realizar essa união, e possuir essa felicidade. A quando é entendemos e não julgamos que serem modernos é tratar-se com desconsideração mútua, com afectada indiferença e com egotismo político ou sincretismo.

O que é humano, o que é inteligente, e periberebem que nunca foi tão fácil como hoje tornarem-se companheiros leais e dedicados na luta da vida.

Maria de Corvelho

Este artigo analisa as características principais dos rapazes e das raparigas e descreve os comportamentos que devem adoptar e os que devem rejeitar.

Defende que os rapazes tentam parecer rudes, desprendidos e pouco delicados com medo de serem considerados sentimentais. As raparigas, com medo de serem consideradas antigas, adoptam estes comportamentos de forma mais veemente. Contudo, estes comportamentos não correspondem à sua verdadeira personalidade:

Simplesmente, dentro do positivismo da época, receiam parecer sentimentais, temem o ridículo, não querem, como eles próprios dizem, “que os tomem por tolos”. Receiam, até, a troça das raparigas. Estas, pelo seu lado, não desejam que as julguem antigas; aceitam e agravam, mesmo, esta feição de camaradagem brusca, tomam resolutamente o mesmo tom para não darem parte de fracas. E também, com raras excepções, não são sinceras. No fundo são boas, sensíveis, afectuosas, mas como há na mulher, realmente certo poder de dissimulação, adoptam essa atitude moderna ainda com mais naturalidade do que os rapazes.

Considera que, como forma de combater o momento complicado que o país atravessa, é essencial que homem e mulher se apoiem e que sejam banidos os comportamentos fúteis:

O homem tem de ser, actualmente, lutador e corajoso, mas sem perder a delicadeza indispensável à sua vida de família. A mulher apesar do seu contacto com a vida social, não deve esquecer que acima de tudo está o seu lar, o seu marido, os seus filhos. O homem e a mulher são muito diferentes e por isso mesmo melhor se completam, se procurarem sinceramente entender-se.

Sobre as mulheres, mesmo as que se distinguem em áreas como as ciências ou as artes, considera que só são felizes no mundo afectivo. Assim, as diferenças entre homens e mulheres são inquestionáveis e, como tal, o melhor é aceitá-las de boa vontade e de forma alegre:

Os rapazes e as raparigas de hoje têm de entender que há verdades eternas, que o tempo não modifica. E serão mais felizes se as aceitarem de boa vontade.

Relativamente a estas diferenças intrínsecas e incontornáveis diz o seguinte:

A rapariga de hoje, quis sempre instruída, muitas vezes com um curso superior, torna-se mais facilmente a camarada do homem, compreende melhor os assuntos que o interessam, as suas ambições, os seus trabalhos. Têm mais em que conver-

sar, e a mulher não obriga o homem a falar com ela nos assuntos comesinhos da casa. Mas é conveniente que ela os não esqueça e dêles se ocupe quando seja necessário. O homem precisa também de não esquecer que esse companheiro intelectual, a quem comunica os seus projectos científicos, as suas ideias políticas ou as suas aspirações artísticas, é uma mulher, com o coração e a delicadeza femininos.

A rapariga carece de se lembrar, ainda que se tenha igualado ao homem na instrução e na inteligência, de que êle detesta que ela queira mostrar-se superior, impôr-se, e que quanto mais culta fôr mais êle apreciará encontrar na parte dela certa deferência pela sua opinião, certo acatamento, tácito que seja, da sua autoridade.

O tom condescendente utilizado para falar das mulheres, subentende que são consideradas inferiores no entendimento e na compreensão mesmo que sejam formadas e instruídas. A formação e a cultura são entendidas como algo que pode prejudicar a relação entre o casal se a mulher não souber manter-se recatada. Assim, a rapariga, mesmo que se tenha igualdade ao homem na instrução, não pode mostrar-se superior nem impor o seu conhecimento. Deve, para agradar ao esposo, mostrar deferência pela opinião masculina e acatar, ainda que de forma tácita, a autoridade e superioridade masculina.

Palavras-Chave: Deferência, Acatamento, Desigualdade

“Fantoques”

Janeiro, 1942

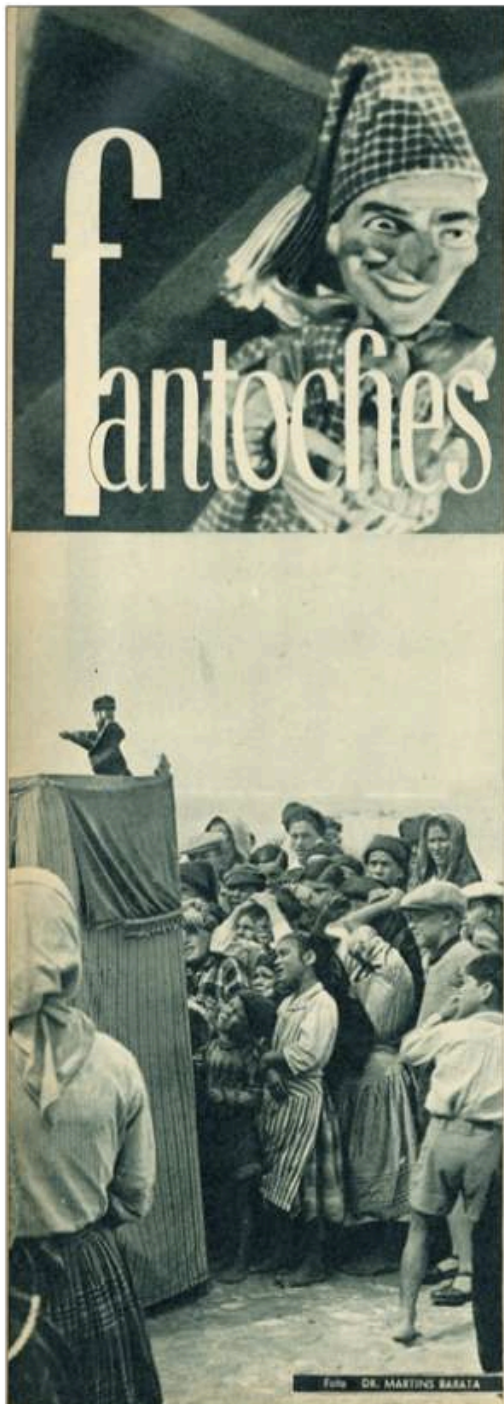


Foto DE MARTINS BARATA

Já viram talvez uma representação de fantoches. Pelas aldeias eles passam fazendo a admiração e o encanto do povo, e até nas cidades se encontram agrupamentos assistindo à exibição desses bonecos que se animam nas mãos ágeis dos seus criadores.

As crianças adoram os fantoches e seguem entusiasmadas e alegres os seus movimentos.

Os fantoches são pequenas figuras que representam comédias e tragédias, em cenas criadas pela fantasia daqueles que as movem, bonecos que falam com uma voz emprestada e se mechem pela mão doutrem, figuras vazias que, imobilizadas, perdem toda a expressão, mas que no seu pequenino palco têm movimento e graça.

Fantoques... São divertidos, mas não devemos querer imitá-los nem ser como eles!

Há pessoas sem personalidade que se assemelham aos fantoches.

Movem-se pela influência doutrem e não pela sua própria vontade. E assim, no palco da vida, representam por vezes cenas cômicas ou tristes, que poderão ser engraçadas ou comoventes em fantoches, mas que não são próprias de criaturas a quem a razão e a fé devem marcar todas as atitudes.

Fantoques são as raparigas que se deixam embonecar pelas modistas, sem consciência da figura que fazem com o seu vestuário extravagante ou imoral.

Quem as vê, ri-se... E as pobrezinhas, como os fantoches, dão-se em espetáculo!

Fantoques são as raparigas que se apresentam na rua ou em sociedade com modos artificiais e fazendo parada de costumes censuráveis, e que, julgando-se admiráveis, não passam afinal de fantoches movidos por preconceitos mundanos, sem alma nem dignidade.

Quem as vê, diverte-se... E as tolinhas não compreendem que se divertem à sua custa!

Fantoques são as raparigas de cabeça ôca e coração vazio, que passam pela vida sem ideal nem verdadeiras afeições, deixando-se mover ao sabor do capricho dos outros.

Não sabem querer, Rlem e choram, dançam ou trabalham, segundo o impulso que lhes é dado.

Quem as vê, lamenta-as... E as pobres cegas não reconhecem que são fantoches sem vida própria, e sentem-se satisfeitas na sua nulidade.

Fantoques são as raparigas que julgam que a vida é um palco de divertimentos e não um campo de trabalho, e como bonecas vivem em caixas, a dormir, até à hora em que delas saem para entrar em cena nas salas onde se expõem.

Não semeiam nem colhem... Não amassam o pão nem o cosem... Não conhecem da vida nem os deveres nem as alegrias.

Quem as vê, despreza-as... E elas vivem enganadas, julgando-se rainhas do mundo!

Queridas raparigas: lembrai-vos da vossa dignidade de cristãs!

Não queirais, como os fantoches, dar-vos em desfruto ao mundo!

Deus e os Anjos contemplam-vos: sede dignas do seu olhar na sinceridade das vossas atitudes e na beleza da vossa vida útil e boa!

COCCINELLE

O fantoche surge como exemplo dos comportamentos que as filiadas da Mocidade Portuguesa não devem adoptar. O artigo aborda a necessidade de não assumir um comportamento idêntico a um fantoche, caracterizado pela ausência de personalidade, influenciável e desprovido de vontade própria.

Assim, é importante que a mulher se mantenha convicta dos seus valores, que adopte uma forma de vestir, de maquilhar e de comportar ajustada à condição social, decente, modesta e discreta:

Fantoches são as raparigas que se deixam embonecar pelas modistas, sem consciência da figura que fazem com o seu vestuário extravagante ou imoral.

É essencial que, no contacto com os outros, as raparigas não adoptem comportamentos artificiais ou censuráveis. É importante que respeitem, ao longo do seu percurso de vida, os valores basilares prescritos pelo Estado Novo, que não se deixem influenciar pelos caprichos alheios. Defende o combate à futilidade e à ociosidade, considera que “fantoches são as raparigas que julgam que a vida é um palco de divertimentos e não um campo de trabalho, e como bonecas vivem em caixas, a dormir, até à hora em que delas saiem para entrar em cena nas salas onde se expõem. Não semeiam nem colhem... Não amassam o pão nem o cosem....Não conhecem da vida nem os deveres nem as alegrias”.

É interessante a necessidade de associar o fantoche a algo negativo quando, na prática, essa é a forma como o Estado Novo olha para as mulheres. Os fantoches, descritos como bonecos que apenas têm sucesso num espaço muito fechado e num tempo muito restrito são apontados como aquilo que uma rapariga não deve ser. Na verdade, a descrição dos fantoches como “pequenas figuras que representam comédias e tragédias, em cenas criadas pela fantasia daqueles que as movem, bonecos que falam com uma voz emprestada e se mexem pela mão doutrem, figuras vazias que, imobilizadas, perdem toda a expressão, mas que no seu pequenino palco teem movimento e graça” parece-me a descrição perfeita do entendimento do Estado Novo relativamente às mulheres.

Ao longo deste texto vemos descritos todos os comportamentos que o regime considera desajustados e todos os valores que pretende incutir. Pede que as mulheres não se deixem influenciar e se mantenham fiéis aos seus valores, que não dêem demasiada importância às futilidades e frivoli-

dades da vida mundana, que evitem comportamentos desajustados, artificiais ou imorais. O importante é que conduzam a sua vida de acordo com os valores cristãos, que cumpram o ideal que lhes foi definido, que entendam a vida como um “campo de trabalho” e não como uma sala de espetáculos.

Palavras- Chave: fantoches, influência, desfruto.

“Sede puras de corpo, alma e coração... e fazei o que quizerdes”

Maio, 1942

SEDE PURAS DE CORPO, ALMA E CORAÇÃO... E FAZEI O QUE QUIZERDES

A beleza mais fina, mais delicada, mais arrebatadora da terra reside na jovem que guarda a pureza como o seu melhor tesouro. É tal o seu encanto que enleia a alma e o coração.

A juventude pura lembra os campos floridos da primavera, cuja aragem impregnada do mais suave perfume, chega até nós deliciando-nos. E não é só a terra que a juventude pura conquista para a vida, arrebatando o próprio céu.

Quis Deus baixar à terra e para mãe escolheu Maria, a mais pura das virgens.

Uma geração casta, diz Salomão, é querida de Deus e dos homens.

Raparigas de Portugal, aspiraís a manter a paz de milagre na nossa terra?

Apaixonaí-vos pela pureza e dareis a Portugal e ao mundo a mais frutuosa lição.

O próprio vício não pode deixar de render homenagem à pureza. Uma rapariga pura não é alvo das lisonjas que os jovens libertinos dispensam com profusão, mas gera o respeito e a estima à sua volta, suscita o amor profundo que não vacila nem oscila.

Jean du Plessis, jovem aviador francês de grande valor e talento, desejava encontrar na sua noiva uma natureza pronta a sacrificar-se pelo seu dever; a vida do aviador exige sacrifício e ele não queria ver nela uma alegria fictícia, que a mais leve contrariedade fizesse esmorecer. Pois esse culto ardente do dever é património das almas puras, a pureza é escola de sacrifício.

Em Hollywood os casamentos e divórcios sucedem-se ininterruptamente; amor de cinema, amor de superfície, que nunca lança raízes até ao fundo do coração. É amor catarento que não produz a felicidade familiar. Tudo se resume na lisonja, na mentira, na paixão de momento a preludir a indiferença, o fastio, o aborrecimento às vezes o ódio e até a morte. A morte ronda na escuridão em volta da juventude impura.

Uma rapariga que cultiva a pureza no seu corpo, no seu trajar correcto

e distinto, nas suas maneiras cuja naturalidade corrige a timidez excessiva e põe um dique à desenvoltura de palavras e de atitudes, uma rapariga que se forma de dentro para fora, alinhando a alma e o coração e não de fora para dentro favorecendo a hipocrisia, é uma alma que irradia luz e conquista todos os corações.

O lírio na sua alvura impecável é símbolo da pureza. Os vossos compendios de física ensinam que o branco irradia e o preto, ao contrário, tudo absorve, tudo consome, tudo chama a si. A lírio pureza é vida, a sua impureza é morte. A pureza é alegria franca; a impureza pode ser algazarra, prólogo de abatimento e tristeza.

Entrai em vós mesmas... para colher o vosso próprio testemunho: não tendes mais alegria e paz nos dias que sois mais puras, em que dominais o vosso coração ou venceis o respeito humano? E não ficais mais tristes quando abdicais ou transigis com o espírito mundano ou chegais à beira do mal? Sede puras e assegurareis o futuro de Portugal preparando na pessoa de vossos filhos heróis e santos. Sede puras para espalhar a nuvem de tristeza que vela o olhar suave da Virgem de Fátima. Ela conta com a M. P. para suspender a divina justiça irritada com as baixezas e ignomínias que abundam também na nossa terra. Sede puras e salvareis a paz em Portugal, apressareis a paz no mundo. Sede puras... e fazei o que quizerdes.

Mary Forbes



O lírio na sua alvura impecável é símbolo de pureza

(CINEMA MANFREDO)

A pureza, associada ao espírito de dever e sacrifício, era considerada característica fundamental das raparigas da Mocidade Portuguesa:

Uma rapariga pura não é alvo das lisonjas que os jovens libertinos dispensam com profusão, mas gera o respeito e a estima à sua volta, suscita o amor profundo que não vacila nem oscila.

Como exemplo do espírito de sacrifício é contada a seguinte história:

Jean du Plessis, jovem aviador francês de grande valor e talento, desejava encontrar na sua noiva uma natureza pronta a sacrificar-se pelo seu dever; a vida do aviador exige sacrifício e ele não queria ver nela uma alegria fictícia, que a mais leve contrariedade fizesse esmorecer. Pois êsse culto ardente do dever é património das almas puras, a pureza é escola de sacrifício.

Condenam-se os casamentos que acontecem em Hollywood, considerados compromissos frágeis que terminam rapidamente em divórcio, superficiais, sem raízes profundas, baseados no “amor catavento”, que não produz felicidade familiar:

Em Hollywood, os casamentos e divórcios sucedem-se ininterruptamente; amor de cinema, amor de superfície, que nunca lança raízes, até ao fundo do coração. É amor catavento que não produz a felicidade familiar. Tudo se resume na lisonja, na mentira, na paixão de momento a preludiar a indiferença, o fastio, o aborrecimento às vezes o ódio e até a morte.

São criticadas as relações superficiais, fugazes e de curta duração e fomentadas as que se pautam pelo espírito de sacrifício e de dever em prol de um bem maior: a felicidade familiar. Assim, e em concordância com a visão do regime relativamente ao casamento, o texto defende a necessidade de a mulher se sacrificar pelo marido, pelo seu bem estar e pelo seu sucesso profissional para garantir a estabilidade do seu casamento. Numa clara crítica ao divórcio, defende-se que “o amor profundo não vacila nem oscila” e que a mulher deve manter-se pura e ter espírito de dever e sacrifício.

Sobre a importância de ter um coração puro, acrescenta o seguinte:

Uma rapariga que cultiva a pureza no seu corpo, no seu trajar correcto e distinto, nas suas maneiras cuja naturalidade corrige a timidez excessiva e põe um dique à desenvoltura das palavras e de atitudes, uma rapariga que se forma de dentro para fora, alinhando a alma e o coração e não de fora para dentro favorecendo a hipocrisia, é uma alma que irradia luz e conquista todos os corações.

De novo uma apologia à pureza, à modéstia, ao recato e uma crítica às atitudes fúteis, superficiais, que favorecem o exterior em detrimento do interior. A defesa de que a mulher deve privilegiar os valores morais, prescritos pelo regime, e desvalorizar os materiais materiais, a aparência artificial.

Palavras - Chave: Pureza; Espírito de dever; Espírito de sacrifício.

Obediência, pureza, resignação, deferência, espírito de sacrifício e de dever, humildade, amor ao trabalho, caridade, devoção a Deus e à Pátria são algumas das principais características que o Boletim da Mocidade Portuguesa transmite como fundamentais para qualquer mulher. Assim, conflui todos os ideais defendidos pelo Estado Novo, ilustrando as regras e constrangimentos imposto à mulher e ao feminino. Todas as publicações reforçam a importância do lar e da limitação da mulher ao privado. Como diz Salazar a Christine Garnier:

Como poderei eu quebrar esta vaga de independência feminina que se abate sobre o nosso mundo? As mulheres evidenciam tal anseio de liberdade, tão grande ardor em aproveitar os prazeres da vida! Não compreendem que a felicidade se atinge pela renúncia e não pela posse... As grandes nações deveriam dar o exemplo mantendo as mulheres no lar. Mas essas grandes nações parecem ignorar que a constituição sólida da família não pode existir se a esposa viver fora de sua casa (Garnier, 1952, p. 18) .

Os artigos valorizam o recato, a simplicidade, a humildade, a adoção dos modos de vida do passado e a rejeição de valores considerados artificiais ou anti-regime. Defendem que as mulheres devem cingir a sua formação às áreas que se coadunam com a sua natureza, exercer profissões relacionadas com o cuidado aos outros, aos mais frágeis e necessitados. A Pátria, a família e Deus são considerados, ao longo de todo o boletim, valores basilares e estruturares da ideologia estadonovista, defendendo-se por isso o combate a todos aqueles que possam constituir uma ameaça. São inúmeros os artigos que reforçam a necessidade de restaurar a família, do retorno ao lar, da sua transformação em ninho, em concordância com a constituição de 1933, que considerava que o cidadão apenas tinha existência “através do agregado a que está ligado por natureza”, ou seja, a família, entendida como “realidade primária e fundamental de toda a orgânica nacional, estrutura basilar na “ordem política e social da nação” (Pimentel, 2011, p.32). O artigo 12º da Constituição considera ser dever do Estado garantir a “defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município” (Cf. Constituição de 1933).

O Boletim da Mocidade Portuguesa espelha, na perfeição, o discurso ideológico do regime e a Constituição de 1933, símbolo máximo da ideologia estadonovista. Os seus artigos procuram legitimar as limitações profissionais impostas às mulheres, a defesa do casamento enquanto seu destino natural, a segregação da mulher para a esfera privada, as discriminações legitimadas pela sua

natureza mais emocional e frágil. Na verdade, o casamento representava o culminar de toda a educação feminina, e fim último de todas as mulheres. Para que fosse bem sucedido, as mulheres deviam ser recatadas, sensatas, capazes de gerir a casa na perfeição e de educar os filhos de acordo com os valores vigentes. Assim, para preparar a mulher para o casamento, para o seu papel de esposa e dona de casa, o boletim publica vários artigos sobre a importância das tarefas domésticas, nomeadamente, a limpeza do lar, a costura, os bordados, receitas culinárias etc.

Artigos como o “Cursos de Graduadas”, publicado em Maio de 1940, espelha a defesa de planos curriculares diferentes em função do género. Assim, todas as disciplinas consideradas adequadas para as mulheres estão relacionadas com a manutenção e o desenvolvimento do papel que o regime lhes destina, afastando-as de todas as matérias que possam fomentar o pensamento crítico, o conhecimento do mundo e da sociedade, aspirações a cargos ou profissões de relevo. Tal como nos explica Helena Melo:

Atenta a posição da mulher na doutrina oficial da Igreja Católica - a de submissão face ao homem-, o Estado novo incutia nas alunas, uma vez mais, o espírito de submissão, de aceitação acrítica da sua sorte através, mesmo, da devoção cristã (Melo, 2017, p. 26).

Em 1945, António Augusto Pires Lima critica de forma veemente o facto de as escolas não formarem as raparigas para desempenharem de forma adequada as funções que lhes estão destinadas: serem boas donas de casa, esposas e mães. Assim, eram influenciadas a frequentar as escolas do Magistério Primário (EMP) os cursos do ensino técnico como os ministrados pelas escolas comerciais e os de formação para profissões consideradas adequadas femininas como as de professoras primárias, enfermagem ou serviço social. Tal como nos explicam artigos como “Grandesa e Glória de Servir”, estas profissões são entendidas como ajustadas à natureza das mulheres por exigirem, da parte de quem as exerce, alguns dos valores que o regime considera essenciais a qualquer rapariga: o servir ao outro, a caridade, a misericórdia, a solidariedade. Delimitar as profissões a que a mulher tem acesso, e transmiti-lo com algo natural, é essencial para perpetuar o discurso misógino e profundamente sexista do regime estadonovista. De acordo com Irene Pimentel:

Após dar conta de que era desejável a “separação dos sexos”, “atendendo a diferenças anatómicas, fisiológicas, psicológicas e sociais” de ambos os sexos, a DGEL interrogava os reitores. Eram as seguintes as três perguntas enviadas pela DGEL: deviam “raparigas e rapazes ter os mesmos programas ou diferentes”, deveria “exis-

tir co-educação ou separação de sexos”, “deveriam os futuros professores e professoras frequentar escolas universitárias (ou liceus normais) diferentes e ter vencimentos iguais’ (...) (Pimentel, 2011, p.127/128).

Artigos como o “Raparigas e Rapazes de hoje” reforçam exactamente a defesa da existência de papéis diferentes na sociedade, defendendo que, mesmo que a mulher seja mais culta que o homem, não deve exhibir-se mas adoptar uma postura humilde e deferente. Remete-nos de novo para a defesa de papéis sociais distintos, sendo o feminino condicionado em todos os aspectos. São inúmeros os textos que alertam para a necessidade de as raparigas não se comportarem como fantoches, adoptarem comportamentos puros, verdadeiros e de acordo com os seus (supostos) ideais.

Ler os artigos do Boletim da Mocidade Portuguesa permite-nos entender a sociedade construída pelo Estado Novo, não apenas no que respeita às mulheres mas também aos valores basilares do regime. A Mocidade Portuguesa Feminina representava um mecanismo extremamente importante na manutenção de uma ideologia de alternidade e subserviência, profundamente discriminatória e heteronormativa.

Conclusão

Ao concluir esta reflexão, tenho em mente o pensamento de Gilles Lipovetsky:

A partir dos anos 70, a noção de pós-modernidade fez a sua entrada na cena intelectual com o fim de qualificar o novo estado cultural das sociedades desenvolvidas. Surgida inicialmente no discurso arquitectural numa reação contra o estilo internacional, foi rapidamente mobilizada para designar, por vezes o abalo dos fundamentos absolutos da racionalidade e a falência das grandes ideologias da história, outras vezes a potência dinâmica da individualização e da pluralização das nossas sociedades (Lipovetsky, 2015, p.53).

E acrescenta:

O momento denominado pós-moderno coincidiu com o movimento de emancipação dos indivíduos em relação dos papéis sociais e às autoridades institucionais tradicionais, em relação a constrangimentos de pertença e aos objectivos longínquos; é inseparável da instauração de normas sociais mais flexíveis, mais diversas do alargamento da gama de escolhas pessoais. Resultou de um sentimento de “descripação”, de autonomia e de abertura para a existência individuais. Sinónimo de desencantamento dos grandes projectos colectivos, o parêntesis pós-moderno envolveu-se, no entanto, de uma nova forma de reencantamento ligado à individualização das condições de vida, ao culto do Eu e das felicidades privadas (Lipovetsky, 2015, p.53).

Efectivamente o final dos anos 70 representa, em Portugal, o fim de um regime ditatorial que vigorou durante quarenta anos. Regime de índole católica, anti-liberal e anti-comunista, o Estado Novo representou um silêncio de chumbo, a imposição de um policiamento e condicionalismo de todas as esferas da vida do país. No que respeita a esta reflexão, o estadonovismo representou a impossibilidade de as mulheres votarem, de se deslocarem ao estrangeiro sem autorização do marido, de terem acesso a um sistema de ensino justo, de existirem enquanto cidadãs. Como nos explica Maria do Céu da Cunha Rego (2003, p.119), durante o regime de Salazar:

- A lei impunha a hierarquia entre os sexos - a dominação dos homens e a submissão das mulheres;

- A lei definia um destino para as mulheres e um destino para os homens;
- A lei associava os homens à racionalidade e por isso ao pensamento e as mulheres à natureza. Uma natureza que, só por si, as impedia por força da lei de desempenharem determinadas profissões;
- Só em determinadas condições as mulheres podiam participar no contrato social, elegendo os seus representantes. Por defeito, votar era exclusivo dos homens.
- A lei considerava que as mulheres casadas tinham uma capacidade civil diminuída e eram como que uma manifestação do direito de propriedade dos seus maridos;
- A família, baluarte do regime, era um corpo autónomo dos seus membros e tinha o marido como chefe;

Consagrando apenas como família aquela que é composta por um casal heterossexual, prendendo ou institucionalizando aqueles que assumiam identidades de género não normativas, subjugando as mulheres aos estereótipos de género concordantes com a ideologia vigente, o Estado Novo representou a legitimação e perpetuação da misoginia e da heteronormatividade. Associando, de forma intrínseca, sexo a género, feminino a subalternidade e natureza, masculino a supremacia e cultura, o regime influenciou, de forma incontestável, a forma como as gerações futuras entenderam as relações de género e os processos de construção de identidade.

Analisar as restrições impostas pelo Estado Novo em áreas estruturais como a educação, o acesso ao mundo laboral, a função social, o direito ao voto ou a legislação permite entender a forma como as identidades de género eram constrangidas de acordo com os valores vigentes e as identidades disruptivas eram silenciadas, consideradas doença a curar. O binarismo de género era assim incutido desde o momento de nascença, através do processo de socialização, e entendido como o único caminho possível. Numa sociedade pautada pela hierarquia e pela imutabilidade, que segrega as mulheres para o domínio privado e apenas aos homens permite o acesso ao espaço público, só as famílias heterossexuais e reprodutivamente úteis são reconhecidas. Definindo papéis sociais rígidos

e estanques, legitimados pelo discurso biológico e natural, o Estado Novo condiciona o direito a Ser, de forma plena, e à livre construção do processo identitário.

John Stuart Mill, Simone de Beauvoir, Choderlos de Laclos, Judith Butler, Fernanda Henriques e Gilles Lipovetsky são alguns dos autores que permitem contestar, desconstruir e desnaturalizar o discurso binário, heteronormativo e misógino defendido pelo Estado Novo e presente na nossa memória e herança colectivas:

Por outro lado, a exploração ideológica de um modelo feminino, passivo e familiarista e a exaltação da maternidade, por parte da Ditadura (Pimentel, 2000), deixou marcas na sociedade civil que emergem ciclicamente, quando menos se espera (os debates públicos em que associava o aumento da delinquência a da droga à ausência das mães em casa, o recente manifesto das Mães de Bragança, o Código do Trabalho...) (Amâncio, 2008, p. 13).

Concluimos que o género é uma construção social, que a formação de identidade é um processo e não um dado intrínseco e imutável. Na era da modernidade líquida, são cada vez audíveis as reivindicações a favor do fim das identidades pré-definidas, dos caminhos pré-formatados, dos preconceitos e da homogeneização. Hoje, tal como ontem, e cada vez mais, a categorização heterossexual revela-se insuficiente para descrever a multiplicidade das novas identidades de género: complexas na sua formação, não lineares, líquidas e adversas a categorizações estanques e imutáveis. A heteronormatividade e os binários que a mesma legitima - feminina *versus* masculino, homem *versus* mulher - perdem cada vez mais o poder prescritor e regulador da ordem social e das relações interpessoais.

Desconstruir os discursos legitimados pelo Estado Novo e o branqueamento que exerciam sobre as identidades não normativas, permite-nos entender que a aceitação dos múltiplos processos de construção de género e de identidade representa reconhecer o direito a ser, direito basilar de qualquer indivíduo numa sociedade democrática e civilizada. É fundamental “rejeitar a verdade” instituída de forma a permitir o aparecimento de novas verdades:

Rejeitar a “verdade” justifica-se, pois muito do que habitualmente se julga como realidades da vida não são mais do que sentidos comuns reproduzidos, projectando concepções discriminatórias sobre grupos de seres humanos. As mulheres, como grupo de género, foram objecto de concepções de desigualdade, de experiências de subordinação, de legalização da violência sobre elas, etc. Muitas das visões

formadas sobre elas foram construídas por seres que, em termos de grupos de género, beneficiavam (beneficiam), em contextos específicos, da sua subordinação. Rejeitar a “verdade” é assim procurar desconstruir, procurar reconstruir, reformular, agora através da multiplicidade de vozes diferentes e subordinadas que em muitas das mulheres existiram (existem) nos seus percursos de vida (Araújo,2008, p.25).

Existe ainda um longo caminho a percorrer. Fica por analisar a forma como as novas identidades de género foram conquistando direitos ao longo dos anos, a forma como foram combatendo e desconstruindo os discursos que as constrangiam e descredibilizavam. Fica por reflectir, e este talvez seja o ponto mais importante, de que forma é possível continuar o percurso de naturalização e legitimação das novas identidades de género e a construção de uma sociedade que as reconheça e aceite, sem constrangimentos. Fica por entender de que forma a sociedade se pode tornar mais inclusiva, mais tolerante e mais capaz de integrar todas as identidades de género.

Bibliografia

Obras citadas

- Almeida, São José (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Lisboa: Sextante Editora
- Amâncio, Ligia (2010) *Masculino e Feminino. A Construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bastos, Susana (1997) *O Estado Novo e os seus Vadios*. Lisboa: Dom Quixote.
- Beuvoir, Simone (2009). *O Segundo Sexo. Volume I*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Bock, Gisela. (2008). Questionando Dicotomias: perspectivas sobre a história das mulheres. In: Crespo, A., Monteiro-Ferreira, A., Couto, A., Cruz, I., Joaquim, T. *Variações sobre sexo e género*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Burr, Vivien (1995). *An introduction to social constructionism*. Londres: Routledge.
- Butler, Judith (2017). *Problemas de Género*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Castro, Zília (2003). *Falar de Mulheres. Da Igualdade à Paridade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Castro, Zília (2008). *Falar de Mulheres. História e Historiografia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Crawford, Mary (1995). *Talking difference: On gender and language*. Londres: Sage.
- Crespo, Monteiro-Ferreira, Couto, Cruz e Joaquim (2008). *Variações sobre Sexo e Género*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Davis, S.N. e Genger, M.M (1997). *Toward a new psychology of gender. A reader*. New Work Routledge.
- Dijk, Teun (2002). *Discurso, notícia e ideologia*. Braga: Edições Humus.
- Ferreira, Maria. (2010). Simone de Beauvoir, uma filósofa para o século XXI? In Capelo, G., Pimentel, M., Simone de Beauvoir. *Olhares sobre a mulher e o feminino*. Lisboa: Nova Vega.
- Ferro, António (2007). *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A.M.Pereira

Flax, Jane. (2008) Pós-modernismo e relações de género na teoria feminista. In: Crespo, A., Monteiro-Ferreira, A., Couto, A., Cruz, I., Joaquim, T. *Variações sobre sexo e género*. Lisboa: Livros Horizonte.

Foucault, Michel (1994). *História da Sexualidade - I A vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água.

Garnier, Christine (1952). *Férias com Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Gil e Pimentel (2010). *Simone de Beauvoir. Olhares sobre a mulher e o feminino*. Lisboa: Nova Vega.

Henriques, Fernanda (2016). *Filosofia e Género. Outras narrativas sobre a Tradição ocidental*. Lisboa: Edições Colibri.

Joaquim, Teresa (2006). *As Causas das Mulheres*. Lisboa: Livros Horizonte

Laclos, Choderlos (2019). *Da educação das Mulheres*. Lisboa: Antígona.

Lise, Eliot (2013). *Cérebro azul ou rosa*. Porto Alegre: Penso Editora.

Lipovetsky, Gilles (2015). *Os tempos Hipermódnos*. Lisboa: Edições 70.

Martins, Moises (2017). *A Linguagem, a verdade e o poder*. Braga: Edições Humus.

Melo, Helena (2017). *Os Direitos das Mulheres no Estado Novo*. Coimbra: Almedina.

Meneses, Filipe (2009). *Salazar*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Mill, John (2006). *A Sujeição das Mulheres*. Coimbra: Edições Almedina.

Mira, Rita (2017). *O Arquétipo da Princesa na Construção Social da Feminilidade*. Lisboa: Edições Colibri.

Pedro, Emilia (1997). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho.

Pimentel, Irene (2011). *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Circulo de Leitores.

Pimentel e Melo (2015). *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor.

Scott, Joan. (2008). Género: Uma categoria útil de análise histórica. In: Crespo, A., Monteiro-Ferreira, A., Couto, A., Cruz, I., Joaquim, T. *Variações sobre sexo e género*. Lisboa: Livros Horizonte

Torgal, Luís (2001). *O Cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Circulo de Leitores.

Vieira, Cristina (2006). *É menino ou menina? Género e educação em contexto familiar*. Coimbra: Almedina.

Vieira, Patricia (2011). *Cinema no Estado Novo. A encenação do regime*. Lisboa: Edições Colibri